

# A Defesa Nacional



Neste número :

- **Guerra insurrecional** (Ten-Cel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira)
- **O Equador — Um pouco de história e pré-história** (Ten-Cel Newton C. de Andrade Mello)
- **O canal do Panamá** (Ten-Cel Celso Meyer)
- **A segurança nacional e a guerra fria** (Prof. A. C. Pacheco e Silva)
- **Ações das pequenas unidades** (Cel Campos de Aragão)

# **COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"**

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**(Eleito para o exercício de 1961/1963)**

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Diretor-Presidente : General Aurélio Alves de Souza Ferreira

Diretor-Secretário : Major José de Sá Martins

Diretor-Gerente : Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

### **CONSELHEIROS**

General Armando Batista Gonçalves

Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

### **CONSELHO FISCAL**

**(Eleito para o exercício de 1962)**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga

Major Ivan de Souza Mendes

Major Luiz de Alencar Araripe

### **SUPLENTE**

Tenente-Coronel Danilo Darcy de Sá Cunha Mello

Major Eduardo Nobrega

Major José Murilo Beuren Ramalho

## **NORMAS SOBRE COLABORAÇÕES**

- 1) Os trabalhos devem ser datilografados em um só lado de papel, espaço duplo, e assinados.
- 2) Os gráficos, croquis e outros desenhos que devam acompanhar o texto devem ser feitos a tinta nanquim e conter indicações que os identifiquem com aquele.
- 3) As traduções e quaisquer trabalho baseados em outras publicações devem indicar as fontes de onde foram extraídos, bem como, quando fôr o caso, declaração de estar o colaborador autorizado ao aproveitamento dos mesmos.
- 4) A Revista não restitui originais de colaborações enviadas, quer sejam elas aproveitadas para publicação ou não. Também se exime de qualquer justificação sobre o seu não aproveitamento.
- 5) Os artigos a serem publicados por partes, em diferentes números da Revista, só terão suas publicações iniciadas depois de estarem completos em poder da Redação.
- 8) As colaborações devem ser enviadas ao Diretor-Secretário.



# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLIX	Rio de Janeiro, GB — Julho/Agosto de 1962	Números 576-577
-------------	---	--------------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

—  
Aceita-se intercâmbio.

## PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil ..... Cr\$ 240,00  
(Desconto em fôlha autORIZADO).

Exterior ... Cr\$ 720,00  
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês ..... Cr\$ 50,00  
Atrasado .... Cr\$ 70,00

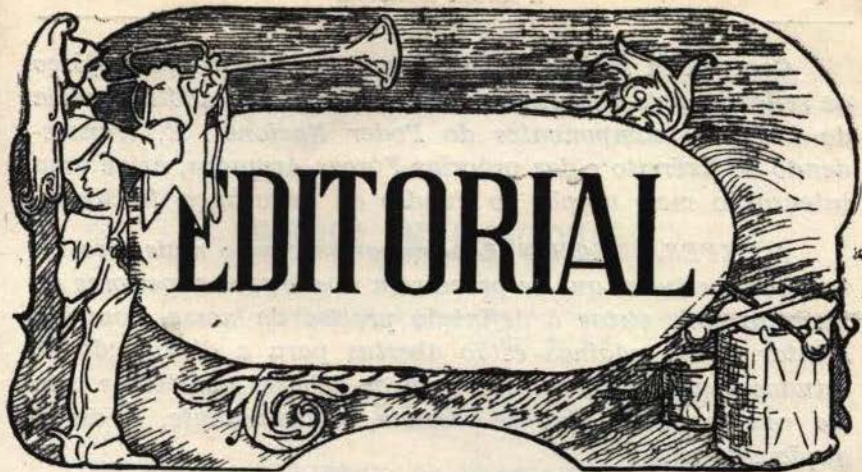
## ENDEREÇO

Ministério da Guerra  
(Ala R. Visc. da Gávea,  
3º and.)  
Caixa Postal: 17 (do MG)  
Tel. 43-0563  
Rio de Janeiro, GB  
Brasil

## SUMÁRIO

	Págs.
Editorial .....	3
Guerra Insurrecional — Ten-Cel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira .....	5
A Segurança Nacional e a Guerra Fria — Prof. A. C. Pacheco e Silva .....	25
Ações das pequenas unidades — Cel Campos de Aragão .....	33
O Canal do Panamá — Ten-Cel Celso Meyer .....	41
O Equador — Um pouco de história e pré-história — Ten-Cel Newton C. de Andrade Mello .....	51
O professor militar — Maj Art Jonas Correia Neto .....	57
O papel das reservas na consecução dos objetivos das Forças Armadas — Ten-Cel Rui Alencar Nogueira .....	63
Comunicações via rádio, utilizando satélites artificiais repetidores — Louis Pollack (Tradução do Cap Alberto Carrozo) .....	65
Memento de um capitão ao assumir as funções de Cmt de Cia — Maj José Figueiredo de Albuquerque .....	81
Despedida da 5ª RM e 5ª DI ao Gen Joaquim Vicente Rondon (A pedido) — Cel Moysés Porfírio Sampaio .....	91





*Em nosso último Editorial aludimos à necessidade de reformas na nossa estrutura militar, como um imperativo de adequação à atual conjuntura nacional e internacional.*

*Focalizando-se o problema com vistas ao Exército, resalta a necessidade da sua modernização e atualização, já que está ele ainda prêso às experiências da guerra que terminou em 1945 e a concepções estratégicas indiscutivelmente ultrapassadas.*

*A tarefa não é fácil. As dificuldades intrínsecas do problema, que importa em uma revisão radical e profunda dos fundamentos da organização militar brasileira, somam-se as influências externas, do quadro econômico e social do País.*

*Entre aqueles fundamentos avulta, sem dúvida, a sedimentação definitiva da nossa Doutrina Militar. Já nos é possível realizá-la. À assimilação da experiência obtida nos campos de batalha da Itália se tem somado, ano após ano, o labor das unidades, escolas e estados-maiores, no lento mas constante aperfeiçoamento intelectual dos nossos quadros. E já ganha consistência, no consenso dos pensadores militares brasileiros, uma concepção estratégica mais adequada à atual projeção mundial do Brasil.*



Como toda síntese, o trabalho exige um grande esforço de reflexão, pois tem que ser precedido de uma análise prévia de todos os componentes do Poder Nacional. E, transcendendo do Exército e das próprias Forças Armadas, exige uma integração mais ampla no quadro da Segurança Nacional.

A DEFESA NACIONAL acompanha com o mais vivo interesse os estudos que se processam nos órgãos superiores do Exército com vistas à definição precisa da nossa Doutrina Militar. Suas páginas estão abertas para a divulgação de estudos e pontos de vista e para os debates dos temas com ela relacionados e que se prestem, naturalmente, à divulgação ostensiva.

Todavia é indispensável que as influências externas a que aludimos possam ser bem minimizadas e permitam à Nação desfrutar da tranquilidade necessária para que em todos os setores o trabalho seja fecundo e nos permita atingir bem depressa aos níveis de prosperidade e bem-estar social que todos almejamos. Somente assim poderão as Forças Armadas, também fiadoras e mantenedoras da ordem interna, desenvolver em sua plenitude os estudos e reformas que as habilitem por fim a atender rigorosamente aos complexos encargos de guardiãs supremas da soberania nacional.





# GUERRA INSURRECIONAL

Ten-Cel JOÃO PERBOYRE DE VASCONCELOS FERREIRA  
Oficial de EM

## INTRODUÇÃO

### OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo dêste trabalho é de natureza conceptual: apresentar a diferença substancial entre os dois tipos de guerra de libertação e insurrecional, que se apresentam praticamente fundidos.

Para cumprir essa finalidade proposta, imaginei o seguinte caminho:

- pesquisar a origem das lutas e assentar os objetivos que se propõem;
- grupar as guerras por objetivo;
- aproximar os dois conceitos: guerra insurrecional e de libertação no que êles têm de comum, no grande grupo guerra civil, estabelecendo após as dessemelhanças que as diferenciam.

Admiti que o problema de terminologia tinha valor fundamental e estabeleci uma sinonímia conciliatória entre as denominações dos vários autores.

O problema nomenclatura, secundário para conceitos longamente vistos, assume capital importância quando há vacilação entre as escolas e estudiosos, como deixei transparecer no capítulo conceituação.

Além disso, essa vacilação apresenta saldo favorável para os soviéticos que podem estadear que os movimentos comuns de libertação dos povos são o alastramento da idéia comunista, tangida pelo determinismo histórico, condicionando a vitória inapelável do comunismo no mundo.

### GENERALIDADES

*Preliminares* — O estudo da guerra insurrecional comporta, preliminarmente, uma crítica do conceito, um mergulho no seu conteúdo, numa tentativa de restringir a amplitude de que desfruta, a qual dificulta grandemente o seu entendimento perfeito.



Com o fim de amaneirá-lo para o seu tratamento no laboratório da técnica militar, não iremos propriamente fazer a mutilação filosófica ou conceptual do mesmo. Vamos tentar desfazer a distorsão em busca da simplicidade e clareza.

Para isso, filiiemos as lutas humanas ao grande sentimento-mãe que as origina: a procura de domínio ou hegemonia.

*Hegemonia* — Há um postulado da evolução que, lançando para a frente os seres, explica a sua aspiração íntima de domínio e hegemonia, gradações do mesmo fenómeno. Isso determina a luta no seu sentido genérico, física, nervosa e política como um processo de ultrapassamento.

A coletividade copia o ser, lembrando bem como DAUDET, que o ser é uma multidão.

A observação da curva da história permite fixar três grandes direcções desse processo de ultrapassamento:

- Hegemonia total ou domínio, na fase colonial ou em períodos esporádicos de invasão do território.
- Hegemonia económica, quando um povo vive um estágio de produção de matérias-primas ou mercado para povos industrializados.
- Hegemonia ideológica, pela implantação de idéias políticas alienígenas, que acarretarão, necessariamente ao povo, a situação de caudatário da política de outro povo.

A cada uma dessas cadeias, as coletividades vêm reagindo de maneira particular. Assim:

- Guerras de libertação para a sua independência política contra a hegemonia ou domínio;
- Ações de integração da independência política, através da bandeira do nacionalismo, com o combate ao subdesenvolvimento como medida dinâmica e uma série de medidas-barreiras como defensiva;
- Processos complexos de resistência e atividade consagrados, segundo a escola francesa nos estágios "parada e resposta".

Quando as direcções de expansão das nações se encontram, surgem as lutas interpretadas geralmente pelas guerras convencional e nuclear.

A crítica deste quadro singelo, permite situar melhor os dois conceitos que hoje em dia se apresentam fundidos:

- Guerra de libertação.
- Guerra insurreccional.

O 1º, como foi visto, é uma defesa que se levanta contra o agressor. É conceptualmente defensivo. O 2º é uma agressão que se propõe contra um povo para arrastá-lo à órbita da hegemonia de outro povo. É con-



ceptualmente agressivo. O primeiro é uma liberdade que se ensaia. O 2º é uma subjugação que se pretende. Se o 1º é uma solução contra uma hegemonia efetiva, o 2º, como ciclo inverso, é uma tentativa do exercício da hegemonia para repetir o domínio colonial, embora sob outros aspectos e processos.

Há, em suma, uma diferença de direção do processamento (de dentro para fora e de fora para dentro), de contraste de atitude (defensiva e ofensiva), de substância (uma é a hegemonia que se desmorona; outra é a hegemonia que se forma).

Vamos grupá-las no quadro geral de guerras, abaixo.

Posteriormente, tentaremos definir-lhes os contornos desenrolados sobre linhas ideológicas, e movimentados por processos estratégicos e táticos.

Haveremos de admitir que têm uma individualidade distinta entre si e dos demais conflitos, um "facies sui-generis" inconfundível.

Bastará, se não lhes valerem outras características, a finalidade diversíssima que os distancia.

#### QUADRO DAS GUERRAS, POR OBJETIVO

Guerra Geral — Objetivos ilimitados;

Guerra Limitada — Objetivos limitados;

Guerra Civil — Insurrecional — Obj: Dominação soviética;

— De libertação — Obj: Integração da soberania nacional;

Guerra fria — Objetivos limitados, sem ação armada.

#### PROCESSOS

1. Para a Guerra Geral:

— Guerra convencional ou nuclear.

2. Para a Guerra Limitada:

— Guerra convencional ou nuclear.

3. Guerra Civil:

— Guerrilha.

— Guerra psicológica.

4. Guerra Fria:

— Pressões políticas e econômicas.

— Guerra psicológica.



É lógico que os processos da Guerra Civil e Guerra Fria podem coexistir e coexistem com os processos convencionais e nucleares na Guerra Geral e Limitada.

Também que a Guerra Civil pode evoluir para a Guerra Geral ou Limitada, quando perde então o seu conteúdo particular, vivendo plenamente os processos e objetivos daquelas formas de conflito.

Fixamos apenas os processos marcantes que as definem sem tentar fazer compartimentos estanques no conjunto conceptual único — a luta, choque de vontades.

### SINONÍMIA

Guerra Civil — Guerra subversiva ou irregular.

Guerra Insurrecional — Guerra revolucionária, guerra de conquista ou injusta, ou imperialista, guerra indireta ou de exportação.

Guerra de Libertação — Guerra justa.

Guerrilha — Guerra dos Partisans, "petit guerre", guerra de superfície.

### CONCEITUAÇÃO

1. *Escola Francesa* — Para os franceses, há três formas essenciais de guerra:

- Convencional.
- Nuclear.
- Subversiva.

Definem a guerra subversiva como aquela empreendida de acordo com a doutrina marxista-leninista, no interior de um país, contra a autoridade de direito ou de fato, por uma parcela dos seus habitantes (ajudados ou não do exterior), com o objetivo de arrancar daquela autoridade o controle do país ou, pelo menos, de paralisar sua ação.

2. *Escola Americana* — Para os norte-americanos, há três formas básicas de guerra:

- Convencional.
- Nuclear.
- Não convencional.

Definem a guerra não convencional como aquela que é conduzida, sistematicamente, pelas forças terrestres treinadas, equipadas e orientadas para operar contra as fontes do potencial inimigo. Ela difere de outras operações militares, porque implica em trabalho intimamente ligado com a população nativa das áreas controladas pelo inimigo; ela é intimamente integrada com a guerra econômica, política e psicológica. Os detalhes da sua organização e os métodos operacionais são específicos e secretos.



3. *Escola Russa* — Os russos consideram duas grandes categorias de guerra:

- As revolucionárias ou de libertação.
- As guerras imperialistas.

A guerra revolucionária seria aquela travada por um Estado revolucionário, um partido revolucionário, um povo escravizado, contra um Estado Burguês, um partido reacionário, uma potência colonialista.

4. *Nossa posição* — O Mensário de Cultura Militar do último semestre de 1960, aconselha preliminarmente a adoção do termo “guerra insurrecional”, para traduzir o conteúdo da expressão “guerra revolucionária”, adotada pelos soviéticos.

“Esta preferência — continua o Mensário aludido — se baseia no fato de que as expressões derivadas do termo “revolução” adquirem, por vêzes, na semântica brasileira, um caráter positivo de evolução e aperfeiçoamento, ao passo que o termo “insurrecional” presta-se melhor para caracterizar o sentido das ações em causa.

O Tenente-Coronel Carlos Meira Matos, em artigo publicado no Mensário Militar de Cultura, de novembro e dezembro de 61, comentando a variação de adjetivação para a guerra, aqui e alhures, adianta que embora a palavra “revolucionária” seja mais expressiva, há uma razão psicológica forte para optarmos pelo termo “guerra insurrecional”, porque nós, do Exército regular, estamos muito mais próximos de ter que repelir uma guerra desse tipo do que fazê-la.

“Se dermos aos nossos adversários o nome de revolucionários, estaremos emprestando a nós mesmos a designação de contra-revolucionários e, assim, dialéticamente começamos a perder antes de combater. Desenvolvendo este tipo de guerra num quadro de luta psicológica, ninguém pode dispensar a força de “slogans” dos “estereótipos”, das palavras pré-fabricadas, enfim dos produtos do “laboratório” dialético que já foi grande aliado do nazismo e hoje serve eficientemente o comunismo”.

O Estado-Maior das Forças Armadas recomenda as seguintes conceituações:

— *Guerra insurrecional* é a guerra interna que obedece a processos geralmente empíricos em que uma parte da população — auxiliada e reforçada ou não do exterior, mas sem estar apoiada em uma ideologia — empenha-se contra a autoridade (de direito ou de fato) que detém o poder com o objetivo de a depor ou, pelo menos, forçá-la a aceitar as condições que lhe foram impostas.

— *Guerra revolucionária* é a guerra interna de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que, apoiados em uma ideologia, estimulados e até mesmo auxiliados do exterior, visam a conquista do poder, através do controle progressivo



físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida.

— *Guerra subversiva* é o conjunto de ações de âmbito local, de cunho tático e de caráter predominante ideológico, que buscam de maneira lenta, progressiva, insidiosa e pelo menos inicialmente clandestina e sem violência, a conquista física e espiritual da população sobre a qual são desencadeadas, através das bases fundamentais da comunidade que integra, da decadência e da perda da consciência moral, da falta de fé em seus dirigentes e do desprezo às instituições vigentes, levando-a a aspirar uma forma de comunidade totalmente diferente pela qual se dispõe ao sacrifício. Corresponde ao estágio pré-revolucionário da guerra revolucionária a que alguns tratadistas conferem a designação de Guerra Subversiva.

#### 5. Outras posições

a. *Gabriel Bonnet*. “As guerras insurrecionais abrangem duas famílias: as guerras civis (que visam a autoridade nacional estabelecida) e as guerras de libertação (que se dirigem contra o invasor ou contra um poder estrangeiro). A guerra revolucionária é igual à guerra dos partisans mais guerra psicológica”.

b. *Lenine*. “Existem dois tipos de guerra: as de conquista (as guerras injustas) e as guerras de libertação (as guerras justas).”

### CONCLUSÕES PARCIAIS

1. Para os franceses, toda a guerra subversiva tem dentro de si implícita ou explicitamente a inspiração de Moscou.

2. Para os americanos, a guerra não convencional é entendida no seu aspecto técnico. A guerra econômica, política e psicológica, levantadas como princípios de integração, seriam processos cujo desenvolvimento, reconhecem eles, exige uma ligação estreita com a população nativa. Não proclama o fato ideológico como cerne.

3. Para os russos, o fator de divisão é o interesse da URSS. Nem o fator técnico, nem o fator ideológico.

4. Nós admitimos dois grandes eixos:

a) Integração nacional — guerra de libertação.

b) O insurrecional, a serviço da ideologia russa que, pelas razões expostas acima, não o nomeamos de revolucionário.

5. BONNET chama de insurrecional o que chamamos de *libertação*, isto é, movimento de evolução política interno, quer contra um governo reacionário ao progresso, quer contra uma potência invasora ou colonial.

A guerra revolucionária é definida por dois processos que não identificam a sua essência, uma vez que ambos são comuns a qualquer tipo de guerra.



6. Muito a propósito para efeito de confundir, o grande líder russo — Lenine — fez incluir, no termo libertação, as guerras de fundo nacionalista (de libertação) e as guerras a serviço do imperialismo soviético (guerra insurrecional).

As guerras de conquista pertencem antes ao passado colonialista do mundo. Hoje se as há são movidas pelos russos através do tipo insurrecional.

Assim guerra de conquista, para nós, é guerra insurrecional.

### GUERRA CIVIL

Admitimos a convivência da guerra de libertação e insurrecional no grande grupo *guerra civil*, porque sentimos que o velho conceito, para nós, de guerra civil, traduz a essência comum que existe em ambos os tipos de guerra:

- Sublevação *interna* contra a autoridade de direito ou de fato.
- Participação da população civil.
- Processos similares (guerra psicológica, guerrilha).
- Objetivo comum: tomada do poder.

Diferem, acreditamos, fundamentalmente no fato ideológico. Na guerra de libertação o movimento é *nacionalista*, isto é, os objetivos da subversão terminam dentro da fronteira do país, como busca de integração nacional (independência completa):

- Política (luta contra o colonialismo ou contra a tirania da autoridade constituída em governo, ou contra eventual ocupação estrangeira).
- Econômico-social (contra o sistema econômico-social, distanciado da história, ou seja, distanciado das suas realidades culturais e que, portanto, não mais interpreta o momento nacional).

Na guerra insurrecional, os objetivos da luta ultrapassam as fronteiras do país e visam colocar o país sob a dominação soviética efetiva ou velada, que exercerá o imperialismo através da ideologia marxista-leninista. É, como dissemos no 1º capítulo, agressiva, de fora para dentro e, poderíamos dizer, colonialista porque sendo a violentação da cultura de um povo por imposição ideológica, participa do mesmo vício do colonialismo clássico:

- Autoridades títeres, geralmente nacionais, representando a metrópole.
- Fechamento da fronteira ao comércio vivo das idéias e mesmo dos informes — fator indiscutível do progresso humano (versão de fechamento dos portos).



- Restabelecimento da escravidão do braço humano, pelo encaminhamento do trabalho a setor de atividades eleitas pelo Estado (versão da imposição da atividade que interessa à metrópole).
- Prescrição da unidade de pensamento, estiolando uma das mais lindas conquistas do espírito humano — a liberdade de pensamento e opinião, em franco exercício no mundo há já dois séculos (versão do veto ao livre trânsito das idéias nativistas).

## GUERRA DE LIBERTAÇÃO

*Linhas Ideológicas e Conceptuais* — Na guerra de libertação, o grande conceito ideológico é o nacionalismo ou afirmação da soberania de um povo que se levanta como força de subversão contra a ocupação colonial ou acidental de outros povos ou, contra o regime dissociado do seu momento histórico, ou seja, cultural, impôsto ao povo por minorias apoiadas na força.

É no sentido psicológico, um alargamento do ego à dimensão do grupo nacional quando o povo se dá conta da sua existência como grupo, com alma, cultura e características próprias e, tenta efetivar contra qualquer força que se oponha, a sua unidade psicológica incontestada que necessita para a sua expressão da *autodeterminação* em todos os campos da atividade humana (conceito de liberdade pessoal, ampliada para o povo) a fim de exercer plenamente as funções do Estado.

Assim, ao assistirmos o desfile das guerras desse tipo através da história, haveremos de concluir que elas foram inspiradas por esse anseio largo de liberdade (*autodeterminação*) ou como um movimento de povo amadurecido (espontaneidade social) rumo a conquistas econômico-sociais mais largas.

Poderíamos alinhar um sem-número de lutas desde a de VIRIATO contra ROMA, DUGUESCHIN contra o exército inglês, dos Partisans espanhóis, do TIROL e dos VOSGES (1814), a resistência dos franceses atiradores em 1870-1871, o movimento dos maquis franceses (1943-1944), a guerra de TUNÍSIA e ARGÉLIA, a de MARROCOS, ISRAEL, a Revolução Russa (1917 a 1921) e todos os demais espontâneos movimentos do povo na sua ânsia de integração nacional.

## TÁTICA E ESTRATÉGIA DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO

### 1. ESTRATÉGIA

— Diz J. HOGARD que na guerra insurrecional as populações representam, ao mesmo tempo, o *ambiente* onde se realiza a luta, o *objetivo* dos dois adversários e *um dos principais meios de ação*. Há necessidade, portanto, da dissolução do corpo social para a metamorfose necessária ao voo em nova direção.



Na guerra de libertação, não há dúvida, o povo é o ambiente e um dos principais meios de ação.

No entanto, não há necessidade da ação psicológica interna, porque o amor ao solo natal é inato na natureza humana e ele caminha naturalmente para a idéia de libertação da pátria ao compasso de simples medidas de arregimentação. Ele portanto, não é objetivo.

Como princípio estratégico principal teremos o domínio de áreas que facilitem o reconhecimento do seu governo.

A arma estratégica não é a exploração das contradições locais embora existam, mas o sôpro a sentimentos nativistas vívidos na alma humana. A ideologia instintiva — o nacionalismo — não necessita de “experts” para exaltar-lhe a grandeza.

A estratégia militar — a guerrilha — corresponde, como defensiva estratégica e tática ofensiva, a uma real compreensão do fraco que combate o forte.

## 2. TÁTICA

— A tática é idêntica à da guerra insurrecional: a emboscada, a tocaia, as negações, as fintas, a surpresa enfim, como princípio para anular a diferença das massas. Na guerra insurrecional, portanto, teremos ensejo de explaná-las à luz de orientação do seu técnico número um — MAO TSÉ TUNG.

## CONCLUSÕES PARCIAIS

1. A guerra de libertação é um instrumento do nacionalismo de um povo.
2. O clima das contradições internas, possível de ser explorado para acender a revolta popular, não é condição indispensável para o fermento revolucionário.
3. Não há politização ou conquista do povo à idéia revolucionária. Há arregimentação. O sentimento nacionalista é inato.
4. A estratégia militar é de defensiva estratégica e tática ofensiva, realizando o confronto dos dois princípios: *surpresa* contra *massa*. No entanto o seu objetivo são áreas que impossibilitem a ação do governo constituído e determinem a conquista do poder. O povo não é objetivo.
5. A tática se aproxima da empregada na guerra insurrecional, enquanto a estratégia busca os objetivos consagrados para a guerra clássica.
6. Há, cada vez mais, o domínio das regras da guerra insurrecional nas guerras de libertação, empreendidas nos dias de hoje, inclusive o interesse russo por qualquer luta nacional. Portanto, uma guerra de libertação pode transformar-se, no seu desenvolvimento, em guerra insurrecional.



## GUERRA INSURRECIONAL

## 1. LINHAS IDEOLÓGICAS E CONCEPTUAIS

O fato ideológico da guerra insurrecional é a doutrina marxista-leninista. Com esta ferramenta, num solo trabalhado pelas contradições internas, a luta é lançada numa primeira etapa para a conquista física e psicológica das massas, por intermédio da guerra psicológica, intentando num segundo lance a tomada do poder por processos agressivos: a guerrilha.

Atrás dos bastidores do conceito, vigia o imperialismo soviético, que será o usufrutuário da vitória.

Para viver tódá a extensão desta exposição inicial, de atualidade gritante, vamos lançar mão de afirmações auxiliares, que ajudarão a entender a técnica de pensar inerente a esta forma de conflito, porque estas afirmações servem de "back ground" dos princípios estratégicos e táticos ostensivos:

"A ação nada mais é que um meio para atingir um fim qualquer".

"A população é para o revolucionário o que a água é para o peixe".

"A ideologia intermediária, particularmente o nacionalismo, é o pano de boca para as platéias adversas à idéia comunista".

"A subversão, além de ser uma técnica, é uma idéia".

"O poder político procede do cano da espingarda".

**OBJETIVO.** O objetivo é o domínio da população para a tomada do poder. Este domínio comporta duas fases (simultâneas):

- Dissolução física e moral do corpo social, segundo J. HOGARD, mediante uma ação no seu interior e outra partindo do seu exterior, *simultaneamente*, com a construção da sociedade revolucionária totalitária no próprio interior da sociedade vigente e às suas custas até que a primeira se tenha desenvolvido suficientemente para fazer desaparecer a segunda. Nesta fase a guerra psicológica do estilo soviético tem largo uso, com seu célebre triângulo de apoio:

- mistificação;
- projeção;
- técnica da escola reflexológica.



**CONDIÇÕES INICIAIS :**

- Contradições internas.
- Um movimento do povo provocado ou não face a estas contradições, que servirá de onda transportadora da nova ideologia.
- Área geográfica favorável.

**CONDIÇÕES SUBSEQUENTES :**

- Descrédito dos poderes constituídos.
- Apoio da população.
- Enfraquecimento das Forças Armadas, por campanha de desprestígio e pela própria contaminação dos seus membros, psicologicamente vivendo no grande organismo — o povo.

**CARACTERÍSTICAS :**

- Guerra religiosa, cuja doutrina esquematizada em dogmas, facilita a sua popularização e a sua intolerância e crueldade.
- Ajuda do exterior.
- Amoralidade.
- Guerra psicológica.
- Guerrilha.

**ESTRATÉGIA E TÁTICA DA GUERRA INSURRECIONAL**

**ESTRATÉGIA.** No pensamento marxista leninista a política está subordinada à estratégia.

É um princípio condutor das operações que faz flutuar o procedimento político ao sabor dos imperativos estratégicos.

Se a dinâmica da política russa é o domínio do mundo, a sua estratégia de paz obriga a política a conduzir as guerras indiretas e de exportação configuradas plenamente na guerra insurrecional.

O objetivo clássico da estratégia é a imposição da vontade. Aqui é o domínio do povo. O objetivo político da tomada de poder ficará subordinado a esta estratégia sub-reptícia da conquista das massas cujos processos variam ao infinito, ao sabor das cores locais, desde a aliança aos *ideais intermediários*, à *profissão de fé anticomunista* se assim convier à propaganda vitoriosa, à infiltração do princípio revolucionário no seio do povo. Não há dúvida, que, nas grandes linhas, a subordinação da política à estratégia é teórica, uma vez que elas se confundem, porque ambas, como instrumentos, visam objetivos paralelos: domínio do povo = tomada do poder.



O que se torna evidente é que neste tipo de guerra é mais difícil ainda a separação dos atos políticos, dos atos estratégicos e até dos atos estratégicos dos atos táticos. A dificuldade de discernir, não resta dúvida, numa área tão vasta — de política à tática, advém das flutuações do conceito de estratégia. No seu degrau superior: condução do poder nacional para conquista dos objetivos nacionais e nos degraus inferiores a clássica significação de conduzir as Forças Armadas rumo aos objetivos estratégicos que condicionam a obtenção dos objetivos políticos da guerra:

- ocupação de áreas geográficas que impossibilitem a continuação do exercício da vontade do inimigo levando à rendição, que é o objetivo político;
- dominação do povo ou ocupação de áreas psicológicas (para tornar a linguagem paralela) que determinem a tomada do poder como fato político indeclinável.

J. HOGARD, enfrentando o mesmo problema de discernir o estratégico do tático, começa afirmando que enquanto o estratégico mergulha nos campos político, diplomático e econômico, o tático é essencialmente militar.

Sob o “fácies” militar, o estratégico e o tático se distinguem pelos prazos em que se realizam as ações de guerra e os escalões que conduzem essas ações. Admite HOGARD que na guerra insurrecional a diferença dos prazos tende a desaparecer, mas o problema de escalão continua subsistente.

MAO TSÉ TUNG elabora, contudo, uma afirmação, procurando deslindar o caminho: “A nossa guerra é a estratégia de 10 contra 1, e a tática de 1 contra 10”. Em seguida, afirma: “O estabelecimento de bases regionais é um problema estratégico”.

“A condução da luta é dentro do quadro militar de defensiva estratégica e tática ofensiva”.

“Preferimos a guerra da manobra e do aniquilamento”.

As armas serão: a guerrilha, o terrorismo, a infiltração e a organização.

Dentro desse quadro estratégico sem linhas certas, ressoam, como diretrizes, as afirmações de MAO TSÉ TUNG:

“Preferimos as guerrilhas às organizações lerdas e pesadas”.

“Somos contrários aos “fronts” definidos e à guerra de posição, porque preferimos os “fronts” flutuantes e a guerra de movimento (manobra)”.

“Somos contra a retirada do inimigo, porque somos partidários da guerra de aniquilamento”.



"Somos contra as colunas errantes, porque consideramos as forças revolucionárias como organismo de propaganda popular e um fator de organização de um poder popular local".

"Somos contra as instalações logísticas importantes, porque preferimos as reatuardas leves".

E, aqui, finalizando este capítulo, vejamos como SUZANNE LABIN apresenta um pouco do conteúdo estratégico — político-ideológico dessa luta de características "sui generis":

"As palavras são os projetis do século XX".

"Um jornal vale mais que 10 navios aeródromos".

"Uma película cinematográfica ou um programa de televisão produzem mais que 100 canhões".

"10 elementos criptocomunistas podem neutralizar 10 regimentos de Infantaria".

"Um ministro de informações é tão valioso para a defesa quanto o ministro de guerra".

Seriam esses princípios de SUZANNE LABIN, a estratégia da propaganda ou se quiser da guerra psicológica, componente da estratégia da guerra insurrecional.

## 2. TÁTICA

— A condução da luta deve ser feita pelo processo tradicional de guerrilha. A finta, a emboscada, a astúcia, todo o sistema de surpresa que multiplica o valor da guerrilha ao padrão 10 contra 1, forma as vigas mestras do procedimento da luta armada, neste processo insurrecional.

Como decorrência, surgem a fluidez e infiltração conseqüente, princípio básico do movimento das pequenas unidades, emoldurando o panorama militar da luta.

A propaganda — processo estratégico — vai ter, no terrorismo, na sabotagem de nível tático, uma sinistra maneira de convencer.

Por último, poderíamos visualizar através dos conhecidos princípios de MAO TSÉ TUNG a dinâmica e a psicologia desta tática:

- Se o inimigo avança, nós recuamos;
- Se o inimigo pára, nós o inquietamos;
- Se o inimigo cansa, nós o atacamos;
- Se o inimigo se retira, nós o perseguimos.



Na guerra de VIETNAM, que pode ser considerado o mais perfeito tipo de guerra insurreccional, valeram as seguintes recomendações do Comando das Forças Revolucionárias do VIETNAM:

- Combater sempre com inteligência; (Tática de ardis, escaramuças e emboscadas);
- Procurar, infatigavelmente, conservar a liberdade de movimentos;
- Estimular no guerrilheiro a vontade de atacar (atacar sempre, no avanço, na retirada, nas linhas de combate, na retaguarda);
- Manter o espírito de resolução (não tardar, não hesitar, não vacilar);
- Saber guardar segredo;
- Agir sempre com rapidez (fazer da rapidez o elemento essencial da surpresa);
- Fazer a guerra de extermínio total (impor o terror nas fileiras inimigas e na população não colaboracionista).
- A tática, contudo, pode evoluir para a forma clássica de guerra convencional, quando o valor da "base" e da força permita o exercício desse processo de luta.

### TÉCNICA DA AÇÃO

Deixamos de desenvolver o presente item, por não ser preocupação do presente trabalho, de natureza mais conceptual. A técnica se encontra profundamente estudada pelos franceses, particularmente pelo Capitão SOUYRIS, atentando que a FRANÇA suportou no curto período de após-guerra, pelo menos quatro grandes operações subversivas: da Indochina (1945 a 1954), Tunísia (1934 a 1954), Marrocos e Argélia (1954 a 1958).

### CONCLUSÕES PARCIAIS

1. A guerra insurreccional é uma luta em prol do domínio da ideologia marxista-leninista. Tem uma sugestiva bandeira social e uma técnica de ação apurada através de métodos científicos de persuasão e um largo experimento.
2. A ação antes de ser guerreira, é eminentemente psicológica, uma vez que o objetivo é o domínio da população, como trampolim para a tomada do poder.
3. O clima das contradições internas é o fermento necessário à propagação de ideologia.
4. O povo é o ambiente e objetivo da luta.



5. A estratégia visa a conquista de "bases" que dêem sentido geográfico à organização da massa.
6. A tática é a de guerrilha, incluindo atos de terrorismo e sabotagem. Características: fluidez, segredo, fintas, emboscadas, escaramuças, vivendo o mais possível a definição francesa: "Guerra abstrata, inimigo invisível".
7. A leveza dos elementos de apoio cria inicialmente um TO sem retaguarda. A solidez das retaguardas reside no apoio popular.
8. A esquematização da ideologia em estereótipos e "slogans", dá formas de dogma aos seus princípios, evoluindo a luta para a feição religiosa, intolerante e cruel.
9. São componentes da estratégia:
  - A propaganda da idéia;
  - A desmoralização do poder constituído;
  - A conquista da massa;
  - A luta de guerrilhas, podendo evoluir para a forma clássica de guerra convencional.

## FASES

### 1. FASES

Vamos apresentar como fases o desenvolvimento sugerido pelo General Augusto Fragoso, o qual, como êle reconhece não pode merecer limites rígidos ou precisos:

*1ª Fase:* Início da organização e da preparação da população. Constituição de células ou núcleos secretos de agitação e de propaganda, núcleos de "ativistas", "organizações de base" — que difundem a ideologia escolhida e exploram a fundo "as contradições internas" do meio.

*2ª Fase:* Ampliação, por infiltração, da organização revolucionária (através do estabelecimento de uma rede de vigilância, de informações e de resistência) e criação de um clima propício à subversão da ordem, um clima favorável à Revolução, por intermédio de movimentos grevistas, sabotagens, desordens, tumultos, motins, protestos, enfim manifestações da mais variada índole, contrárias à ordem vigente que se intenta destruir.

*3ª Fase:* A fase da franca subversão: Criação de "bases" e de "bandos armados" que passam à ação violenta sistemática, desenvolvendo a sabotagem e fazendo reinar o terrorismo, seja para eliminar os mais temíveis adversários seja para intimidar neutros e indiferentes. Aparecem as ações de guerrilhas.



4ª Fase: A fase da rebelião plena: Criação das chamadas "zonas liberadas" — pela multiplicação das "bases" — onde se procura instalar um "governo revolucionário" para dar ao movimento uma aparência legal e um prestígio internacional, possibilitando assim, aos "governos amigos", o reconhecimento do governo totalitário. Intensificam-se as ações de *guerrilha*. As "unidades regionais" aparecem e se desenvolvem enquanto ativistas armados se disseminam por toda a parte, dosando hábilmente *terror* e *persuasão* para aprofundar cada vez mais o fôssco entre as "massas" e seus quadros tradicionais e para engajar e comprometer as populações. No fim desta fase aparece normalmente um exército pseudo-regular — a chamada "Fôrça Principal" que representará complemento final e valioso à aparência legal e legítima da insurreição.

5ª Fase: Combinação estreita das ações de *guerrilha* com as operações militares clássicas da "Fôrça Principal", tendendo ao desencadeamento da chamada "contra-ofensiva geral" — mais política e psicologia do que militar propriamente dita. O melhor modelo desta "contra-ofensiva geral" foi dado pela China, em 1949.

#### TENTANDO O DIAGNÓSTICO E A TERAPEUTICA

Os sistemas de idéias não se impõem por sua lógica e excelência. Valem pelo seu conteúdo histórico. A aceitação desse postulado há de nos propiciar a compreensão do avanço da ideologia russa — o comunismo — instrumento da política soviética para o domínio do mundo. A conjuntura atual do mundo por si só é uma circunstancial de segunda importância face ao valor exponencial de amadurecimento do fenômeno social. Os campos férteis das contradições internas podem exacerbar a crise, mas não a criam, nem a conduzem. Se estiverem certas, essas conclusões oferecerão a chave para o combate à guerra insurrecional: — acompanhar a história.

A prevalência do social sobre o individual é uma realidade fora do comunismo. É do século.

O regime democrático para o equacionamento desses dois valores tem que se aperceber da necessidade de renovação dos seus institutos básicos de lei, criando também uma prevalência do social sobre o individual. Cabe à nossa inteligência estabelecer etapas para essa renovação, e inteligência como atributo social quer dizer, educação.

Mas se estamos como todos reconhecem, na fase pre-insurrecional é que o povo já por intuição tomou conhecimento do fenômeno histórico. Sobre aquele instituto fundamental e básico que recomendamos, já há lugar para as soluções secundárias.

Seriam elas a técnica de guerra psicológica e o combate às contradições internas como vigas mestras, no setor operativo.

A solução da força é o remédio derradeiro para quem não soube prevenir.



A propaganda e a campanha de esclarecimento são fatores de mérito que a democracia deve empregar ao máximo. As suas virtudes devem ser ressaltadas.

Há necessidade, ainda de um cerimonial de símbolos (bandeira e slogans) junto às mentes atraídas pela ritualística comunista. As mentes infantis gostam das idéias definitivas, do dogma que serve de anteparo seguro contra o esforço de raciocínio e de pesquisa. É uma lei de inércia mental.

Os símbolos, as idéias-estereótipos e as bandeiras são matérias pré-fabricadas, alimentos espirituais prontos para o uso.

Urge portanto, levantar uma bandeira para se contrapor à campanha solerte que o comunismo arrastado pela onda histórica social faz sobre o espírito das massas.

É preciso acreditar que o fenômeno social tem vida própria. Ninguém inventou. Não tem dono.

O descompasso entre a exigência do progresso social e a realidade social chama-se subdesenvolvimento. Apesar de não ter conteúdo certo é o caldo predileto para a agitação. A difusão leva a todos os recantos do mundo as conquistas dos povos. As aspirações dos indivíduos e grupos se orientam pelos melhores padrões que passam a ser modelos, metas a atingir.

A conjuntura social atual propicia o lançamento do povo brasileiro rumo a esses modelos que concretizem melhores níveis de vida.

O Nordeste, a chamada área-problema, vive padrões distanciados grandemente dos modelos preconizados e inclusive dos próprios padrões vigentes no sul do país.

É um clima propício à fermentação revolucionária. Como a bandeira do comunismo não oferece a esperada sedução à massa, são lançadas as "idéias-intermediárias": nacionalismo, reforma agrária, luta contra o imperialismo americano, solidariedade a Cuba, etc.

A luta já começou. Estamos pontilhando os itens de 1ª e 2ª fase insurrecional já citadas.

Temos: a propaganda franca, a arregimentação através das Ligas Camponesas, do Pacto da Unidade Sindical, do Conselho Sindical dos Trabalhadores, do Centro de Cultura Popular e da Aliança Operária-Estudiantil-Camponesa, etc. Não quer dizer que essas organizações sejam necessariamente esquerdistas. Mas elas envolvem as classes — objetivos dos esquerdistas: operários, camponeses e estudantes. A desmoralização do governo, meta insurrecional, é trabalhada através da propalação da impunidade para os agentes de corrupção; de que campeia o negociismo e o comércio de influência. Firma-se o descrédito das classes dirigentes e cria-se o clima de indiferença da maioria do povo pela sorte do regime.



Para as Forças Armadas criaram o slogan de que "Exército não combate Exército" e admitem que a possível divergência de idéias dentro dos grupos armados, os imobilizarão.

As grandes coordenadas estratégicas estão tentadas. Falta um aumento de intensidade que crie o clímax para o arrebatamento. E ainda líderes à altura da empresa.

Do nosso lado o problema de liderança também não parece estar bem equacionado. Pelo menos os líderes são acusados de irrealismo, a mais grave acusação que se lhes possa imputar.

É necessário movimentar a mesma estratégia: propaganda, arregimentação e, de nosso lado, mais o equacionamento econômico. Para o Nordeste temos dois órgãos que estão à altura da tarefa: SUDENE e DNOCS. São a essa altura órgãos de Segurança Nacional e deveriam ser supervisionados pelo CSN ao invés de manuseados por políticos vacilantes.

A democracia, já dizia Croiset estudando a democracia grega, tem o vício de sobrepor o interesse dos partidos ao interesse da Pátria.

Se é esse o seu vício apesar de suas excelentes virtudes, cabe obstar a ação partidária em setores substanciais da Segurança Nacional.

#### *Conclusões :*

Diagnóstico — Início da 2ª fase da guerra insurrecional.

Terapêutica — Adaptação dos institutos legais ao momento histórico.  
— Campanha de esclarecimento e educação.

— Campanha contra o subdesenvolvimento.

#### CONCLUSÕES FINAIS

1. Na guerra de libertação, o conceito da luta é defensivo, enquanto na guerra insurrecional é ofensivo. Enquanto no 1º o objetivo é a integração nacional através do exercício pleno da soberania de um povo, no segundo a finalidade visada é a ampliação do domínio russo, no mundo.
2. Cada vez mais esses dois tipos de guerra se apresentam assemelhados em seus processos.
3. Enquanto na guerra insurrecional o objetivo estratégico é o domínio do povo, na guerra de libertação o objetivo estratégico é o domínio de áreas (como na guerra clássica) que impossibilitam a ação do governo constituído e determina a sua queda.



4. A tática, obedecendo os mesmos processos nos dois tipos de guerra, se reveste na guerra insurrecional da violência e crueldade próprias das guerras religiosas.
5. Na guerra insurrecional a necessidade de domínio do povo dá realce marcante à guerra psicológica.
6. A criação de uma bandeira para a democracia, facilitará a dinamização das medidas de prestígio e propaganda do regime junto ao povo.
7. Nada indica que a onda social amadurecida tenha no comunismo uma representação coerente. O fenômeno social hodierno pode ser instrumentado em normas democráticas, com maior espontaneidade social (adequação da idéia ao tempo e povo), portanto sem atrito entre o novo e o velho, do que em normas radicais formuladas aprioristicamente em laboratórios de pesquisa social. As conclusões marxistas-leninistas têm um vício comum com a análise algébrica: a interpretação é lógica, mas o conteúdo por vezes se distancia da realidade aceitável. Parece que o fato social foi considerado rigidamente como se rolasse história afora, sob impulso de uma inércia incontrolável. Os institutos de lei são uma forma de esvaziamento das forças imanentes no interior do fenômeno e, portanto, uma prevenção contra o eclodir das mesmas. Em suma, são uma ação humana de líderes afinados com a história corrigindo e esbatendo a onda social em curso.

A educação do povo é outro fator de correção. O fenômeno se desfigura quando vibra em novo ambiente social.

Lei e Educação como fatos, são também história, isto é, são forças lançadas no mesmo torvelinho complexo e inextricável, determinando novas resultantes.

8. A primeira medida de profundidade para fazer face à crise na atual mudança de valores, é um instrumento legal que interprete os novos valores e lhes dê uma tradução coerente com o apelo espontâneo social (adequação), fugindo de modelos de importação pré-fabricados.

O combate ao subdesenvolvimento e a educação trarão o povo ao encontro da lei e propiciarão de um lado uma resposta às suas necessidades urgentes e do outro um entendimento do *quantum* pode exigir do organismo social.

9. O emprêgo da força, quando obrigado pelas circunstâncias, vai significar apenas uma contemporização para que se dê tempo ao processamento das medidas de base preconizadas acima.



## ALTERAÇÃO DE ENDERÊÇO

Em caso de alteração do seu enderêço, *disso dê conhecimento à Revista, com a máxima urgência*, a fim de continuar a recebê-la com regularidade. Para isso faça a sua comunicação diretamente ou através do nosso Representante na sua organização.

### FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

(Fineza preencher a máquina ou com letra legível)

Nome .....

Pôsto .....

Enderêço antigo:

.....

(Organização militar ou residência)

Cidade ..... Estado .....

Nôvo enderêço:

.....

(Organização militar ou residência)

Cidade ..... Estado .....

.....  
(Local e data)

.....  
(Assinatura)



# A SEGURANÇA NACIONAL E A GUERRA FRIA

(Conferência proferida pelo Prof. A. C. PACHECO  
E SILVA, em 20-12-61, no Forum de Debates  
"Roberto Simonsen" cedida a esta Revista pelo  
autor).

Com o maior desvanecimento, anuí ao convite que me foi dirigido, para aqui realizar uma conferência sobre a Segurança Nacional, numa hora cheia de apreensões, em que a Nação precisa estar alerta, vigilante e capacitada das ameaças que sobre ela pairam, a fim de assegurar a sua soberania, lutar pela sua sobrevivência e defender os princípios democráticos que sempre inspiraram o povo brasileiro, ardoroso paladino do mundo livre.

Quiseram os órgãos dirigentes da Indústria de São Paulo que o ciclo destas conferências fôsse inaugurado por ocasião da visita do Estado-Maior das Forças Armadas, dos Ministros Militares e dos chefes dos Estados-Maiores das Três Armas, como parte integrante das homenagens que lhes estão sendo tributadas, em testemunho de respeito, admiração e de reconhecimento a uma Classe, que, no passado como no presente, tem sabido velar pela integridade do nosso território, assegurar a tranqüilidade em os nossos lares, lutar contra os inimigos da Pátria, tanto externos como internos.

**1.1. Papel das Forças Armadas** — As Forças Armadas constituem uma grande e severa escola de disciplina, de civismo e de patriotismo, onde a autoridade é acatada e a hierarquia respeitada.

Pelas suas fileiras já passaram milhares de brasileiros, muitos dos quais souberam, com honra e glória, dentro do nosso território ou defendendo a nossa bandeira em solo estrangeiro, lutar e se sacrificar pela Nação.

São elas que conservam viva, perene e sublime a imagem da Pátria, que alimentam as tradições imarcescíveis dos nossos heróis, que apuram as virtudes da raça e aprimoram o caráter nacional, educando, instruindo e zelando pelos nossos jovens, os quais, freqüentemente, só ao atingir a idade militar logram receber os primeiros ensinamentos e são arrancados do obscurantismo em que até então viviam mergulhados, dispersos na imensidão do nosso território.

É, ainda, para as nossas Forças Armadas, guardiãs diligentes e alertas, que a Nação se volta quando se vê ameaçada, quando o inimigo ronda as nossas fronteiras ou se infiltra em o nosso seio, buscando desagregar, asfixiar as nossas forças criadoras e produtivas, para mais facilmente dominá-las, derrubar o regime e entregar o país ao jugo estrangeiro.

Hoje, como em todos os tempos, neste momento difícil e tumultuado, tôdas as esperanças se depositam nas classes militares, cuja ação tem sido decisiva na consolidação da unidade nacional, na garantia das



nossas mais caras tradições de liberdade, e de justiça, que dignificam e enobrecem o homem, justificando a razão de viver.

**1.2. O testemunho de um grande brasileiro** — Há precisamente 25 anos, num instante de crise da vida nacional, como este em que nos encontramos, uma figura insigne de homem e de patriota, que muito sofreu e se sacrificou pelo bem do Brasil, esse paulista inolvidável que foi Armando de Salles Oliveira, ao saudar as Forças Armadas, que poucos meses antes haviam salvo o Brasil dos que tentaram aqui implantar o regime da opressão e da escravidão, teve palavras inspiradas, que merecem hoje lembradas e meditadas, porque se ajustam, perfeitamente, à atual situação. Disse ele, então: "Um povo jovem, que quer conservar a sua independência, não se pode conformar com uma atitude negativa, sem grandeza e sem futuro. As nossas idéias não são novas, mas, nós as renovaremos pela força com que as sustentamos. A famosa mística internacional, nós oferecemos a mística eterna da Pátria. À doutrina da igualdade, mas, da igualdade na servidão e na miséria, nós oporemos a da igualdade que permite a livre expansão de todas as forças criadoras. À disciplina feita de constrangimento e para fins materiais, nós oporemos a que se funda na obediência voluntária e na supremacia de ordem espiritual. Ao choque de suas organizações terroristas, nós oporemos as nossas próprias organizações de choque. À sua ofensiva sanguinária e semeadora de ódios, nós oporemos o heroísmo de nossas Classes Armadas, que temos de cercar de prestígio e de respeito e de prover dos elementos materiais que lhes faltarem, porque em suas mãos repousam a sorte e a honra do Brasil".

Eis aí verdades que merecem ser recordadas, porque a Nação não pode se deixar abater pelos mesmos inimigos, que sobre ela lançaram, agora, a guerra fria, no propósito de estabelecer a desordem e a subversão, visando destruir a nossa cultura, tolher a nossa liberdade, para implantar no Brasil uma ideologia esdrúxula, contrária à nossa índole, ao nosso passado, à nossa religião, aos nossos princípios que repudiam tudo quanto atenta contra a pessoa humana, fere a liberdade de consciência ou anula os nossos direitos.

**1.3. A Escola Superior de Guerra e a Segurança Nacional** — Esplêndida escola de brasilidade é a Escola Superior de Guerra, que faculta aos seus estagiários, militares e civis, através dos seus cursos, trabalhos e viagens realizadas, um profundo conhecimento da nossa terra e da nossa gente. Ali se aprende a querer ainda mais o Brasil, a conhecê-lo de norte a sul em seus aspectos mais típicos, a equacionar os magnos problemas do nosso país, a verificar de perto as necessidades mais prementes do nosso povo, particularmente daqueles que lutam contra condições climáticas adversas, são dependentes de uma frágil estrutura econômico-social, forçados a suportar o pauperismo e a insalubridade das regiões que habitam, resistindo a toda sorte de privações e agruras, trabalhando, sofrendo e morrendo para não abandonar a terra onde nasceram.



Todos os anos a Escola Superior de Guerra promove a uma revisão e complementação dos conhecimentos necessários ao estabelecimento da Doutrina da Segurança Nacional, procurando sempre aperfeiçoar, atualizar e desenvolver a metodologia necessária à formulação de uma Política de Segurança Nacional, de forma a permitir a aplicação de uma técnica de planejamento ao caso concreto do Fortalecimento do Potencial Nacional.

O preclaro Marechal Juarez Távora, antigo Comandante da Escola, grande conhecedor dos problemas nacionais, baseado na documentação existente na Escola Superior de Guerra e nos seus próprios estudos, ensina: "A Segurança Nacional é o grau de garantia relativa que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas, psico-sociais (aí incluindo as técnico-científicas) e militares, um Estado pode proporcionar à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda dos seus objetivos nacionais. O conceito de Segurança Nacional é eminentemente dinâmico, quanto à atualização dos meios necessários à ação que, pelo menos na fase atual das relações internacionais, deve ser revista, continuamente, em função do aparecimento e do aperfeiçoamento constantes de novas e formidáveis armas de destruição, indispensáveis, não apenas para a conquista, mas, também, para a manutenção dos objetivos mais essenciais a uma Nação".

Outra grande figura das nossas Forças Armadas, o General Armando Pereira de Vasconcellos, assinala: "O caráter específico da Política de Segurança Nacional, como parte da Política Nacional, tendo como finalidade enfrentar os antagonismos que se oponham à consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais por esta fixados, de modo que possam ser atingidos, progressivamente, ajustados às reais possibilidades do Poder Nacional e mediante ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, de que esse Poder é o instrumento básico. Diante da situação conjuntural, interna e externa, aquelas ações poderão desenvolver-se sem a guerra, se possível, mas, enfrentando-as nas melhores condições de êxito, se necessário".

**1.4. A guerra moderna e a Segurança Nacional** — A Segurança Nacional exige, presentemente, uma completa revisão de sua doutrina, da sua concepção, da sua metodologia e planejamento, como já vem fazendo o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, não só em virtude das possibilidades de virem a ser utilizadas as modernas armas de destruição, convencionais ou não convencionais, como, também, dada a aplicação de novos métodos da guerra fria, que estão decidindo os destinos da humanidade.

Grandes mutações sofreram, de fato, as formas antigas de empreender a guerra. A guerra política, revolucionária e subversiva, lançada e utilizada, hoje, em larga escala, pelos soviéticos, em toda a parte, difere, essencialmente, da sua concepção primitiva. Pelos seus processos, não se busca mais a vitória nos campos de batalha, mas através da aplicação de um conjunto de ações diversificadas e conjugadas — políticas, sociais, econômicas, psicológicas, e, finalmente, só como úl-



timo e derradeiro recurso, e quando as demais falharem, então a armada.

Suzanne Labin conceitua, de forma sintética, este novo tipo de guerra: "É o conjunto de cometimentos, empreendidos pelo Kremlin, fora do campo estritamente militar, isto é, essencialmente na vida pública de cada povo, para destruir o regime de liberdade existente e instaurar a hegemonia mundial do poder absolutista e totalitário, que o comunismo encarna. Seus princípios consistem, sobretudo, na propaganda, segue-se a infiltração, a decomposição, a corrupção, a sabotagem, a rebelião e a guerrilha, desde que não implique no engajamento regular das forças armadas soviéticas, na guerra quente. O objetivo essencial consiste sempre em conquistar ou fazer inclinar para o Kremlin as posições que controlam a linha política das nações (ministérios e administrações, imprensa e publicações, rádios e televisão, escolas e universidades, partidos e sindicatos, grupos de influência, organismos internacionais, opinião pública em geral), evitando que as forças conquistadas prossigam na sua meta.

O objetivo principal da guerra fria é, como se vê, o de minar progressivamente o adversário, explorar hábilmente as tensões internas, agravar os antagonismos existentes — políticos, ideológicos, sociais, econômicos, regionais, religiosos, raciais ou de classes, capazes de exercer influência profunda e prejudicial sobre a população a conquistar, criando a discórdia e a cizânia, para facilitar a implantação do regime comunista.

Por outro lado, a interdependência que hoje existe entre as Nações do mundo, reunidas em blocos, faz com que, todo e qualquer movimento reivindicatório que se esboce no seio de determinada população, embora seja de caráter puramente local e careça de importância, se transforme logo em acontecimento internacional. Este, explorado hábilmente por inimigos astutos, dá ensejo a manifestações, tanto de apoio e solidariedade como de protesto e de repulsa, de larga repercussão, favorecendo a guerra fria.

Na luta em que o mundo está empenhado, a existência e o fortalecimento do Poder Militar se impõem ante a hipótese da guerra fria se transformar em guerra quente e como uma advertência ao adversário. Entretanto, é preciso reconhecer que, nestes últimos anos, o papel desempenhado pelas forças militares tem sido de importância relativa, comparada com as vitórias obtidas mercê dos métodos e técnicas subversivos e revolucionários. Mais de um terço da Humanidade foi dominada pelos comunistas, após a última guerra mundial, praticamente sem derramamento de sangue, sem perdas de lado a lado, pelos processos que os próprios russos denominam de sovietação indolor.

No passado havia uma nítida distinção, uma linha divisionária perfeitamente definida, entre os "tempos" de Paz e os "estados" de Guerra, que foi pouco a pouco desaparecendo.

Hoje, não se faz mais a clássica "Declaração de Guerra", a luta entre as Nações se trava e evolui quase que imperceptivelmente, atra-



ves da guerra política, econômica, diplomática, subversiva, psicológica, de propaganda.

A estratégia soviética adotou a clássica fórmula da Clausewitz — “A guerra nada mais é senão a continuação da política por outros meios”, Lenine pregava “A guerra é parte de um todo e esse todo é a política”

Além da propaganda intensiva e de outras formas similares não violentas, a sabotagem ativa e passiva, a subversão pré-fabricada por agitadores profissionais, o terrorismo e o emprêgo de técnicas adequadas para fomentar, animar e ajudar, ocultamente, rebeliões locais, favorecer a captação sutil dos movimentos apolíticos, a exploração dos sentimentos nacionais e a utilização de métodos capazes de despertar estados emocionais e passionais, comprometendo o raciocínio frio e objetivo dos fatos, são métodos largamente utilizados pelos comunistas.

A luta pelas armas, a guerra quente, violenta, cruenta, generalizada e total só é por eles recomendada e desencadeada como recurso extremo, depois de esgotados todos os outros meios, indicados e empregados para dominar o adversário.

Deve-se ainda considerar a existência, entre a guerra fria e a quente, de múltiplas gradações, de estados intermediários, de formas marginais, integrando a guerra morna. Esta, caracteriza-se pelo emprêgo de ameaças, desafios, provocações, exibição de forças, explosões experimentais atômicas e termo-nucleares, lançamento de aeronaves e mísseis, anúncio da descoberta de novos engenhos de destruição, ainda mais mortíferos, para amedrontrar, intimidar e aterrorizar o adversário.

A guerra morna comporta, ainda, operações militares de pequeno porte, em que a ação violenta se limita a áreas circunscritas, nas quais se ferem periodicamente choques entre patrulhas, combates restritos com ligeiras perdas de lado a lado, os quais não chegam a se generalizar, mas que constituem focos permanentes de inquietação, de atritos e fricções como ocorre presentemente na Ásia e na África.

Tudo isso veio alterar radical e substancialmente o planejamento para a Segurança Nacional, que se ampliou e se torna cada dia mais complexo. Esta tarefa se afigura ainda mais difícil para as democracias, como bem assinalou o ilustre General Oswaldo Cordeiro de Farias, quando disse: “Numa época em que o pavor de uma destruição global é o garantidor da paz, já que os líderes dos dois grupos possuem os incríveis engenhos atômicos, buscam-se soluções outras que não a guerra total para resolver esse período de tensão política. Embora felizmente assim aconteça, as desvantagens estão com os países democráticos, dada a dificuldade de sua completa aglutinação.

Urge, para eles, descobrir meios novos para enfrentar o impasse em que estão colocados, como por exemplo, a constituição de um super-estado europeu, resultante da conjunção dos estados nacionais do Ocidente, que, economicamente poderoso, seria, por sua própria natureza, impermeável ao comunismo.



A verdade é que para nós, democratas, está pôsto o problema e urge resolvê-lo. As armas empregadas dos dois lados, são, porém, desgraçadamente desiguais. Nossa vida, pelas razões próprias de liberdade em que se alicerça, está sujeita a um choque permanente de idéias, e, conseqüentemente, de ações. E é antes de tudo, clara na sua organização e nos seus propósitos".

**1.5. A Segurança Nacional e o Poder Econômico** — A Segurança Nacional está visceralmente vinculada ao Poder Econômico. Quando um país se desorganiza economicamente, por incúria dos seus dirigentes, o povo não tarda a sofrer as conseqüências da orientação desastrada dos responsáveis pela gestão dos negócios públicos. As principais riquezas da Nação são ameaçadas de ruína, a produção do país baixa consideravelmente; os seus produtos se tornam gravosos; a inflação a jato avilta a moeda e eleva desmedidamente o preço das utilidades, acarretando a carestia da vida, a despeito do aumento contínuo dos salários. Como conseqüência lógica e fatal, do desastre financeiro, surgem reações em maior ou menor escala, na esfera psico-social. Um descontentamento geral e a revolta se instalam em tôdas as classes, há justos protestos contra a situação, a princípio tímidos e inexpressivos, mas que tendem a se agravar e a se generalizar. É, então, o momento azado para a ação dos que, a serviço das forças opressoras, desejam promover a desintegração da Nação, aprofundar a luta entre as as classes, provocar uma convulsão social, como já se tem observado em vários países, hoje jungidos ao bloco comunista. Para tanto lançam mão de meios os mais ignóbeis, não hesitam em sacrificar as forças vivas da Nação, investem contra as classes produtoras, tentam por todos os meios asfixiar a Indústria, fator indispensável à vida, ao progresso e ao desenvolvimento de um país e fundamental à Segurança Nacional.

Harry Welton, no seu livro "Sabotagem econômica soviética", chama a atenção para o fato do Kremlin conclamar atualmente os seus agentes e auxiliares, onde quer que trabalhem, a não só sabotar a produção ocidental, mas, também, a filiar-se à causa da paz universal. Incutem no espírito dos operários que o único meio de evitar a guerra consiste em tornar a União Soviética a primeira potência industrial do mundo e que o enfraquecimento das democracias faz com que êsse objetivo seja alcançado com maior rapidez.

As atividades dos dirigentes comunistas do mundo não deixam dúvida quanto ao fato de realizarem êles um esforço prodigioso para minar as indústrias chaves, tais como as técnicas, os transportes marítimos, o petróleo e tôdas aquelas que são de importância vital para a economia e a Segurança das Nações Ocidentais.

**1.6. Um apêlo impressionante ao mundo livre** — A Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos, reunida em Paris em dezembro de 1960, dirigiu ao mundo livre um apêlo que merece



maior divulgação entre as Nações mais visadas pela propaganda e ação comunista, as quais necessitam saber se defender da guerra fria. Ei-lo:

O mundo livre deve ter presente:

- que o sistema do poder totalitário, a que se reduz presentemente o comunismo, visa obstinadamente, através de tôdas as suas ondulações táticas, subjugar tôdas as nações. O comunismo deverá destruir a liberdade onde ela impera, senão a liberdade o destruirá no seu próprio reduto.
- que a via militar, para a realização desse objetivo, foi barrada, notadamente graças aos esforços e ao armamento da O.T.A.N.; diante disso, o Kremlin reforça o seu assalto sôbre o plano civil, para solapar e depois conquistar as nações livres, internamente, por meio de um colossal aparelho de guerra política, cujas despesas ultrapassam mil milhões de dólares por ano e cujas armas principais são a infiltração dos movimentos e das instituições democráticas, a organização cuidadosa dos mistificadores e dos mistificados, a manipulação dos séres, a sabotagem econômica e, sobretudo, uma propaganda tentacular aberta ou insidiosa, invadindo e corrompendo, sem exceção, tôdas as células da sociedade;
- que esta máquina destinada a subjugar a opinião, única na história da humanidade, trabalha não para alcançar o que foi outrora a doutrina socialista, mas, simplesmente, para o serviço quotidiano da política exterior do Kremlin;
- que essa máquina e não as suas Forças Armadas, já trouxeram para o Kremlin todos os sucessos do após-guerra, de Yalta a Cuba;
- que, enquanto o mundo livre não se prepara senão para a guerra de foguetes, que provavelmente jamais se travará, na frente da guerra política, que se tornou decisiva e que já está em curso, permanece êle — Helás! — surdo, cego e mudo. Não tendo presente que, de nada serve armar o braço, se deixar, passivamente, o inimigo desarmar o cérebro;
- que é necessário opor, à universalidade da opressão, encarnada pelo mundo comunista, uma outra idéia igualmente universal, que não pode ser outra senão a da federação dos povos livres.

Em consequência, a Conferência apela para o mundo livre:

- a preencher com urgência essa grave incúria que pode custar a vida à civilização nos próximos anos;
- a enfrentar diretamente o aparelho comunista da guerra política, pondo mãos à obra, desenvolvendo todos os esforços necessários para que a sua causa, que é a da verdade e na qual deve êle confiar e mesmo orgulhar-se, faça-se ouvir tão alto quanto a mentira inimiga;
- a criar, em particular, os estados-maiores de guerra política e escolar para formar militantes advertidos da democracia;
- a lançar um movimento de Missionários da Liberdade que, vivendo nas nações subdesenvolvidas, as auxilie a melhorar o



nível de vida, podendo, graças à autoridade assim adquirida, esclarecê-los pelo exemplo sobre o plano político, único meio de evitar que se deixem levar pela demagogia comunista;

- a reforçar essa ação defensiva, por uma ação ofensiva, com o objetivo de inquietar os chefes comunistas na sua frente interior, que eles sabem fraca, recusando a sua legitimidade, reclamando sem tréguas a autodeterminação para os seus súditos e para os povos colonizados, revezando e ajudando a resistência incansável que esses povos opõem aos seus opressores e, na qual reside a melhor chance de uma garantia durável de paz, a saber: a queda, sem guerra, da ditadura em Moscou e Pequim;
- a tratar como uma força o propósito soviético de coexistência, enquanto o universo enclausurado atrás da cortina de ferro, não obtenha a reciprocidade da liberdade, aberto sem restrições às idéias, aos livros, aos jornais e às correntes democráticas do Ocidente;
- a corrigir uma diplomacia mole, crédula e disparatada, que conduz diretamente à exaltação da arrogância dos agressores e, às tensões, e, forjar uma política comum e firme do mundo livre, única capaz de dissuadir o Kremlin de empreender ações agressivas.

Homens livres de todos os países, uni-vos!

**1.7. Em conclusão** — A Segurança Nacional exige uma completa revisão da sua doutrina, da sua concepção, da sua metodologia e planejamento, não só em virtude da possibilidade do emprego das armas modernas de destruição, como e sobretudo pela introdução dos métodos e técnicas da guerra fria, que está decidindo os destinos da humanidade.

A Segurança Nacional envolve, presentemente, problemas os mais complexos, de ordem militar, política, econômica e psico-social. É imprescindível que todas as ações obedeçam a um plano harmônico e se desenvolvam coerentemente, visando os objetivos nacionais.

Não se concebe mais no mundo atual, a existência de divergências entre a política externa e a interna; atitudes ambivalentes, claudicantes, hesitantes, contraditórias ou isolacionistas.

No planejamento da Segurança Nacional cumpre levar-se em conta a importância da guerra fria, nas suas mais variadas modalidades, adotando-se medidas defensivas contra a ofensiva já lançada contra a América Latina, pelos soviéticos.

As nações livres do mundo devem unir-se na luta contra a ofensiva da guerra fria, adotando uma política firme e resoluta, da qual participem todos os países que têm afinidades entre si, interesses e aspirações comuns e adotem princípios democráticos, para não se deixarem esmagar pelas técnicas e pela propaganda soviética.

A Segurança de todas as Nações Americanas depende da aliança, de um recíproco entendimento e compreensão entre elas, de forma a reforçar o bloco ocidental e garantir a sua independência, o que não significa a abdicação à soberania de cada uma e submissão aos mais fortes



# AÇÕES DAS PEQUENAS UNIDADES

Col CAMPOS DE ARAGÃO  
Oficial de EM

A Biblioteca do Exército pretende, em breve, fazer o lançamento de algumas traduções de livros já editados nos Estados Unidos e que versam sobre o estudo histórico de ações de pequenas unidades durante a campanha da Europa.

Daqui vai o nosso aplauso a essa iniciativa que, certamente, encontrará excelente repercussão no âmbito dos chefes dos pequenos escalões.

Indiscutivelmente ainda é a história militar a melhor fonte de ensinamentos para os combatentes. É, normalmente, através da análise meticulosa das ações das pequenas unidades que, por um processo de crítica equilibrada, pode-se chegar a uma seleção de ensinamentos úteis para aqueles que se preparam para a guerra.

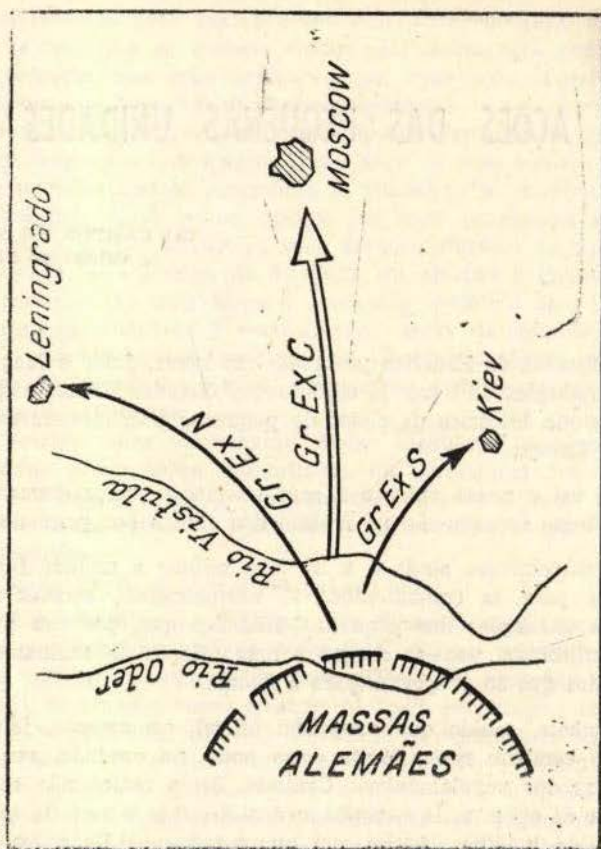
É, também, sabido que ao jovem oficial, comumente, falta a experiência do combate real. Muita coisa pode, na verdade, ser aprendida nas páginas dos regulamentos. Contudo, esses textos não estimulam a imaginação de quem os lê e, muito menos, dão-lhes a perfeita compreensão do campo de batalha. Assim, em quase todos os Exércitos adiantados encontramos uma literatura bem desenvolvida, apresentando relatos pessoais do campo da luta. Essas situações vividas, bem exploradas, podem ser utilizadas não só para instruir os jovens líderes em assuntos técnicos de emprego das armas, como também a dar-lhes uma melhor compreensão do campo de batalha, onde o imprevisível se manifesta a todo instante.

Não devemos deixar de ter sempre em mente que o treinamento de combate, de oficiais e praças, é elemento essencial à vitória.

O exemplo escolhido foi extraído de um desses livros já selecionados pela nossa Biblioteca: "Historical Study Small Unit Actions During the German Campaign in Russia".

Em suas linhas gerais, o grande plano de Hitler para a invasão do território russo visava a destruição das grandes massas dos soviéticos no Oeste da Rússia Européia. Foram eleitas três divisões pelo Alto Comando Alemão e sobre cada uma delas foi lançado um Grupo de Exércitos.





Os grandes objetivos afastados eram: para o Grupo de Exércitos do Norte — Leningrado; para o do Centro — Moscou e finalmente o do Sul — Kiev.

Sem essa ligeira explicação não nos pareceria lógica a apresentação do caso que se segue:

### *Ataques alemães a objetivos limitados ao Sul de Leningrado*

Após ligeiros avanços através do Estado Báltico, ainda nos primeiros dias da campanha, o Grupo de Exércitos do Norte chega aos portões de Leningrado, onde os russos furiosamente disputam cada polegada do território. Assim, durante o verão de 1941, os alemães passaram lentamente a apertar o anel de aço em torno da cidade bem fortificada.

No meado de setembro, ao 490º Regimento de Infantaria foi dada a missão de eliminar centros de resistência russas a 15 milhas aproxima-



claramente ao Sul de Leningrado, na área Norte do Rio Izhora, que se estendiam sucessivamente, entre Romanovka e Stulsk (Fig. 2). No eixo de marcha da vanguarda do Regimento permaneciam várias casamatas russas e posições defensivas estabelecidas sobre as colinas dominando o Vale do Izhora. Estas posições precisavam ser neutralizadas a fim de que fôsem asseguradas as linhas de comunicações alemãs, durante o ataque contra Slutsk. A 13 de setembro o Regimento atravessou o rio ao Sul de Gorki e gastou a noite na limpeza da Vila.

O ataque às colinas de posse dos russos, ao norte do rio, ficou para o dia seguinte, com os 1º e 2º Batalhões avançando ao longo do Vale e o 3º Btl protegendo o flanco Norte (Fig. 2).

Muito pouco conhecidos eram o inimigo, o terreno e as fortificações na área. As cartas alemãs, bem como as previamente capturadas, eram desatualizadas e mesmo imprecisas. Por esta razão, o comandante do 3º Batalhão decidiu conduzir cuidadosamente seu reconhecimento. Este tomou toda a manhã e não foi senão depois do meio-dia queo ataque do 3º Btl, contra as casamatas a Este de Gorki, finalmente, pôde desembocar. A vanguarda fôra reforçada com três turmas de demolição equipadas de lança-chamas e cargas explosivas. Assim, apenas poucos minutos foram necessários para a conquista da primeira casamata russa. Enquanto os engenheiros estavam preparando para atacar a próxima casamata, dois obuses russos situados num campo de trigo, a oeste de Vilosi, entraram em ação. A Artilharia do Regimento foi alertada e destruiu as duas peças e mais um depósito de munição localizado nas proximidades das mesmas. Cerca das 16,00 horas a turma de demolição tinha capturado a segunda casamata e preparado o ataque à terceira, a qual presumia ser a última. Meia hora depois essa casamata estava em mãos alemãs. Os engenheiros iam ser retirados da frente, para um repouso merecido quando o 1º Btl já mais avançado para o Sul, descobriu duas outras casamatas, uma das quais se achava a cerca de 1.000 jardas a Sudeste de Vilosi. A equipe de demolição teve novamente de intervir recebendo ambas as fortificações como missão em uma ordem curta. Isso se impunha, pois era necessária a redução das mesmas, de modo a ficar aberto o caminho para os elementos avançados do 3º Btl na direção da colina 312 a Noroeste de Vilosi. Continuando seus ataques, o 3º Btl realizou ligeiras conquistas no fim de 14 de setembro. Fêz alto às 20,15 horas e voltou para Vilosi a fim de aí passar a noite. Os outros dois batalhões tinham feito apenas pequenos avanços durante o dia, e gastaram a noite de 14 para 15 de setembro nas orlas Leste de Vyarlêvo. No correr da noite a aviação russa lançou bombas sobre várias áreas esparsas, incluindo algumas posições mantidas por suas próprias tropas. A conquista da colina 312 ficou para o dia seguinte, prometendo ser uma tarefa árdua. Contudo, a hora H, inicialmente marcada para 6,00 horas, teve de ser adiada para a tarde em virtude de toda a manhã ter sido consumida em penosos reconhecimentos do terreno feitos por duas patrulhas enviadas pelo 3º Btl. Uma dessas patrulhas dirigida pelo Tenente Thomsen, foi lançada para reconhecer a colina entre Korkiolia



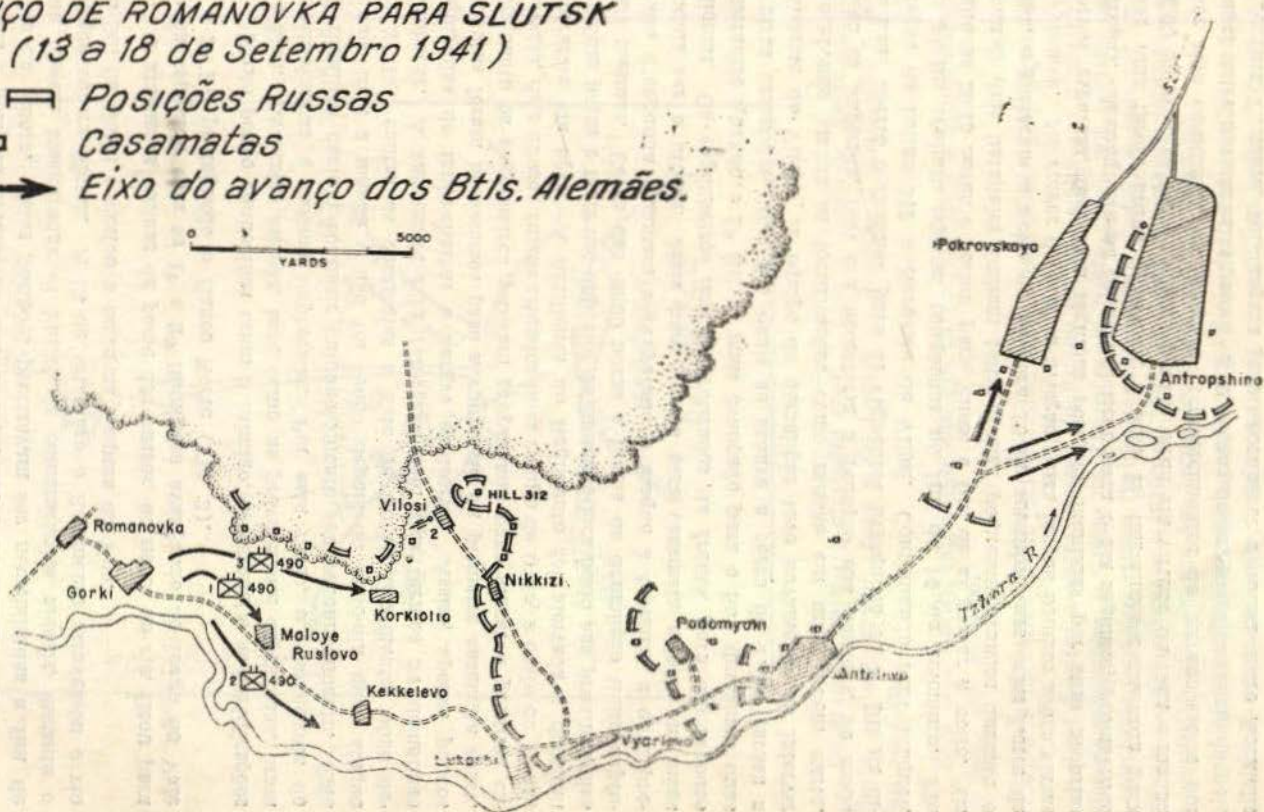
# AVANÇO DE ROMANOVKA PARA SLUTSK (13 a 18 de Setembro 1941)

▬▬ Posições Russas

□ Casamatas

➔ Eixo do avanço dos Btl's. Alemães.

0 1 5000  
YARDS





e Lukaski visando a determinar onde se encontrava o ponto forte ocupado pelos russos. A segunda patrulha, sob o comando do Sargento Ewald, foi enviada para reconhecer a área da colina 312 a fim de sondar o dispositivo inimigo e, particularmente, para procurar os pontos fracos de sua defesa. A patrulha de Thomsen avançou furtivamente até Sudeste de Korkiolia, mas repentinamente foi interceptada por fogo cerrado, e foi aferrada. Nestas circunstâncias, pela troca de tiros, a patrulha foi capaz de identificar as casamatas e outras resistências delimitando, por certo modo, o objetivo a ser dado ao 3º Btl. Pouco tempo depois, as resistências foram destruídas por fogo preciso da artilharia regimental. Cumprida a sua missão a patrulha Thomsen retornou ao posto de comando do Batalhão.

Até o meio-dia nenhuma notícia da patrulha Ewald havia chegado ao P.C. do 3º Batalhão.

Não podendo mais retardar o ataque à colina 312, o comandante do Btl ordenou ao Tenente Hahn, comandante da 1ª Cia para conquistá-la.

Às 12,30 horas Hahn reúne a força de assalto. Ela consta da 1ª Cia, mais um pelotão de metralhadora e outro de morteiros e uma turma de demolição com engenheiros equipados com lança-chamas e cargas de destruição e um observador avançado de artilharia. Não tendo voltado a patrulha do Sargento Ewald, somente os dois pelotões chefiados pelo Tenente Borgwardt e Sargento Timm constituíam as disponibilidades para o ataque. Em formação estendida, a força de assalto avançou através dos bosques Oeste e Noroeste e Vilosi e alcançou um ponto ao Norte da colina 312, aparentemente, sem despertar a atenção inimiga. Daí o Tenente Hahn identificou uma casamata no cume da colina 312 e duas resistências nas encostas mais ao Norte. Estas estavam bem guarnecidas. Antes de concluir suas observações, o inimigo desencadeia forte fogo, aferrando os elementos mais avançados. O observador de artilharia pede tiro dos canhões do apoio direto e duas granadas atingem a casamata, causando ligeiros danos. Hahn relata a situação ao Comando do Batalhão. Este ordena a continuação do ataque. Os pelotões Borgwardt e Timm prosseguem com dificuldade montando a sua base de partida nos densos arbustos que se estendiam na direção Sul do bosque na borda da colina. O pelotão Borgwardt ia pela direita, e o pelotão Timm pela esquerda. Este último era para apoiar o avanço de Borgwardt na subida da colina, assim sendo, dispôs o seu ponto forte sobre uma saliência da colina tão logo que Borgwardt ocupara as duas posições da encosta. Enquanto os dois pelotões se movimentavam, os reforços de metralhadoras e de morteiros colocaram-se em posição nas orlas do bosque ao Norte da colina 312. Os obuses deram o sinal de ataque pelo lançamento de seis tiros sobre a resistência no topo da Colina 312. O pessoal do Comando da Companhia foi acionado, sendo desdobrado mais atrás com a missão de acolher o escalão de assalto, caso qualquer inimigo de certa força se manifestasse de forma inesperada.



Novamente, o fogo dos obuses não consegue pôr fora de ação as resistências. Enquanto as granadas explodiam sobre as casamatas, os homens de Borgwardt furtivamente palmilhavam o terreno da colina, arrastando-se na direção das posições russas já que a atenção dos ocupantes era desviada pelos fogos das metralhadoras e morteiros situados na orla do bosque Norte da colina. O pelotão de Borgwardt, de surpresa, abordou a posição pegando os russos completamente desprevenidos.

Enquanto os homens de Borgwardt estavam engajados na conquista das duas posições o pelotão de Timm avançou para o alto da colina e capturou uma casamata com ajuda dos engenheiros, cujos lança-chamas e cargas explosivas foram altamente eficientes, onde falhara a Artilharia.

No momento em que a operação se afigura como completo êxito, os elementos que tinham permanecido na orla do bosque Norte da colina 312 foram atacados pela retaguarda por cerca de 50 russos. Hahn ordenou ao pelotão Edwald, recentemente chegado, para aferrar os russos enquanto o resto dos elementos de assalto seguia para resolver o problema. Após atingir o topo da colina eles instalaram suas armas e dominaram os russos debaixo de um fogo eficaz, repelindo o contra-ataque. Do alto Hahn via o 1º Btl, não mais sujeito ao fogo de flanqueamento da colina 312, penetrar nas posições Oeste de Nikizi. Imediatamente, estabeleceu contato com o comandante do Batalhão e preparou a posição para defesa da colina contra um eventual e potente contra-ataque russo. Estas providências eram tomadas quando uma hora depois o observador de artilharia descortinou uma reunião de forças russas preparando-se para contra-atacar, partindo dos bosques Norte e Nordeste da colina 312. Todavia, os russos perderam todo o entusiasmo pela ação, logo depois que a Artilharia alemã lançou, com muita precisão, algumas granadas no meio das reuniões.

Após a captura da colina, na tarde de 15 de setembro, o 3º Btl continuou o seu avanço à esquerda do 940º RI. As resistências russas escassearam e o Btl teve pouca dificuldade na ocupação de Podomyaki. Os russos se retraíram para Anteievo.

Na manhã de 17 de setembro o 3º Batalhão preparou-se para avançar a Noroeste de Anteievo; esta cidade parecia estar fortemente defendida. As posições a Oeste e ao Norte da localidade estavam situadas em pontos dominantes do terreno, sobre o qual deveria o Batalhão progredir. Ao Sul e a Este, Anteievo era protegida pelo rio Izhova. Ao amanhecer, uma patrulha de reconhecimento da 1ª Cia identificara duas casamatas concretadas e bem dispostas no terreno, nas redondezas de Anteievo. As partes Norte e Oeste da cidade pareciam ser mantidas por um batalhão russo.

Os obuses e os canhões antitanque alemães tomaram as casamatas sob o fogo, porém, provocaram, apenas, pequenos danos. Novamente a equipe de demolição teve de intervir para destruir as fortificações ini-



migas com as cargas explosivas. O lança-chamas, que vinha sendo muito útil, não pôde mais ser usado já que o suprimento de líquido havia sido esgotado.

Por um golpe de sorte, a partulha de reconhecimento consegue capturar um posto telefônico ainda ligado ao posto de comando do Regimento russo de Anteievo. O Comandante do Batalhão germânico interrogou imediatamente o telefonista russo capturado e obteve as letras do nome do código. Resolveu, imediatamente, testar os seus conhecimentos de russo. Usando o código do telefonista, chamou o Comandante do Regimento. Este ficou, inicialmente, desconfiado e não divulgou nada de valor, exceto que determinara a firme manutenção de Anteievo. Quando o oficial alemão tornou-se mais insistente, querendo outras informações, as suspeitas do Comandante russo se confirmaram e ele mudou de tom. O alemão, então, tentou persuadir o Comandante russo pedindo a rendição de Anteievo. Isto foi rudemente rejeitado. O Comandante do 940º RI por sua vez decidiu emassar suas forças e tomar Anteievo por um ataque direto. Durante a tarde de 17 de setembro, reúne os 1º e 3º Batalhões a Oeste e ao Norte da cidade, respectivamente, e desencadeia o ataque contra os pontos fortes inimigos, após uma violenta preparação de Artilharia. Mais uma vez a turma de demolição realiza a sua tarefa de forma exemplar e põe, uma após outra, as casamatas russas fora de ação. Os russos consideravam inexpugnáveis estas casamatas; uma vez destruídas, a sua Infantaria desgarrou em selvagem desordem, abandonando a maioria do seu equipamento. Ao cair da noite Anteievo estava nas mãos dos alemães.

Com a queda de Anteievo, as resistências russas se desintegraram ao longo das rotas de avanço do Regimento, exceto na bifurcação da estrada ao Sul de Antropshino. Ali os russos esperavam retardar o 940º RI, enquanto preparariam outras posições atrás, porém não conseguiram. Depois deste retardamento, sem êxito, as forças alemãs arrojaram-se para frente e alcançam Slutsk a 18 de setembro, o 3º Btl via Pokovskaya e o 1º e 2º via Antropshino. Após sua chegada a Slutsk o Regimento estabeleceu contato com a 121ª Divisão de Infantaria, a qual acabava de capturar a cidade.

## CRÍTICAS

Muitos ensinamentos podem ser retirados desta operação:

- em primeiro lugar, o papel preponderante que tomam os conhecimentos e, em particular, quando as cartas de que se dispõe são inadequadas e pouco precisas; a falta do reconhecimento expõe a tropa assaltante, muitas vezes, a surpresas que podem ser evitadas;



- face a um inimigo que dispunha de casamatas, e que requeria um grande consumo de munição de Artilharia para a colocação fora de ação dessas fortificações, as equipes de demolição mostraram-se de eficiência altamente comprovada;
- os integrantes dessas equipes devem ser cuidadosamente treinados;
- no caso em aprêço, o emprêgo dos três Batalhões em primeiro escalão deu certa velocidade à operação;
- a preocupação do Cmt do 3º Btl quando acionou o pessoal do Comando da Companhia para cobrir qualquer imprevisto é louvável, pois deu mais segurança ao ataque;
- a captura do pôsto telefônico, nas condições em que foi feita, poderia ter sido melhor explorada, se não fôsse a vaidade do comandante de Btl em “arrotar” conhecimentos da língua russa; devia ter lançado mão de um elemento especializado da equipe S-2 do Regimento;
- o sucesso da Cia Tenente Hahn repercutiu no conjunto da manobra do Regimento de modo decisivo;
- o espírito ofensivo do Tenente Hahn foi bem patenteado quando prosseguiu na ação, empregando o pelotão Ewald para aferrar os elementos do contra-ataque (persistência na missão);
- as ações de retardamento russas não permitiram o ganho dos prazos para ocupação e preparo das posições à retaguarda; planejamento deficiente;
- um fogo justo e preciso de Artilharia, desencadeado oportunamente pelo observador avançado, fêz abortar um contra-ataque;
- o combate de Anteievo mostrou que a situação inesperada da redução das casamatas concretadas, e tidas como inexpugnáveis, levou a infantaria russa a verdadeira desmoralização;
- pelo relato, pode-se concluir que a reserva do Regimento foi retirada do 3º Btl;
- o combate de Anteievo foi um exemplo de como pode um Comandante de Regimento que age com os seus batalhões em ação descentralizada tê-los imediatamente na mão, quando as comunicações e as ligações são boas, para uma ação de força, onde se fizer necessária;
- o ataque visou, neste caso, a conquista direta do ponto capital, imediatamente; foi, certamente, o conhecimento de causa que levou o Cmt do RI a essa decisão.

Várias outras considerações poderiam, ainda, ser feitas acêrca dos acontecimentos dessa operação ressaltando ensinamentos.

Aí fica, pois, uma mostra da literatura militar, que pretende nos dar, em breve, a nossa laboriosa Editôra do Exército.



# O CANAL DO PANAMÁ

Ten-Cel CELSO MEYER  
Oficial de EM

## 1. INTRODUÇÃO

O Canal do Panamá é uma das maiores obras de engenharia do mundo. Foi construído pelos EUA, de 1904 a 1914, e custou cerca de 380 milhões de dólares.

É uma obra de benefício internacional, pois presta serviços a barcos de todas as nacionalidades, sem distinções. Constitui, hoje em dia, um dos pontos vitais das comunicações mundiais e sua importância militar é, ainda, considerável, não obstante os grandes avanços da ciência e da técnica.

2. O Canal está localizado 9º acima da linha do Equador e próximo ao centro geográfico do Hemisfério Ocidental. Liga os oceanos Atlântico e Pacífico e tem a direção geral de NW para SE.

## 3. SÍNTESE HISTÓRICA

A primeira idéia de união dos dois oceanos é atribuída a Vasco Núñez de Balboa, o descobridor do Oceano Pacífico. Carlos V de Espanha foi o primeiro a perceber a importância de tal ligação, determinando, em 1523, a realização de estudos com esse objetivo. Em 1534, ordenou ao Governador do Panamá que procedesse ao reconhecimento de uma via ao longo dos rios Chagres e Grande, via essa que, em linhas gerais, foi seguida pelo atual canal.

A primeira experiência de construção de um canal teve início a 10 de janeiro de 1880 e foi feita pela Companhia Francesa do Canal, sob a direção do conde Ferdinando de Lesseps, já famoso pela construção do Canal de Suez. Essa tentativa, entretanto, fracassou após nove anos de lutas e a Companhia foi dissolvida. Nova tentativa foi realizada pelos franceses em 1894, mas também sem resultado.

A 4 de maio de 1902, os Estados Unidos adquiriram, por 40 milhões de dólares, todos os direitos e propriedades dos franceses e tomaram a si a responsabilidade da construção do canal.

Os entendimentos prévios para a compra dos direitos aos franceses correram paralelamente à negociação de um tratado com a Colômbia, a quem, na época, pertencia todo o território que hoje forma a República do Panamá. Esse tratado não foi ratificado pelo Congresso colombiano.



Em 1903, com a formação da República do Panamá, os Estados Unidos negociaram um outro tratado com a nova República, o qual desta vez foi ratificado. Esse tratado dava aos Estados Unidos, em caráter perpétuo, todos os direitos para utilização, ocupação e controle da Zona do Canal sobre o qual a República do Panamá deixava de ter até o direito de soberania; concedia-lhe, ainda, o direito de organizar um monopólio para a construção de um sistema qualquer de comunicações, através do istmo, fosse mediante um canal ou mesmo uma estrada de ferro; e outorgava-lhe, também, os direitos necessários para a construção direta ou indireta do canal e para a sua manutenção.

Os Estados Unidos, em troca, se comprometiam a garantir a independência do novel Estado e obrigavam-se a pagar-lhe a importância de dez milhões de dólares e mais uma anuidade de 250 mil dólares, a iniciar-se nove anos após a ratificação do tratado. Essa anuidade foi, em 1936, aumentada para 430 mil dólares e, mais tarde, em 1955, para 1 milhão e 930 mil dólares.

O Canal foi inaugurado a 15 de agosto de 1914.

4. A Construção do Canal do Panamá foi uma das mais esplêndidas sagas da história dos Estados Unidos. A luta contra as poderosas forças da natureza, que por séculos desafiaram o engenho e a tenacidade dos homens, foi titânica e foram necessários dez longos e duros anos para dominá-las.

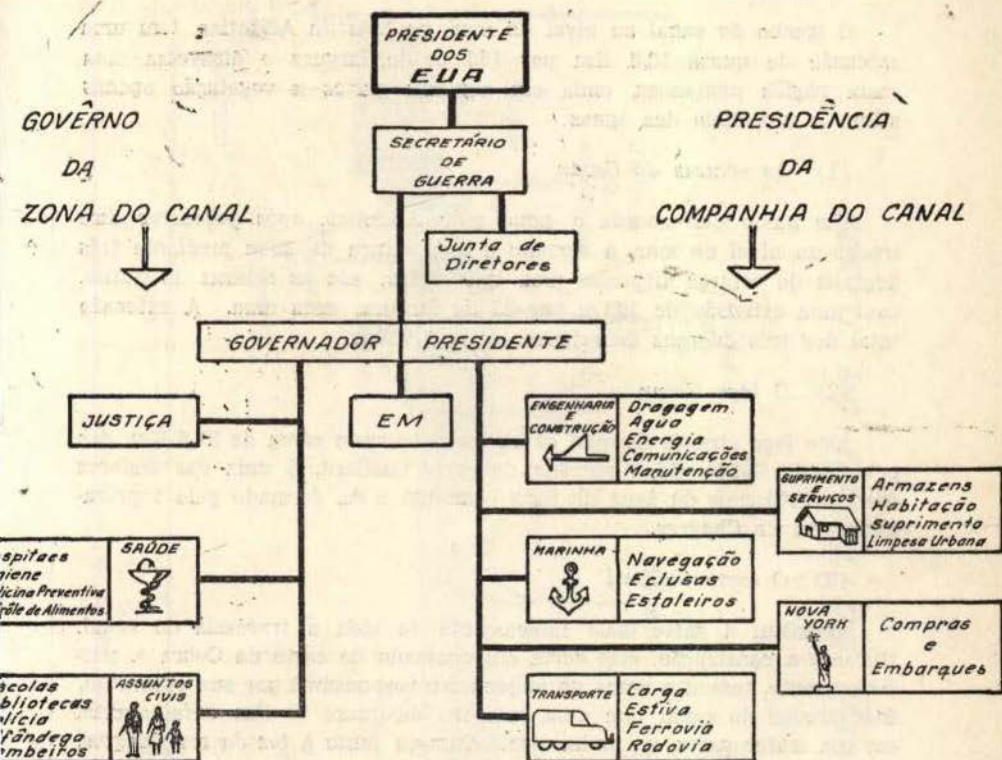
A magnitude dessa gigantesca obra pode ser concebida através do exame de alguns dos seus vários e numerosos problemas, tais como:

- escavação de um corte na rocha viva e construção de eclusas de largura e profundidade a comportar os maiores navios do mundo;
- saneamento de uma vasta região onde grassava a febre amarela, a malária e a disenteria;
- construção de hospitais, residências, estradas e escolas para milhares de pessoas;
- concentração de milhares de trabalhadores oriundos de lugares os mais distantes;
- reunião de equipamento especializado para a escavação e movimentação de toneladas de pedra e terra.

Essas dificuldades justificaram, por muito tempo, a opinião dos técnicos de que a construção do canal era impossível. Tornou-se, no entanto, uma realidade, em grande parte devido à capacidade e perseverança de homens como Theodore Roosevelt, William Howard Taft e muitos outros.



## ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO



## 5. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

## a. Generalidades

O Canal do Panamá tem uma extensão de 80 Km (50 milhas) e foi aberto numa das partes mais estreitas e baixas do longo istmo que une as duas Américas, do Sul e do Norte. O nível médio do mar, no lado do Pacífico, fica 23,5 centímetros acima do nível médio do lado do Atlântico.

São necessárias oito horas para o trânsito de cada navio pelo canal.

## b. Aspectos Gerais

O Canal comporta, em linhas gerais, as seguintes partes (figura 1):

- dois portos: Balboa, no Pacífico, e Colon, Atlântico;
- pequenas seções, ao nível do mar, em ambas as extremidades;
- três degraus de eclusas duplas em cada entrada e com uma diferença de nível total de 26 metros;



- o lago Gatun, no qual é feita quase metade da travessia;
- o corte Gaillard, onde foi feita a maior parte da escavação para a abertura do canal.

O trecho do canal ao nível do mar, no lado do Atlântico, tem uma extensão de quase 10,5 Km por 150 m de largura e atravessa uma vasta região pantanosa, onde em algumas partes a vegetação apenas aflora à superfície das águas.

(1) *As eclusas de Gatun*

Um navio que aborde o canal pelo Atlântico, após percorrer esse trecho ao nível do mar, é elevado a uma altura de 26 m mediante três degraus de eclusas dispostas uma após outra; são as eclusas de Gatun, com uma extensão de 300 m por 33 de largura, cada uma. A extensão total dos três degraus de eclusas é de 1.900 m.

(2) *O lago Gatun*

Este lago através do qual os navios percorrem cerca de 37,5 Km, das eclusas de Gatun até a entrada do corte Gaillard, é uma das maiores massas artificiais de água de todo o mundo e foi formado pelo represamento do rio Chagres.

(3) *O corte Gaillard*

Constitui a parte mais interessante de toda a travessia do canal. Durante a construção, este corte era chamado de corte da Copra e, posteriormente, tomou o nome do engenheiro responsável por sua escavação. Este trecho do canal tem uma extensão de quase 13 Km e foi aberto, em sua maior parte, na rocha viva. Começa junto à foz do rio Chagres, em Gamboa, e dá, mais do que qualquer outra parte, a impressão de uma grande vala aberta pelo homem. Termina nas eclusas de Pedro Miguel, perto das quais fica, na margem esquerda do corte, a colina do Ouro, ponto culminante ao longo de todo o canal.

(4) *As eclusas de Pedro Miguel*

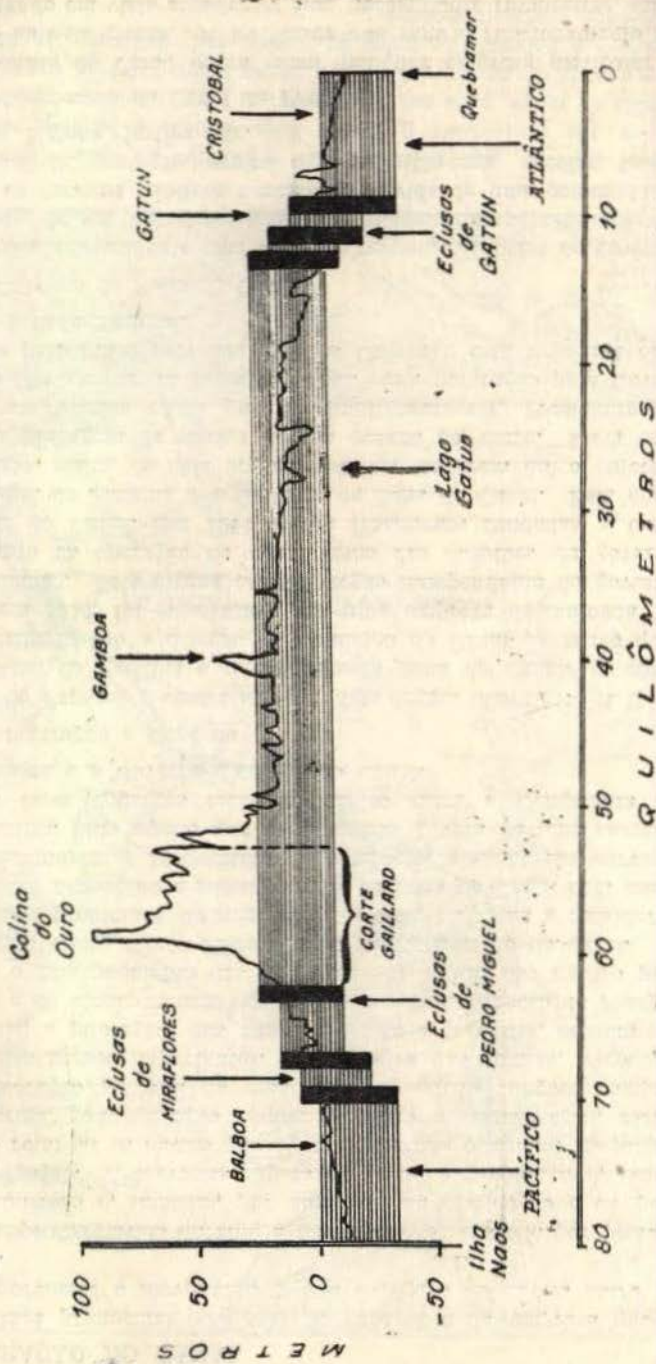
À saída sul do corte Gaillard, ficam as eclusas de Pedro Miguel, com 1.300 m de extensão, onde há um desnível de 9 m regulado por uma única comporta; é o primeiro degrau das eclusas de Miraflores.

(5) *Eclusas de Miraflores*

Estas eclusas, com duas seções duplas, têm uma extensão de cerca de 1.600 m e são os dois últimos degraus a vencer antes de chegar ao Pacífico. As suas comportas são mais altas que as demais, em consequência das grandes variações de maré no Oceano Pacífico. Destas eclusas até o oceano há, ainda, um trecho ao nível do mar com uma extensão de 13 Km, ao longo do qual fica o porto de Balboa.



# PERFIL DO CANAL DO PANAMÁ





## 6. OPERAÇÃO DO CANAL

A finalidade primordial do Canal do Panamá e da empresa que o dirige é proporcionar o movimento rápido e seguro de navios entre os dois oceanos.

A segurança dos navios durante a travessia é assegurada por pessoal altamente habilitado e, também, por engenhos de orientação e de proteção de navegação. A travessia rápida do Canal é fundamental, tendo em vista não retardar os navios que aguardam e não ocasionar prejuízos.

Desta forma, sua operação requer precisão e coordenação, assim também a execução perfeita de uma série de outras funções complementares e não menos importantes. A operação das eclusas, a conservação do canal, a pilotagem dos navios durante a travessia, os serviços de reparação e de abastecimento dos navios e o fornecimento de energia elétrica para o funcionamento das máquinas são alguns dos muitos problemas que têm efeito direto sobre o bom funcionamento do canal.

Além desses problemas, de interesse imediato, há ainda a considerar outros tais como o governo e administração da Zona do Canal com todas as dificuldades inerentes às questões de habitação, alimentação, serviços públicos e, enfim, tudo aquilo que é necessário à vida de uma comunidade. Todos esses encargos estão repartidos entre a Companhia do Canal do Panamá e o Governo da Zona do Canal.

### a. Administração e Governo

O Canal do Panamá é controlado por dois órgãos distintos: A Companhia do Canal do Panamá e o Governo da Zona do Canal. A construção foi realizada sob a direção da Comissão do Canal do Istmo que, mais tarde, em 1914, foi substituída por uma empresa denominada "O Canal do Panamá". Esta última era um órgão independente do governo e cuidava tanto da operação do canal como das questões de governo civil da Zona do Canal. Em 1951 foram finalmente fundadas a Companhia do Canal do Panamá e o Governo da Zona do Canal. Esta organização consiste, assim, de dois órgãos distintos mas com único objetivo de facultar a passagem de navios de um oceano ao outro. Esses dois órgãos têm um mesmo chefe que é, simultaneamente, Presidente da Companhia e Governador da Zona do Canal. Sua nomeação para Governador é feita pelo Presidente dos Estados Unidos e está sujeita à confirmação do Senado Federal.

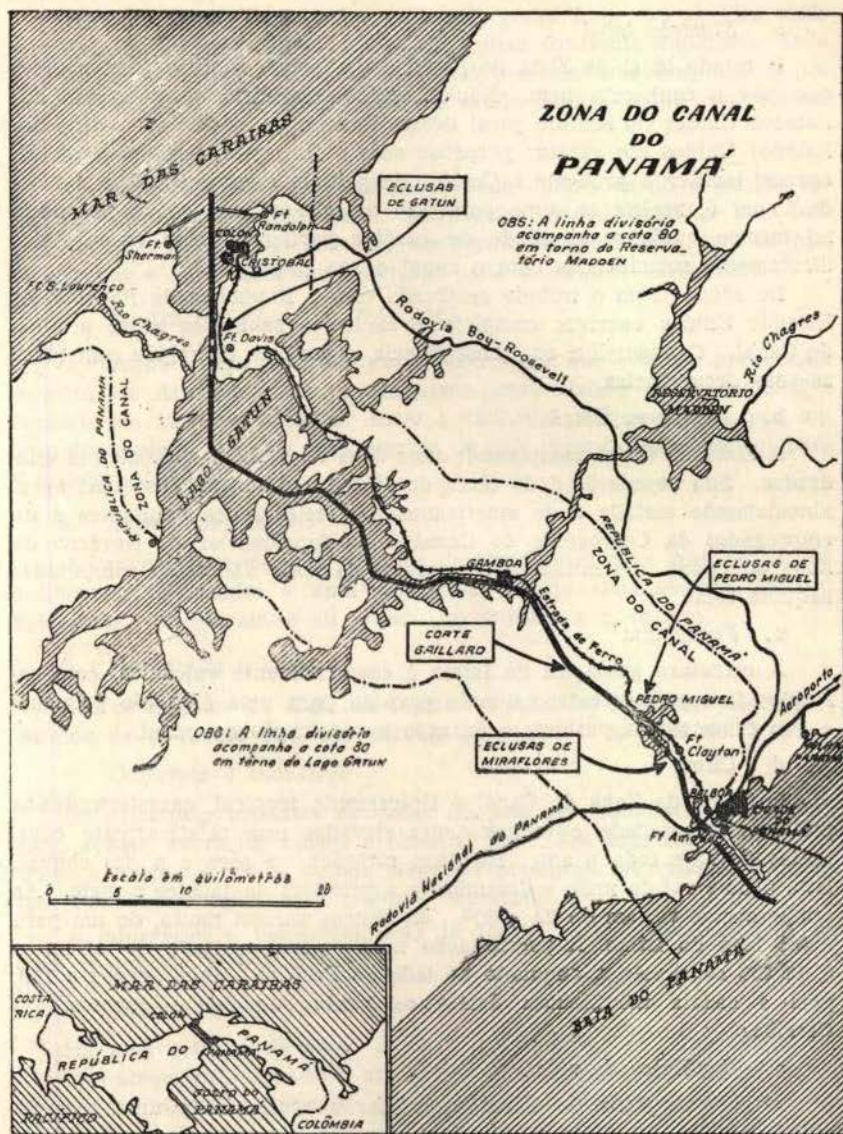
#### (1) O Governo da Zona do Canal

É um órgão independente com todas as responsabilidades de governo de uma cidade, de um município e de um estado. Compete-lhe proporcionar todos os serviços públicos necessários à vida de uma comunidade, tais como: polícia, proteção contra o fogo, alfândega, escolas, transportes, saúde, higiene, justiça, etc.

#### (2) A Companhia do Canal do Panamá

A Companhia do Canal opera como qualquer empresa particular e como elas, é auto-suficiente. A lei básica que rege o funcionamento da Companhia, tendo em vista atender às suas necessidades financeiras, esta-





belece também uma fórmula para o cálculo da taxa a ser paga pelos navios que atravessam o Canal. Esse cálculo é baseado na tonelagem líquida de carga, para navios mercantes, e na tonelagem de deslocamento, para navios de guerra. A taxa a pagar inclui também o serviço de pilotagem e é cobrada de todos os navios, sem distinção de nacionalidade, e até dos norte-americanos.



## 7. A ZONA DO CANAL

### a. *Situação legal*

O estado legal da Zona do Canal é um pouco confuso para aqueles que não o conhecem bem. Não é estado, território ou possessão dos Estados Unidos no sentido geral desses termos. A região foi cedida aos Estados Unidos em caráter perpétuo com o fim específico de construir, operar, manter e proteger o Canal. Respeitada essas restrições, a Zona do Canal é, realmente, uma possessão americana, não sendo permitida na mesma qualquer atividade de caráter particular, com exceção das diretamente relacionadas com o canal e sua operação.

De acordo com o tratado celebrado com a República do Panamá, os Estados Unidos exercem completa e exclusiva soberania sobre a Zona do Canal. Compete-lhe, em consequência, o governo da região com todas as suas decorrências.

### b. *Área e população*

A Zona do Canal compreende uma área de 1.432,27 quilômetros quadrados. Sua população é de cerca de 40.000 habitantes, dos quais aproximadamente metade é de americanos. A maioria dos habitantes é de empregados da Companhia do Canal e de funcionários do Governo da Zona do Canal. Os militares em serviço na Zona não estão computados naquele total.

### c. *Fisiografia*

A estrutura geológica do Istmo é essencialmente vulcânica, com variações fisiográficas extremamente grandes para uma área tão pequena, e que criou sérios problemas durante a construção do canal.

### d. *Clima*

O Clima da Zona do Canal é tipicamente tropical, caracterizando-se por grande umidade e temperaturas elevadas mas relativamente constantes durante todo o ano. Há duas estações: a seca e a das chuvas. Esta última vai de maio a dezembro e a primeira de janeiro a maio. As temperaturas variam de 23 a 30°. As chuvas variam muito, de um para outro lado do istmo. A precipitação média anual no lado do Atlântico é de 330 centímetros, enquanto no lado do Pacífico atinge apenas a 170, pois a cadeia montanhosa detém os ventos úmidos e quentes das Caraíbas.

### e. *Condições de vida*

A vida na Zona do Canal assemelha-se muito à de uma pequena cidade dos Estados Unidos. As distrações são as mesmas e o clima favorece a prática de esportes ao ar livre, durante todo o ano. Existem atividades cívicas, religiosas, sociais, comunitárias e desportivas.

### f. *Condições Sanitárias*

Durante quatro séculos, o Istmo do Panamá teve fama de ser uma das regiões mais insalubres do mundo. A construção do canal foi grandemente dificultada pela febre amarela, disenteria, malária e um sem nú-



mero de endemias intestinais. Atualmente esta situação está normalizada e a Zona do Canal pode ser considerada como uma das regiões mais saudáveis do mundo, muito embora exija uma constante vigilância, dada a natureza do clima. A Zona do Canal mantém dois hospitais e um corpo de médicos e de especialistas de saúde pública muito competente.

g. *Escolas*

O sistema escolar existente compreende cursos desde o jardim de infância até o pré-universitário. As escolas estão divididas em dois grupos: um latino-americano com um currículo apropriado para os não americanos e outro com um currículo para estudantes americanos.

## 8. A REPÚBLICA DO PANAMÁ

O Panamá é uma república centro-americana que ocupa a parte mais estreita da América Central, conhecida como Istmo do Panamá. Foi fundada em 1903, pertencendo antes à Colômbia. É governada por um Presidente eleito por seis anos através de voto direto e não elegível para o mandato seguinte.

a. *Área e população*

O Panamá, com exceção da Zona do Canal, tem uma área de 73.986 quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 700.000 habitantes. Encontram-se ali o índio, o mestiço e o branco.

b. *Fisiografia e clima*

São os mesmos da Zona do Canal. O interior do país é elevado e cortado de pequenos rios que correm para ambos os oceanos.

c. *Comércio e indústria*

Os principais produtos agrícolas do país são bananas, cacáu, côco, café, açúcar, borracha, tabaco e salsaparrilha. Em suas florestas encontra-se o mogno e várias outras madeiras preciosas. A criação de gado tem sido bem sucedida e o couro é exportado.

A mineração é incipiente, mas já foram encontrados vestígios de ouro, manganês, carvão e ferro.

d. *Transportes*

Há uma estrada de ferro de 81,6 quilômetros, de propriedade do Governo americano, ligando o litoral dos dois oceanos. A rodovia Boyd-Roosevelt, também construída pelos americanos, acompanha a estrada de ferro por leste; a rodovia nacional do Panamá corre de sudoeste para nordeste e está integrada na rodovia pan-americana.

e. *Cidades principais*

A cidade do Panamá é a capital da república e fica localizada no lado do Pacífico. O Colon é o principal porto no mar das Caraíbas.

A Capital dispõe de alguns bons hotéis, e de bom aeroporto, o de Tocumen.



#### f. Escolas

A República do Panamá dispõe de escola para atender aos diversos níveis de ensino, inclusive uma nova e moderna universidade, cuja construção constitui atração turística. O ensino da língua inglesa é muito difundido nas escolas, muito embora o idioma predominante no país seja o espanhol.

### 9. ASPECTOS MILITARES

A defesa do Canal está entregue às Forças Armadas do EUA e é da responsabilidade do Comando das Caraíbas, ali sediado. Trata-se de um comando combinado integrado pelas Forças do Exército nas Caraíbas, pelo 15º Distrito Naval e por um Comando Aéreo das Caraíbas. O Exército dispõe de tropas em ambas as extremidades do Canal, enquanto a Força Aérea está, em sua maioria, concentrada no lado do Pacífico, na Base Aérea de Albrook. Todos os QG estão localizados deste lado do Canal, ficando o Exército e a Marinha em Forte Amador, enquanto o Comando Combinado está em Quarry Heights.

As principais instalações do Exército dos EUA na Zona do Canal estão distribuídas pelos seguintes locais:

#### a. No lado do Pacífico:

Forte Kobbe — 1 Grupamento de Combate;

Forte Clayton — Unidades Administrativas;

Forte Amador — Quartel-General.

#### b. No lado do Atlântico:

Forte Davis — 1 Grupamento de Combate;

Forte Gulick — Escola do Exército nas Caraíbas;

Forte Sherman — Escola de Guerra na Selva.

O Comando das Caraíbas tem também jurisdição administrativa sobre todos os elementos das Forças Armadas dos EUA localizados ou em missão nos países da América do Sul e Central.

A importância da Zona do Canal do Panamá é ressaltada pela própria existência, naquela região, de um dos poucos comandos combinados nas Forças Armadas dos Estados Unidos. Atualmente, a par da tradicional importância estratégica do Canal para a navegação marítima, há também a considerar a influência dessa região sobre as rotas aéreas, particularmente as da América do Sul. Escalam no aeroporto de Tocumen todas as companhias de aviação que demandam os países americanos do Pacífico e aquelas que, no regresso, se dirigem para a costa ocidental e para o centro do território dos Estados Unidos. As linhas comerciais brasileiras com destino ao centro e ao oeste americanos e ao extremo oriente também escalam no Panamá.

As Forças Armadas dos Estados Unidos vêm realizando anualmente na Zona do Canal, exercícios militares combinados com a participação de vários países americanos. O Brasil tem enviado observadores a todos eles e, no ano de 1960, participou de forma mais efetiva, enviando uma companhia de pára-quedistas, cujo desempenho mereceu os maiores elogios dos representantes militares da maioria dos estados americanos.



# O EQUADOR — UM POUCO DE HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA

Ten-Cel NEWTON C. DE ANDRADE MELLO  
Oficial de EM

## AS ORIGENS

A história do Equador perde-se na distância dos séculos, misteriosa como a própria origem do homem americano. Todavia, já teremos feito bastante, no estudo dela, aludindo a algumas das tribos que habitaram o País, antes que o Inca mais civilizado, mais culto e poderoso invadissem, na fase da expansão militar do Império, os países vizinhos e os submettesse ao domínio de Cuzco.

Fugindo, embora, à divagação, não poderíamos deixar de penetrar um pouco nas fases pré-colombiana e colonial da história do Equador, com o fim de esclarecer uns quantos aspectos da configuração social e política do País, para melhor compreensão de sua estrutura hodierna.

Índios “chibchas”, “chimus”, “caras” e “quitos”, eis alguns dos títulos encontrados na designação do período pré-incaico. Cumpre acentuar que, após secular sedimentação, a tribo deste último nome emerge como detentora de maior civilização e poderio, daí advindo o Reino de Quito, que, pela força das armas, pela astúcia ou por alianças políticas, dominou as nações vizinhas ou a elas se associou em condições vantajosas.

O Reino de Quito sobrevive até os meados do século XV, quando se processa a invasão inca sob o comando do general-imperador Tupac-Yupanqui. Vários anos se consumiram na conquista dos povos da Confederação que vivia sob a hegemonia de Quito, lutando os quitenhos desesperada e heróicamente. A derrota pelas armas, já quando Rei dos Incas Huayna-Cápac, filho do chefe anteriormente citado, sucederam-se rebeliões. Por fim, aquele chefe inca subjugou as nações adversárias, estendendo para o norte as terras de seu grande Império.

Sobre os povos “caras”, “cañaris” e outros, vale informar que possuíam civilização de apreciável nível cultural, acreditando-se, até, que o sistema de escrita dos primeiros fôsse superior aos dos incas. Monumentos arqueológicos atestam os seus progressos na arquitetura, do mesmo passo que permitem estabelecer uma identidade de religião dos povos indígenas do Pacífico.



Donde veio esse povo inca dominador e adiantado que, vencendo a geografia madrasta dos Andes e as tribos aguerridas do Reino de Quito, implantou a sua civilização sobre a dêste? Cuzco, eis o nome da sua grande capital, sediado em terras hoje do Peru. Aquêlê Huayna-Cápac, sentindo-se morrer, houve por bem (no caso, devera-se dizer *por mal*, porquanto daí decorreram as desgraças do grande povo inca) dividir o Império entre os dois filhos Huáscar (Cuzco) e Atahualpa (Quito). Não vira outra forma de conciliar a rivalidade política existente entre os grandes centros da nação inca, e evitar a guerra civil. Mas a ambição dos jovens imperadores e o incontido desejo de independência latente no antigo povo de Quito, no qual as cinzas de dominadas rebeliões apenas encobriam o velho anseio de se não subjugar ao inca vencedor, levaram a guerra aos dois Impérios. Após uma série de batalhas cruentas, a sorte pendeu para as hostes de Atahualpa, sendo Huáscar aprisionado e o Império novamente unificado, sob a égide daquele.

A êste tempo, já os espanhóis batiam às portas de Tahuantisuyo, — nome nativo do grande império incaico, — acabando por destruí-lo, inicialmente atraindo a confiança dos naturais, mais tarde levando-os de vencida à custa da barbárie, da traição e da tirania. Não era uma velha civilização que se extinguiu, é verdade, visto como cinco séculos é o que se estima de idade para ela, admitindo-se ter-se iniciado no ano 1000 da era cristã; mas, de qualquer modo, quanto não poderia ela ter concorrido para a civilização humana, se não fôra riscada da face da terra, por assim dizer, e interrompida violentamente no seu ciclo histórico?

Entre o início da invasão inca no que hoje é o Equador e a posse do Império pelos espanhóis (morte de Atahualpa) decorreram cerca de 80 anos.

É tempo de que entre em cena Francisco Pizarro, já que falamos na destruição do Império inca. Estamos em 1532, mês de novembro. O antigo porqueiro, hoje à frente de soldados espanhóis em missão de sua Majestade Católica, apraza para um encontro em Cajamarca a Atahualpa, Imperador dos Incas, senhor absoluto de terras que se estendem do norte da Argentina até o Equador, compreendendo porções do Paraguai, a Bolívia e o Peru. Escarmentado por episódios em que o personagem branco já deixara antever do que seria capaz no trato com o aborígene, o chefe nativo toma precauções militares e comparece, cercado da pompa que convém ao "Senhor do mundo". O poderio militar branco e a defeção do general das forças indígenas facilitam o aprisionamento de Atahualpa, vítima da ambição ilimitada e da felonía de Pizarro. Submetido a julgamento marcado pela artimanha e a falsidade, o inca vê-se condenado à morte, sendo estrangulado no garrote. Era 29 de agosto de 1533.

Francisco Pizarro nomeou Inca a Hualpa-Cápac, jovem de 15 anos, que morreu dois meses depois. Foi, então, investido nas funções imperiais, pelo mesmo Pizarro, Manco, filho de Huayna-Cápac, o qual tomou o nome do fundador da dinastia, Manco-Cápac.



## CONQUISTA DE QUITO

Caberia fazê-lo a Sebastião Benalcázar. Teria, para tanto, de enfrentar as forças de Rumiñahui, general de Atahualpa, que deixara de intervir com seus 5.000 homens na chacina de Cajamarca, e fizera-se substituto do Imperador em Quito. Depois de longos meses de luta, em que o valente chefe índio defendeu a pátria com denôdo e sabedoria militar, Benalcázar dominou Quito, em 1534. O Inca foge para o oriente, depois de destruir e queimar a capital, sobre cujas cinzas os espanhóis ergueriam nova cidade. Benalcázar, dando cêrco a Rumiñahui, aprisiona-o e mantém-no encarcerado durante meses, sob os mais cruéis sacrifícios. Fá-lo matar, por fim, em 1535.

Nesta altura, já se punha a crescer a Quito espanhola, fundada oficialmente aos 6 de dezembro de 1534. Por seu turno, prosseguia na zona costeira a colonização, fundando-se, entre outras, as cidades de Guayaquil e Portoviejo. Movido pela ambição, a cabeça turbada pela fantástica lenda do El Dorado, Gonzalo Pizarro haveria de cometer o empreendimento de se lançar para o oriente, em 1541. O resultado foi a descoberta do rio Amazonas, no ano seguinte, por Francisco de Orellana.

## O PERÍODO COLONIAL

Eis subjugado o grande Império Inca, e com êle os povos que habitavam o que ora se chama Equador. Inicia-se o período colonial, e até 1563 a organização administrativa estabelecida pela Metrópole atribuiu ao futuro Equador a condição de "Gobernación de Quito", abrangendo as cidades de Quito, Portoviejo e Guayaquil com os respectivos territórios, sendo seu primeiro governador aquêlê Benalcázar, conquistador do país e fundador da nova Quito. Naquêle ano, a instâncias da população, Felipe II de Espanha eleva Quito à categoria de "Audiência", permanecendo integrada no Vice-Reinado do Peru, como até então. Com isto, adquiriu autonomia para os assuntos jurídicos.

Cumprê anotar que, com o nome de Quito, a Audiência abrangia extensa área, incluindo, além daquela cidade, as de Guayaquil, Portoviejo, Cuenca, Loja e Pasto; as povoações de Latacunga, Ambato e Chimbo e, no oriente equatoriano, as de Baeza, Sevilla del Oro, Logroño, Zamora, Valladolid e Jaén de Bracamoros. Os limites chegavam, pelo norte, até Buena Ventura, exclusive, e, por leste, até o rio Amazonas, limitando-se com o atual território do Brasil. A diferença dessa configuração administrativa com relação aos dias de hoje encontra-se nas questões de limites havidas com os países vizinhos (Colômbia e Peru), em consequência das quais o território equatoriano foi diminuído, deixando de lindar-se com nosso país.

Assinalamos, a seguir, em ordem cronológica, alguns dos episódios ou instituições do tempo da colônia que permitam compreender aspectos da fisionomia atual do Equador:

— 1529, agosto — Revolução das "Alcabalas", nome dado a um tributo impôsto nas transações de propriedades.



— 1718 — É suprimida a Audiência de Quito, por Cédula Real do ano anterior, e o país passa a integrar o novo Vice-Reinado de Santa Fé de Bogotá.

— 1722 — Não dando resultado a experiência, volta a ser restabelecida a Audiência, que retorna ao Vice-Reinado do Peru.

— 1740, julho — Promulgação e execução da Cédula Real de Felipe V, do ano anterior, pela qual se reorganiza o Vice-Reinado de Santa Fé e se reincorpora a este a Audiência de Quito, com todas as províncias e territórios. Até a Independência, nenhuma outra alteração se verifica neste sentido.

— 1765 — Sublevação dos bairros de Quito.

— 1805, dezembro — Primeira reunião conspiratória dos patriotas quitenhos.

— 1810, agosto — Revolução popular em Quito.

— 1811, outubro — Revolução popular em Quito.

— dezembro — Quito proclama sua independência de Espanha e recomenda a confederação com as províncias granadinas.

— 1812, novembro — Os espanhóis derrotam os patriotas.

— 1820, outubro — Revolução de Guayaquil e declaração de sua independência.

— 1821, maio — Derrotados os patriotas, Guayaquil declara-se sob a proteção da Colômbia, que então já se constituía em país independente.

— 1822, maio — Batalha de Pichincha, na qual o General Sucre derrota as forças espanholas. Firma-se a ata da independência de Quito e resolve-se sua anexação à República da Grande Colômbia, formada, assim, pela Cundinamarca ou Colômbia, Venezuela e Quito.

Junho — Bolívar entra em Quito.

Julho — Bolívar iça a bandeira da Colômbia em Guayaquil e assume os poderes supremos. Guayaquil declara sua anexação à Colômbia.

— 1830 — Rompem-se os laços políticos da Grande Colômbia, com a separação inicial da Venezuela.

— 1830, maio — O Distrito do Sul da Grande Colômbia (ou seja o de Quito) separa-se dela, completando-lhe a dissociação.

Setembro — Promulgação da primeira Constituição do Equador, nome com que ficou denominado o novo país. Primeiro presidente, General João José Flôres (venezuelano).

Duas das instituições coloniais do Equador explicam muito do quadro psico-social daquele país: a "encomienda" e a "mita". Aquela era uma velha instituição da Idade Média espanhola, que na América se formou em circunstâncias especiais e adquiriu nuances específicas. No Equador, não se concedia como "encomienda" apenas o domínio da terra, senão também o dos índios. Um "encomendero" era um proprietário de seres humanos, e sua fortuna chegou a contar-se por cabeças de índios. Na América, a "encomienda" é originária das Antilhas. Organizou-a Colombo, como meio de colonização capaz de prover nativos que trabalhassem o solo, com isto repartindo o benefício entre os seus subalternos. A ausên-



cia de braços espanhóis alimentou a instituição da "encomienda" em seus aspectos mais desumanos, sem embargo das leis expedidas pela Metrópole, por força, principalmente, da pregação jesuítica.

A outra instituição de trabalho, a "mita", fôra herdada dos Incas. Consistia no recrutamento de índios para trabalho obrigatório durante determinado tempo. Os recrutados chamavam-se "mitayos" e eram retirados à força de suas comunidades. Calcula-se que nas minas de Zamora, na região oriental, durante 50 anos hajam trabalhado cerca de 20.000 "mitayos", dos quais apenas 500 regressaram com vida.

Para concluir o estudo sobre o período colonial, transcrevemos a seguinte conclusão do historiador Alfredo Pareja Diezcanseco, de quem emprestamos grande parte de nossas apreciações sobre o assunto em pauta: "Da imperfeição e tragédias coloniais vem a nossa vida atual."

### O EQUADOR INDEPENDENTE

A história do Equador, como país independente, está pontilhada por aquelas constantes comuns à vida dos países sul-americanos: instabilidade política, rebeliões, caudilhismo, ditaduras. Resumimos, a seguir, aquela fase:

— Período "floreano", de 1830 a 1845, com que se inicia a República, sob João José Flôres. Avulta, também, a figura de Vicente Rocafuerte, dito, pelo historiador Diezcanseco, "o verdadeiro fundador da República".

— Período "marcista", de 1845 a 1860, que tem começo com a revolução civilista de 6 de março de 1845. O civilismo cede ante a reação militarista dirigida pelo General José Maria Urbino, possivelmente o criador do caudilhismo militar equatoriano.

— Período cívico-clerical, de 1860 a 1875, dominado pela figura impressionante de Gabriel Garcia Moreno, fundador do partido conservador, católico fervoroso, grande administrador e, sobretudo, homem de vontade férrea, "frio, calculista e organizado já aos 25 anos". Chefe do governo duas vezes, por eleição ou conquista do poder, morreria assassinado em 1875, quando Presidente da República.

— Período de 1875 a 1895, quando se verifica uma reação militarista, que cede, por fim, ao espírito civilista, então consolidado.

— Período de 1895 a 1925. É a fase do liberalismo, instaurado pelo General Eloy Alfaro, fundador do partido liberal. Estabeleceu a separação da Igreja do Estado, que até hoje prevalece. Com Alfaro termina o caudilhismo, cujos expoentes foram Flôres, Garcia Moreno e o próprio Alfaro.

— Período de 1925 a 1947, de instabilidade institucional e política. Destaca-se a figura do Dr. José Maria Velasco Ibarra, eleito por quatro vezes para a suprema magistratura.



— Período de 1947 em diante, onde aparece o liberal Galo Plaza Lasso, eleito em 6 de junho de 1948. Diz o historiador Diezcanseco: "O Movimento Cívico Equatoriano, organizado em 1947, e que triunfou nas eleições de legisladores, primeiro... e em seguida na eleição de Galo Plaza, foi agrupação de várias tendências, sob um denominador comum: a afirmação institucional da prática democrática". Reaparece, neste período, o Dr. Velasco Ibarra, eleito presidente pela terceira vez, para o período de 1952-1956, e pela quarta vez para o período de 1960-1964. Aquêlê governante teve o mandato interrompido a meio, em co-moção política recente. De 1956-1960, exercera o poder o conservador Camilo Ponce Enríquez.

Nos seus 130 e poucos anos de vida independente, 'o Equador teve promulgadas 16 Constituições, umas de índole liberal, outras radicalistas, sem diretrizes jurídicas precisas, outras, enfim, de sentido conservador. Frequentes vêzes o poder foi empolgado pela fôrça, e golpes de Estado prorrogaram mandatos presidenciais.

### VULTOS NACIONAIS

Concluiremos êste bosquejo histórico aludindo a quatro dos vultos nacionais equatorianos. O General Antonio José de Sucre é o vencedor de Pichincha, que assegurou a independência do Equador. Valoroso, heróico, combativo, pertence a mais de uma pátria, e seus restos repousam na catedral de Quito, sem embargo de sua nacionalidade venezuelana e de haver sido presidente da Bolívia. Nasceu em 1793 e morreu assassinado em 1830.

Abdón Calderón, "el niño heroe del Equador", cobriu-se de glórias na batalha de Pichincha, e nela morreu, sendo pouco mais que um adolescente. É o patrono das fôrças armadas do país.

João Montalvo, "o herói intelectual, o príncipe das letras equatorianas", no dizer de Osvaldo Orico, a outra grande figura equatoriana, cujo talento foi em parte dedicado a lutar contra a tirania em sua pátria. Assassinado o déspota Garcia Moreno, disse, num assomo: "Mia es la gloria; mi pluma lo mató". Morreu em Paris, estóico no sofrimento, nobre e altivo até o fim.

Francisco Xavier de Santa Cruz y Espejo é a grande figura nacional equatoriana. Mestiço, com muito mais de índio que de espanhol, médico, escritor, jornalista, político, "concebeu a idéia da emancipação política da América, planejando, sem temor, a revolução total, a radical separação da Espanha e a forma republicana e democrática de governo, em dias em que os mais valentes sugeriam túbias soluções para o agudo problema colonial e para a profunda crise do espírito que sacudia nos países" (Vd. Diezcanseco, *História del Ecuador*). Desterrado ou encarcerado, coberto de grilhões, vítimas do sofrimento, teve os dias abreviados, morrendo em 1795, em obscuridade e pobreza.



## O PROFESSOR MILITAR

Maj Art JONAS CORREIA NETO  
(Ex-aluno e ex-instrutor do CMRJ)

1. No moderno Exército Brasileiro, dois caminhos se apresentam ao Oficial que o afastam definitivamente das atividades da Tropa, ou a ela intimamente ligadas: são o Instituto Militar de Engenharia e o Magistério Militar.

Pelo primeiro, em que através de um curso regular se formam Técnicos, e do melhor gabarito, mantém-se o oficial na ativa, embora em Quadro especial, onde até ao generalato pode aspirar.

Pelo segundo caminho, através de concurso público, o oficial candidato, se aprovado, é transferido para a reserva de 1ª classe no posto imediatamente superior e ingressa no Magistério Militar. Ai, sujeito agora a legislação própria, até suas promoções são reguladas de forma diversa daquela que é válida para todo o quadro de Oficiais, inclusive os do QT.

Nunca entendi bem a necessidade de se passar para a reserva o Professor, e menos ainda a lógica — criada aliás por aquêlê fato — de sistema de promoção a que é sujeito.

Parece-me que teria sido perfeitamente aceitável a criação de um Quadro especial, no qual ingressassem os Professôres, assim como os Técnicos têm o seu QT. Sob o ponto de vista militar, que diferença há entre o Oficial Professor e o Técnico, por exemplo? E aquêlê, que está na reserva, por acaso é um inativo, como o são, em sua totalidade, os oficiais da reserva não Professôres? Ao contrário: está em muita atividade, na sua tarefa sobremodo grandiosa de ensinar e educar.

2. Vêm-me à idéia estas coisas, quando leio a notícia da inclusão, no Magistério do Exército, de um numeroso grupo de Oficiais, alguns dêles meus colegas de turma na velha Escola Militar, e meus amigos.

De alguns, sei da verdadeira vocação para a profissão que, de ora em diante, será a sua, em que pèse a condição de militar e a honraria do posto. Terão de ser, acima de tudo, Professôres; como o Oficial de QT deve ser sobretudo um Técnico; como o Oficial de SS deve ser principalmente Médico e o do S Vet, Veterinário. Assim não sendo, algo não andarâ certo; pois dentro do grande título "militares" há o lugar de cada um, a sua tarefa específica, indispensável ao conjunto. E sômente os "troupiers" e os Oficiais de Estado-Maior, — os quais,



junto com a Tropa, são o núcleo o cerne, o fundamento do Exército, — somente esses usam apenas o título singelo de “militar”, porque esta, e só esta, é a sua profissão.

Demais, tenho conhecido Professores com tanto espírito militar quanto os que mais o possuam, revelado no amor ao Exército, na noção de disciplina e cumprimento do dever, no cuidado com os uniformes, na atitude, no entusiasmo pelas coisas marciais. Como tenho lido com técnicos, médicos, veterinários, militares com todos esses atributos, ou bastante fracos em vários deles. Como há na Tropa muitos “paisanos” fardados, aguardando azêdamente a hora de sair do serviço ativo e então poderem mais à vontade criticar com dureza, em geral injustamente, esta nobre instituição da qual somente souberam servir-se, sem a servir.

### 3. Ser Professor é ser Mestre, Amigo e Exemplo.

O Mestre ensina. Não tudo o que sabe, que deve ser muito, e constantemente ampliado; mas aquilo que o aluno precisa saber, de acordo com o que marcam os currículos. Para ensinar, tem de conhecer a turma, e cada um dos que a compõe. Precisa sentir-lhe o ambiente coletivo, e definir as características individuais. Pois somente assim poderá do ensino resultar a aprendizagem, que é a meta, e sem a qual todo esforço terá sido em vão.

O Amigo anima, inspira confiança, desperta o interesse. Faz da matéria antipatizada a que mais se estuda; da questão aparentemente difícil, aquela cuja solução é uma vitória creditada ao esforço do aluno por resolvê-la; e até dum assunto árido, uma coisa atrativa consegue fazer. Tudo porque a amizade cria uma permutação de sentimentos que, inconscientemente quase, possibilita um vitalizante intercâmbio de idéias e de gostos.

O Exemplo — este é vital, e o Professor militar tem a obrigação de lhe dar particular atenção. Nenhuma autoridade é maior, nem mais acatada como tal, do que aquela que se impõe pelo exemplo dado dia a dia, a toda hora, em todo lugar, até longe do restrito círculo escolar. Farda limpa, gravata bem ajustada, boné colocado corretamente, bolsos abotoados, sapatos lustrados — quando fardado, são pequenos aspectos (aliás, regulamentares...) que colocam bem o Professor diante da turma, como impressionam favoravelmente o soldado em relação ao Oficial. O mesmo se poderia dizer dos trajes civis: nenhum aluno aprecia um Professor que, vestido civilmente, tenha aparência destoante com a posição que ocupa e com a responsabilidade que lhe cabe, e da qual o aluno sabe-se o objetivo e a causa.

Enganam-se os que pensam que se tornam mais simpáticos, forçando (ou conservando) atitudes de desleixo, na postura e no trato das suas vestes (principalmente dos uniformes); às vezes, gozarão de uma eventual capacidade de atração, gerada muito mais por uma espécie de parceria faltosa, de convivência culposa, do que pelo respeito que deve ser a base das relações entre os homens — particularmente entre Professores e alunos.



Isto, quanto ao que se refere a coisas materiais. Que não dizer do valor dos exemplos morais? E dos especificamente ligados ao ensino?

O procedimento do Professor para com a turma vai-se reproduzir no da turma para com ele. Se os alunos notam que a sessão não foi preparada, portanto, que o Professor não deu a ela maior atenção, julgam-se no direito de também não lha dar. Há reciprocidade de atuação.

É fato conhecido que certos alunos coladores comprometem-se a não colar nas provas do Prof Fulano, porque a absoluta lealdade com que eles os trata — boas aulas, provas rigorosas, mas acessíveis e bem corrigidas, ausência de favoritismos, aqui uma ajuda numa dificuldade pessoal, ali uma recomendação oportuna, hoje uma repreensão enérgica mas ponderada, amanhã a desculpa a uma falta involuntária — é uma forma de tratamento que exige correspondência.

Enfim: Mestre, Amigo, Exemplo — eis o Professor!

4. A seleção para o nosso Magistério precisa ser, cada vez mais, muito cuidadosa — e realmente seletiva. Não é excessiva a repetição de que “um professor é um sacerdote”. Realmente o é; pelo menos, deve sê-lo. Na medida em que sacerdócio é dedicação, é devotamento, é desprendimento, é até sacrifício; e também em que é função nobre e sublime.

Daí, ter de a missão recair sobre pessoas capazes de a exercerem com aptidão comprovada e integridade absoluta.

No caso do Professor militar, releva esta exigência, embora deva ser quase um corolário da sua própria condição.

Não entrarei no mérito do “magistério da AMAN”, dada a natureza eminentemente profissional dessa Academia. Mas abordarei um aspecto dos Colégios Militares.

5. Um Colégio Militar não prepara necessariamente os seus jovens para a carreira militar. Muito ao contrário: verifica-se que a maioria dos seus ex-alunos não abraçam aquela carreira. (\*)

Entretanto, enquanto lhe cursa as aulas e o frequenta como aluno, deve este sujeitar-se às exigências que ali se fazem, inclusive às de caráter tipicamente militar. São marchas, exercícios, instruções, desfiles, serviços, prestação de continências, rigores nos uniformes e na disciplina — tudo isto, aliás, compensado pelo fornecimento do Certificado de Reservista, satisfeitas certas condições.

Mas não apenas aí reside a vantagem de tantas imposições, digamos assim, extracurriculares; pois sucede que é justamente através desse controle intenso e permanente, dessa militarização parcial, que se procura moldar da melhor maneira o caráter e o espírito do moço estudante, dando-lhe uma base de princípios sadios, dignos e patrióticos que o auxiliem a triunfar em qualquer campo de atividade.

Eis porque, então, transcende de importância o Professor. É que o ex-aluno, seguindo afora pela vida civil, vai forçosamente recor-

(\*) Ler a respeito, do mesmo autor, o capítulo “Os Instruendos”, no artigo “A Artilharia do Colégio Militar” (“A Defesa Nacional”, Mai 54, pág. 67).



dar-se do Colégio Militar; dêle, há de lembrar-se sempre com saudade e afeto, porque é o "seu colégio", mas também há de julgar a todo o Exército pelo que viu, assistiu, em alguns anos ali passados. Fica, assim, o conceito de toda uma instituição ao sabor de um prisma de julgamento — e não se diga que este nos deva ser indiferente. Não é não. A democracia precisa que as suas componentes funcionem harmonicamente, e o primeiro passo para tal é que se conheçam, se entendam e se considerem. Ora, a componente basilar dum sistema democrático é o homem — sua razão de ser. E a opinião de um homem é algo de respeitável, máxime quando se estriba, justa ou injusta, em argumentos sólidos. Só há, portanto, um meio de podermos tranquilamente enfrentar o veredito dos nossos ex-alunos, e recebermos louvores, em vez de críticas: é dar-mo-lhes, a eles, o máximo de atenção, de dedicação, de ensinamentos, de exemplo.

Ninguém mais abalizado para tão alta responsabilidade do que o Oficial-Professor; aquêle que fala ao aluno pelo menos uma hora por dia; às vêzes três ou quatro dias por semana; que é visto pelo aluno quase diariamente; que lhe tira as dúvidas; que lhe indica normas de proceder; que lhe ausculta os anseios; que lhe sugere atitudes; que lhe esclarece sobre a vida; que o incita ao estudo e ao esforço; que o corrige; que o repreende, que o distingue, que o critica, e felicita, e ampara, e até faz suas as alegrias do aluno ou com êle sofre.

#### NINGUÉM MAIS CREDENCIADO!

6. Para tão pujante tarefa, tem buscado o Exército recrutar professores, em especial, entre a oficialidade de carreira.

Com isto, entra nos estabelecimentos de ensino militar, pelo entusiasmo que deve ser imanente ao oficial, a seiva vivificadora que vai frutificar em seguida, ao contato salutar da experiência dos mestres mais amigos.

Além do que, homens mais moços, poderão também mais facilmente insinuar-se à confiança dos alunos, levando-lhes outros e novos argumentos sobre os grandes problemas dos nossos dias — notadamente os de fundo social.

A liberdade de cátedra é uma das conquistas do sistema democrático; deve ser intransigentemente posta em defesa desse sistema e de si mesma, e com este fim cabe ao professor, usando-a, orientar os seus discípulos no sentido retilíneo da vida, incompatível com qualquer totalitarismo, com qualquer esmagamento das liberdades básicas do homem, com qualquer rebaixamento dos direitos inalienáveis do indivíduo.

Numa época em que o comunismo procura açodadamente subverter a ordem natural da existência dos povos e dos homens, é imperioso que se fale claro e sem rodeios; que se olhe nos olhos a questão, e se digam as verdades que precisam ser ditas; que não se condescenda — com a desordem, com inversão dos valores, com as badernas organizadas, com o desrespeito à família, ao lar e à Escola, com o descrédito da autoridade; que não se transija nunca e a nenhum preço: nem sequer aquêle da segurança pessoal, já que só lograremos sobre-



viver, com liberdade e decência, à custa da nossa persistência no combate a todas as formas do mal que nos ameaça.

Tudo isto que é uma realidade atual e tem de ser ressaltada — mesmo porque, a difusão das idéias malsãs do comunismo já está portas adentro dos nossos lares, dos nossos quartéis e das nossas escolas — tudo isto, é o professor que pode dizer, explicar, destacar, afirmar e reafirmar.

Das alturas respeitáveis do seu magistério, é o professor que pode, melhor do que ninguém, e deve fazer esta verdadeira campanha esclarecedora, de combate constante, indormido, vigoroso, ao perigo internacional do comunismo. Fazê-la, com a energia cívica que as ações meritórias solicitam de um mestre, é contribuir para que, no futuro, outros alunos possam continuar ouvindo outros mestres, mas sempre sob um regime de liberdade, de segurança, de amor.

7. São estas as considerações que me ocorrem, ao saber de tantos conhecidos que, saindo definitivamente da tropa, vão-se empenhar nos trabalhos cansativos do magistério, cheios apesar disto de compensações reconfortantes. Pois sei que o são. Filho de professor, que também cedo deixou a caserna pela cátedra, sou testemunha dos esforços exaustivos, como das recompensas confortadoras. E destas, não pequena é ser citado e apontado pelos antigos discípulos, muitos e muitos anos depois, como mestre exemplar e homem de bem.

A que mais há de aspirar um professor?



## PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 73/95

tel. 45-8187

R. Camerino, 79/81

tel. 43-4990

R. Bambina, 36

tel. 36-6763



**NOS SEUS PRÓXIMOS NÚMEROS PUBLICARÁ "A DEFESA NACIONAL" INTERESSANTES ARTIGOS REFERENTES À:**

- **Cabanagem** (Maj Moraes Rêgo).
- **Campanha da cordilheira** (Maj Everaldo de Oliveira Reis).
- **Posição das Forças Armadas ante as justas aspirações reformistas do povo brasileiro** (Ten-Cel Octávio Pereira da Costa).
- **Penetração soviética na África** (Maj Octávio Aguiar de Medeiros).



# O PAPEL DAS RESERVAS NA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DAS FÔRÇAS ARMADAS

Ten-Cel RUI ALENCAR NOGUEIRA  
Oficial de EM

Sem maior esforço, compreenderemos que será impossível a uma nação manter mobilizadas poderosas Fôrças Armadas, capazes de atender aos objetivos fundamentais da sua própria segurança.

Seria, naturalmente, um pesado ônus, tanto em pessoal como em recursos materiais, que sacrificaria sobremaneira a economia nacional — se bem que fôsse êste sacrifício bastante compensador — provocaria reações de várias naturezas e não se coadunaria com o espírito das democracias.

Também, no mundo em que vivemos, redundaria em plena infantilidade imaginarmos a sua extinção, principalmente nos países dotados de incomensuráveis riquezas no subsolo e que representam, por isto mesmo um cobiçado potencial a explorar no presente e, particularmente, no porvir.

De fato, embora nos tempos de paz, elas constituem por si só, o sustentáculo da ordem interna e asseguram,, sem qualquer embargo, o integral funcionamento dos meios de produção, propiciando a perfeita harmonia das atividades econômicas.

A ordem, o respeito às leis, a segurança das instituições, são atribuições e encargos essenciais que as Fôrças Armadas sempre conseguiram manter, apesar das alternativas peculiares aos países subdesenvolvidos, ou em fase de desenvolvimento.

A humanidade ainda não alcançou, nem se nos afigura que o consiga num futuro próximo, o supremo ideal da verdadeira fraternidade entre as criaturas e, quiçá, entre os povos, de forma a poder derrogar definitivamente, das suas cogitações, o recurso extremo à guerra e conseqüentemente, extinguir as Fôrças Armadas, muito embora a existência de valiosos organismos internacionais, visando a manutenção da Paz.

Ora, se ainda não conseguimos, muita vez, estabelecer a plenitude destes entendimentos fraternos, no limitado ambiente familiar, como poderemos conceber que tal se realize na alternativa da presente conjuntura internacional?

Portanto, é tendo “olhos para ver e ouvidos para escutar”, conforme nos ensina a doutrina cristã, que devemos atentar para o que se passa no mundo, visando colocarmo-nos na firme posição de defesa do nosso patrimônio moral e espiritual — isto sem cogitarmos dos interesses materiais — conquistados pelos nossos antecessores e integridades indelêvelmente à tradição brasileira.



Numa época caracterizada pela existência de uma ideologia, seria utópico querermos lutar usando outros meios diferentes, sob pena de sermos derrotados prematuramente.

É, por certo, na preservação da ideologia democrática, tão anemizada e enfraquecida, que se afirma o valor das nossas reservas, como parte integrante das Forças Armadas, porquanto, embora delas vivam afastadas, jamais delas serão desvinculadas, seja por dever institucional, seja pelos sentimentos de brasilidade.

Em verdade, são êstes valorosos contingentes das reservas, constituídos de brasileiros de tôdas as categorias e classes sociais, cônscios dos seus deveres e responsabilidades, interligados pelos mesmos princípios democráticos e cristãos, dispostos a todos os sacrifícios — até o da própria vida — em defesa da terra em que nasceram, são estas reservas, repetimos, a configuração plena e a cristalização irretorquível do verdadeiro sentido da nação-armada.

Sim, nação armada espiritualmente, armada concientemente, armada moralmente, pois de nada valerão os modernos armamentos, os mais perigosos petrechos bélicos e, até, os mais arrojados projéteis nucleares e termo-nucleares, se o homem não estiver convencido do papel que lhe cabe desempenhar na salvaguarda dos bens nacionais.

Nas suas reservas encontram, assim, as Forças Armadas, o alicerce da sua expansão e a garantia da sua reestruturação, uma vez que elas permitem o considerável aumento dos seus efetivos e das suas Unidades, através dum constante suprimento de tão valioso e aguerrido contingente humano.

Particularmente nos países democráticos, onde a liberdade encontra o seu maior esplendor, as reservas das Forças Armadas adquirem uma importância que jamais poderá ser subestimada.

O reservista merece todo o nosso acatamento, aqui e alhures, na qualidade de um permanente soldado do Brasil.

Eis, porque, como se faz mister, apelamos ininterruptamente para os seus sentimentos patrióticos, a fim de que não se desligue da sua Unidade de origem, mantendo sempre um oportuno contato, não apenas de uma forma puramente regulamentar, porém acima de tudo, conservando aquela afetiva ligação de quem ali se formou soldado do Brasil, sob as emoções naturais, as agruras, as alegrias e os enlevos, através da plena integração do dever cumprido.

As Forças Armadas do Brasil são escolas de civismo, tanto mais fortes quanto mais o sejam as suas reservas. Conservá-las sempre atualizadas, preparadas e democráticas, no seu verdadeiro sentido, é uma obra meritória de perfeita segurança nacional, que a todos compete realizar, quaisquer que sejam as atribuições normais.

Grande é a nossa Pátria, bem o sabemos, sem ufanias exageradas.

Tudo nos dá e de nós pouco exige, é bem verdade. Nós, que somos os seus filhos, irmanados pelos mesmos ideais, conservêmo-la una e indivisível, sob todos os aspectos, pois tal como a recebemos dos nossos antepassados, devemos transmiti-la às gerações porvindouras.



# COMUNICAÇÕES VIA RÁDIO, UTILIZANDO SATÉLITES ARTIFICIAIS REPETIDORES

Por LOUIS POLLACK

Publicado na Revista "Electrical Communication",  
Vol. 36, n. 3, 1960.

(Tradução do Capitão ALBERTO CARROZZO)

O grande interesse em torno de satélites artificiais e sua aplicação às comunicações a longa distância, e mesmo de alcance mundial, a ninguém deve surpreender.

Estes satélites permitem utilizar, para importantes serviços, frequências até agora disponíveis e que, de outra forma, não poderiam ser empregadas.

Inicialmente, consideraremos a necessidade e a exequibilidade de sistemas de comunicações que utilizem satélites artificiais. A seguir, analisaremos os rádio-parâmetros, como frequências de operação, modulação e tipo de resposta do satélite. Veremos, como conclusão, que um satélite em uma órbita circular de 24 horas, levando um "transpositor" (recebe e transmite) de 2 watts, poderá repetir 96 canais de voz, utilizando modulação em código de pulsos, em uma portadora de 2.000 Mc/s.

No solo, transmissores de um quilowatt e receptores com um fator de ruído de 1 decibel seriam utilizados com antenas parabolóides de 18 metros.

## 1 — SATÉLITES, POR QUÊ?

Alguns céticos poderiam duvidar das possibilidades e mesmo da necessidade de rádio-repetidores em satélites. Consideremos inicialmente sua necessidade.

Nos Estados Unidos, partes do Canadá e na Europa Ocidental, um complexo entremeado de linhas terrestres e ligações de micro-ondas foi estabelecido.

De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em fins de 1959 existiam, em funcionamento, cerca de 70 milhões de telefones naquele país. Qualquer um daqueles aparelhos pode ser ligado a mais de 65 milhões de telefones distribuídos no restante do globo. Entretanto, os cabos transoceânicos, para interligar esse enorme número de assinantes, são limitados a cerca de 200 canais.



Uma ou duas décadas antes de 1956, as comunicações telefônicas transoceânicas eram realizadas predominantemente através de circuitos de alta frequência. A média de crescimento no número de circuitos e no tráfego, de 1945 a 1956, atingiu cerca de 8% ao ano.

Experiências com sistemas de cabos, de alta qualidade e confiança, justificaram a expectativa de que o tráfego transoceânico aumentaria no mínimo de 10% ao ano, se um melhor serviço fôsse colocado à disposição do público. Um relatório (Hearing Before the Committee on Science and Astronautics, House of Representatives, Report 9, pg. 98 and 99) dos assistentes ao "Congressional Committee on Science and Astronautics" estabeleceu que a atual capacidade dos cabos transatlânticos será excedida pela demanda em 1962, e insuficiente à planejada, por volta de 1965.

Certamente, pois, qualquer sistema novo, que permita uma rápida expansão das comunicações internacionais, em regime comercial e de alta qualidade, merece cuidadosa consideração. Um sistema rádio-relé (repetidor), utilizando satélites artificiais, oferece tais possibilidades.

## 2 — PROBLEMAS DE COMUNICAÇÕES

Quais são os problemas de comunicações, ao estabelecer-se um repetidor utilizável num satélite artificial?

### 2.1 — Frequência de operação:

A seleção de uma frequência ótima de transmissão para o sistema de satélites, seja ele passivo ou ativo (NT: O Autor denomina satélite passivo a um simples satélite refletor; ativo é o que pode receber os sinais e retransmiti-los amplificados), é limitada à "janela" de propagação entre 100 Mc/s e 10 gigaciclos por segundo (1 gigaciclo = 1 quilomegaciclo =  $10^9$ c). O ruído atmosférico e o causado por aparelhos elétricos, etc., decrescem com o aumento da frequência, e são desprezíveis acima de 100 Mc/s.

O ruído cósmico diminui desde um nível de -160 dbw/kc (decibel referido a 1 watt por 1 kc/s de largura de faixa) a 100 Mc/s, a menos de -180 dbw/kc a 1.000 Mc/s. Outros efeitos, como rotação de Faraday do plano de polarização, e efeitos de explosões nucleares, tornam-se progressivamente menores com o crescimento da frequência, e são desprezíveis acima de 2 gigaciclos por segundo.

No extremo superior da faixa considerada, a absorção pelo oxigênio e vapor d'água aumenta com a frequência: de 0,01 db/km a 10 gigaciclos, a mais de 0,1 db/km a 20 gigaciclos.

No caso do satélite passivo, a perda na propagação é dada por:

$$L = \frac{P_t}{P_r} = 16 \frac{\lambda^2 d_1^4}{A^2 \eta^2 D^2}$$



onde.

- A = área da antena
- D = diâmetro do satélite
- $d_1$  = média geométrica da distância entre o satélite e o terminal
- L = perda na propagação
- $P_r$  = potência recebida
- $P_t$  = potência transmitida
- $\lambda$  = comprimento de onda
- $\eta$  = eficiência da antena.

Observe-se que a potência transmitida é proporcional à quarta potência da distância, e que a perda na transmissão diminui com o aumento da frequência, para uma dada dimensão da antena da estação terrestre e do satélite.

Considerando-se agora o satélite ativo, o ganho da antena do satélite será limitado pela área da Terra a ser coberta, e pela tolerância de erro do sistema de estabilização da altitude. A largura do feixe de radiação da antena do satélite será fixada, levando-se em conta uma determinada órbita.

Para este caso de largura de feixe de radiação constante para o satélite, e uma dimensão predeterminada para a antena do solo, a perda na propagação fica independente da frequência, e é dada por

$$L = \frac{P_t}{P_r} = K \frac{\Theta d^2}{\eta A}$$

onde:

- A = área da antena no solo
- $d^2$  = distância terra-satélite
- K = uma constante
- $\Theta$  = largura do feixe da antena do satélite.

A quantidade de informação que pode ser transmitida por um sistema de comunicações é proporcional à largura da faixa ocupada no espectro de frequências. Aconselha-se, nos projetos de equipamentos, uma largura de faixa entre 0,5 e 2% da frequência portadora.

Para um sistema de comunicações que utilize um tipo de modulação que possibilite um grande melhoramento, a largura de faixa poderá variar de 10 a 40 Mc/s.

As exigências do projeto de equipamento ficam satisfeitas com uma frequência de 2 a 4 gigaciclos.

Outro fator a ser considerado, é que as dimensões e o peso dos componentes, particularmente amplificadores de radiofrequência e a antena diminuem com o aumento da frequência.

A escolha da frequência de operação restringe-se, pois, a determinar a mais alta frequência utilizável entre 1 e 10 gigaciclos/s, em função da disponibilidade de equipamento.



## 2.2 — Sistemas de modulação:

O tipo ótimo de modulação é definido como aquele que permite a maior eficiência de potência para uma dada relação sinal-ruído. Já que a potência do satélite é limitada, preferir-se-á o tipo de modulação que possibilite a relação desejada de sinal-ruído do canal (por exemplo, 40 db), com a mínima potência transmitida.

Portanto, é desejável um tipo de modulação que permita uma melhoria substancial da relação sinal-ruído do canal sobre a relação sinal-ruído às custas da largura da faixa.

Uma vez que a demodulação não precisa ser realizada no satélite, o tipo de modulação pode ser alterado à vontade, na estação terrestre, se o "translator" ou refletor possuir uma faixa de passagem suficientemente larga.

Três tipos principais de modulação foram considerados:

A) Multiplex com divisão de frequência, com subportadoras moduladas em amplitude e que modulam, em faixa lateral singela, a portadora de radiofrequência (FDM-SSE).

B) Multiplex com divisão de frequência com subportadoras moduladas em amplitude, que modulem em frequência a portadora de radio-frequência (FDM-FM).

C) Modulação em código de pulsos (multiplex com divisão de tempo), com os pulsos modulando em frequência a portadora. Várias portadoras podem ser multiplicadas em frequência, para se obter um elevado número de canais (PCM-FM-DM).

A relação sinal-ruído para cada sistema é dada pelas equações apresentadas a seguir:

A) Divisão de frequência, faixa lateral singela:

$$S/R = \frac{C}{R} = 10 \log \frac{1}{KT} - 10 \log b - L + 10 \log P_t$$

onde:

$b$  = largura da faixa do sinal

$C/R$  = relação portadora/ruído

$K$  = constante de Boltzman's =  $1,38 \times 10^{-23}$

$T$  = temperatura efetiva do receptor.

B) Divisão de frequência, modulação em frequência:

$$S/R = \frac{C}{R} + 20 \log \frac{\Delta f}{f} + 10 \log \frac{B}{2b}$$

onde:

$$C/R \text{ é igual ou maior que } 12 \text{ db, e } \frac{C}{R} = 10 \log \frac{1}{KT} - 10 \log B - L + 10 \log P_t$$



onde:

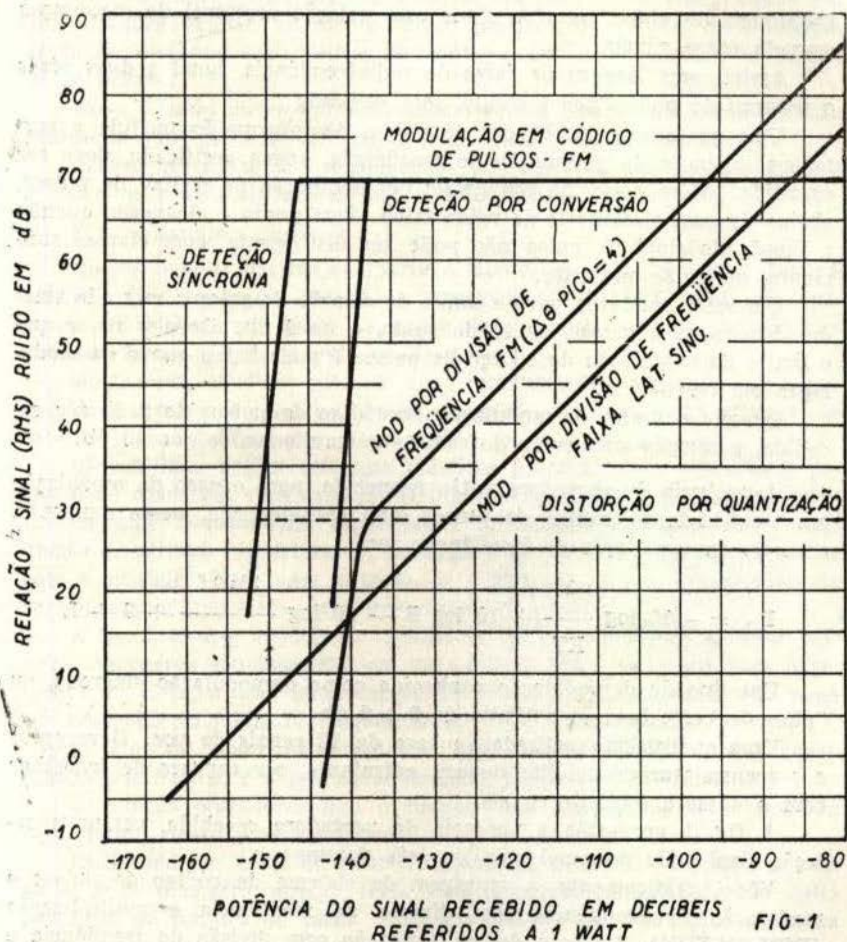
$B$  = largura de faixa do canal de frequência intermediária

$f$  = mais alta frequência de modulação

$\Delta f$  = desvio máximo.

A relação do valor r.m.s. da portadora, para o valor r.m.s. do ruído, de 12 decibéis, é o limite aceito para um sistema de modulação em frequência.

Abaixo deste valor, nenhuma melhoria quanto ao ruído é conseguida.



Níveis de potência necessária na entrada do receptor, para um sistema proporcionando 12 canais de voz (cada um com 3 quilociclos de faixa), considerando um fator de ruído para o receptor de 1 decibel, e uma temperatura de antena de 40 graus K.



### C) Código de pulsos e modulação de frequência:

Para este método de código de pulsos, a largura de faixa do sistema deve ser previamente determinada.

Utilizando-se um código de seis elementos e testando-o ao dobro da mais alta frequência de áudio, o número de elementos por segundo, para cada canal, será de  $6 \times 8.000 = 48.000$ , e a frequência de vídeo será de  $48.000/2$  ou  $24.000$  c/s. Para transmitir essa informação de vídeo em um sistema de vários canais, com a mínima potência, é utilizada uma resposta de forma gaussiana. Pode ser demonstrado que a largura de faixa de 3 db do sistema total necessita ser igual apenas ao dobro da frequência de vídeo, para se obter uma relação aceitável de modulação cruzada entre canais.

Assim, uma largura de faixa de radiofrequência, igual a duas vezes o número de pulsos por segundo, será utilizada.

Uma vez que a frequência de pulsos de informação modula a portadora, o limite de modulação de frequência, acima verificado, deve ser excedido. Além disso, há um limite de modulação de código de pulsos, abaixo do qual a melhoria de ruído falha. Este ponto é alcançado quando a tensão do sinal de pulso não pode ser distinguida, com clareza suficiente, do ruído presente.

Um valor aceitável, para o limite da relação do valor r.m.s. do sinal de vídeo para o valor r.m.s. do ruído, é de 9 db. Deve-se notar que o limite da modulação de código de pulsos é mais baixo que o da modulação em frequência.

Quando o limite da modulação de código de pulsos de 9 db fôr excedido, a relação sinal-ruído do canal será muito maior que 40 db.

A potência da portadora então requerida, para o caso da modulação em frequência do código de pulsos, não considerando, neste momento, o limite da modulação de frequência, será:

$$P_{th} = -10 \log \frac{1}{KT} + 10 \log B - 20 \log \frac{3\frac{1}{2}\Delta f}{f} + 9 + L$$

Um tipo de demodulação conhecida como demodulação síncrona, ou "phase-locked", baixará o limite de 3 a 6 db.

Uma análise foi realizada na base de 12 canais de voz. O receptor e o transmissor do satélite devem, entretanto, ser capazes de trabalhar com o número total de canais.

A fig. 1 apresenta a potência da portadora recebida, versus a relação sinal-ruído do canal, para os três sistemas.

Vê-se, gráficamente, a vantagem do sistema de código de pulsos e modulação de frequência com divisão de frequência e multiplicação (PCM-FM-FDM). No caso da multiplicação com divisão de frequência e faixa lateral singela, uma relação sinal-ruído de 40 db é obtida com uma portadora de cerca de -118 decibéis, referidos a 1 watt. O sistema de divisão de frequência — modulação de frequência com um índice de pico de modulação  $\Theta$  de 4, requer 9 decibéis menos de potência.



Observe-se a introdução de um nível mínimo, abaixo do qual a relação sinal-ruído piora rapidamente.

O sistema de código de pulsos oferece considerável redução de potência. O nível de entrada requerido aqui é de  $-148$  decibéis, referido a 1 watt, ou a uma melhoria de 30 decibéis sobre o sistema de faixa lateral singela.

Utilizando-se demodulação síncrona, o nível mínimo da portadora modulada em frequência é realmente menor que o nível necessário para a portadora de faixa lateral singela, para uma relação S/R de 40 db.

### 3 — CLASSIFICAÇÃO DOS SATÉLITES

Os repetidores-rádio mantidos em órbita podem ser classificados em dois grandes grupos, conforme sejam passivos ou ativos; estes podem ainda ser divididos em satélites de órbitas próximas e satélites de órbitas de 24 horas.

Estes últimos giram em sincronismo com a rotação da Terra, quando colocados num plano equatorial, a uma altitude de 35.880 km.

Órbitas próximas são consideradas aquelas com um período de 1 a 3 horas, ou a uma altitude de 800 a 4.800 km.

#### 3.1 — *Satélites passivos:*

No documento clássico de Pierce e Kompfner (Comunicações Transoceânicas por meio de Satélites, "Proceeding" do IRE, Vol. 47, páginas 372-380, março, 1959) os parâmetros de um sistema de satélites passivos foram completamente analisados.

Mostraram aqueles autores que comunicações transatlânticas poderiam ser estabelecidas, com mais eficiência, por um certo número de satélites numa órbita polar, a uma altitude de 4.800 km.

Os satélites, balões esféricos plásticos aluminizados, assumiriam posições ao acaso em suas órbitas. O número de satélites necessários para manter uma continuidade especificada de serviço, decresce com o aumento de altitude da órbita. A potência necessária à transmissão cresce com a altitude. Para uma altitude de 4.800 km, e uma interrupção de serviço menor que 0,1%, são necessários 30 satélites.

A fig. 2 mostra a potência necessária, quando se utiliza refletor passivo. As curvas são baseadas em uma temperatura de ruído para o receptor de 75°K, e uma temperatura de 20°K para a antena, o que pode ser realizado na faixa de frequência de 1 a 10 gigaciclos/s.

O fator de ruído do receptor é algo mais pessimista que o considerado por Pierce, e é realizável no estado presente da Ciência.

A relação portadora-ruído é baseada em técnica de modulação de faixa larga, como se vê na figura.

Utilizando um balão de 30 m de diâmetro, 2.000 Mc/s e uma antena de 37 m de diâmetro no solo, seria necessária uma potência de 130 watts por Kc/s de largura de faixa. Com um sistema de modulação de faixa larga, como modulação de código de pulsos, uma informação com uma largura de faixa de 4 Mc/s pode ser transmitida com uma largura de faixa de radiofrequência de 24 Mc/s, permitindo uma relação sinal-ruído melhor que 40 db.



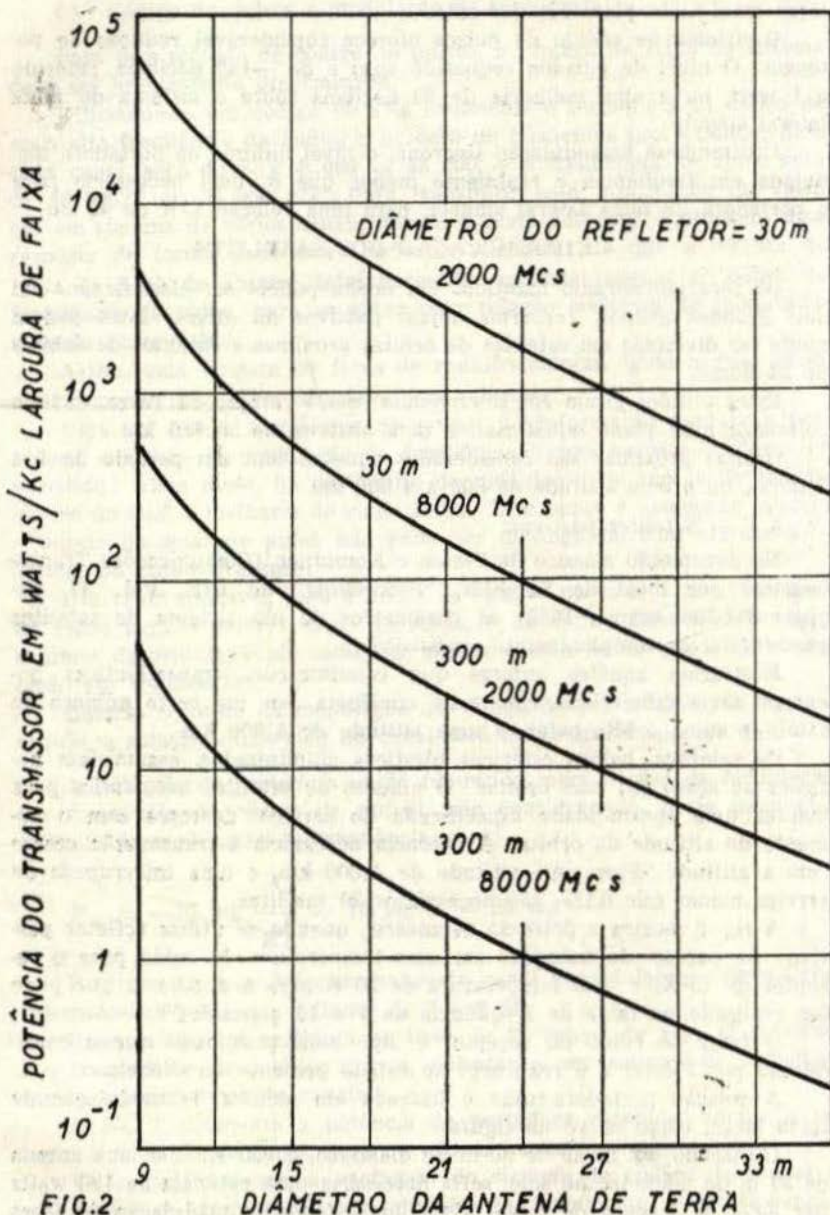


FIG.2

DIÂMETRO DA ANTENA DE TERRA

Potência de transmissão necessária, por quilociclo de faixa passante, para um sistema que utilize refletor passivo numa órbita de 4.800 quilômetros, considerando uma perda no espaço livre de  $2 \times 177$  db, receptor KTB de 208,8 db referidos a 1 watt por quilociclo por segundo, e uma relação canal-ruído de 15 db. Cada curva traz indicado o diâmetro do satélite e a frequência de transmissão para os quais foi traçada.



Tal sistema requereria um aumento de 34 db na potência transmitida do solo, ou, aproximadamente, 3 megawatts — um nível impraticável, até o momento. Elevada a frequência de operação 4 vezes, para 8.000 Mc/s, diminuirá de 16 vezes a potência de transmissão, se a eficiência da antena puder ser mantida, e a absorção atmosférica desprezada.

Os sistemas passivos caracterizam-se, pois, por um grande número de satélites, enormes antenas no solo e elevada potência de transmissão, para cobrir uma área relativamente pequena da Terra.

O sistema passivo pode ter importante papel nas comunicações transoceânicas, durante o desenvolvimento de sistemas eletrônicos dignos de confiança, e de foguetes de alta potência, que serão necessários para lançar satélites ativos.

Este ano, a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (U.S.A.) lançará um balão de 30 m, aluminizado (NT: Este satélite já foi lançado, com pleno sucesso). Este balão, inflado pelo gás resultante da sublimação de um sólido nele contido, será construído de "Mylar", de 0,013 mm de espessura.

A esfera entrará em órbita num plano de 50°, a uma atitude de 1.300 a 1.600 km. Será estabelecido um canal de voz apenas, entre o laboratório da "Bell Telephone", em Holmdel, Nova Jersey, e os Laboratórios Jet Propulsion em Goldstone, Califórnia. Os laboratórios do ITT forneceram o transmissor de frequência modulada à Bell Telephone para o terminal de Holmdel.

### 3.2 — *Satélites ativos:*

Um satélite refletor, maior e mais elaborado, reduziria a potência necessária na Terra; entretanto, tornar-se-ia indispensável um mecanismo de propulsão, controlado, para manter a posição e a altitude ótimas. Se recorrermos a uma tal complicação num aparelho espacial, a incorporação de um "transpositor" constituirá um simples degrau adicional, e assim teremos evoluído para um repetidor ativo.

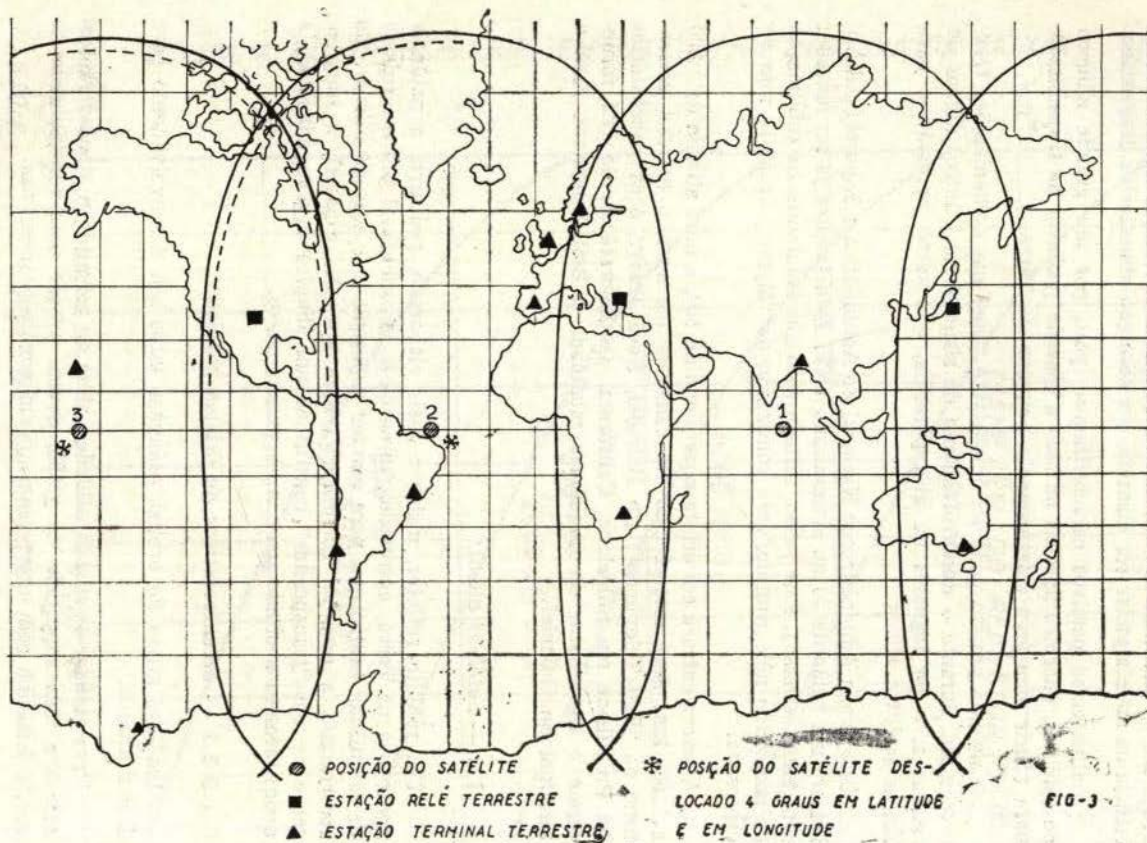
#### 3.2.1 — *Satélites ativos de órbitas próximas:*

Satélites ativos de órbitas próximas estão sob desenvolvimento para fins militares.

Para atender às suas finalidades, além de permitirem atender rapidamente a toda superfície do globo, devem prover uma continuidade de serviço, mesmo sob interferência e em condições precárias.

O "Advanced Researck Project Agency", através do "Signal Corps", está patrocinando um repetidor com retardo (NT: Isto é, com "memória") no projeto Courier (Committee ou Science and Astronautics, Report 9, pág. 15, 1959); o ITT fornecerá o sistema de terra para o projeto.





Áreas cobertas por 3 satélites em órbitas de 24 horas.



Sob o conceito Courier, um satélite, numa órbita de 960 a 1.120 quilômetros, será ativado na ocasião em que penetrar no alcance visual de uma estação de terra que tiver tráfego com uma outra (NT: Também este satélite foi lançado, com ótimos resultados. Sua descrição pormenorizada será objeto de um próximo artigo).

Sinais de teletipo, previamente gravados em fita magnética, serão transmitidos ao satélite com alta velocidade, e este armazenará a mensagem. Quando o satélite estiver "sob as vistas" do receptor de terra da outra estação, retransmitir-lhe-á a mensagem, a alta velocidade, quando para tal for comandado por um sinal de código. Durante a recepção das mensagens armazenadas pelo satélite, a estação de terra poderá também retransmitir-lhe tráfego para outras estações, em uma frequência diferente.

Transmitindo a uma alta velocidade, durante 4 a 5 minutos, nos quais o satélite esteja com certeza, sob as vistas da estação de terra, é possível transmitir o tráfego de 20 canais de teletipo, operando continuamente à velocidade de 100 palavras por minuto.

Para um tempo ativo de operação de 3 minutos, quando o satélite estiver dentro da faixa da estação de terra em cada órbita, a capacidade de manejar o tráfego será de  $15 \times 10^6$  sinais — capacidade esta de cada gravador do satélite. Isto corresponde a  $428 \times 10^3$  palavras por passagem do satélite pela estação. Para uma altitude de 965 km e um período de 110 minutos, haveria 7 órbitas úteis por dia, para uma estação na latitude de Porto Rico, ou 2.996.000 palavras manejadas por dia por essa estação de terra.

Satélites ativos de órbitas próximas podem ser utilizados num sistema sem retardo e, como no caso passivo, um grande número de satélites e antenas orientáveis devem ser empregados para uma cobertura contínua.

A altitude de um satélite de órbita próxima e de ação controlada limitará a largura do feixe de radiação da antena do satélite.

Perdas na transmissão, ganho da antena do satélite e cobertura sobre a Terra decrescem com a altitude. Assim, movendo-se o satélite de uma órbita de 4.800 km a uma órbita síncrona de 35.880 km, e utilizando-se um feixe de radiação tangente à superfície da Terra, somente mais 5 db de potência serão necessários.

### 3.2.2 — Satélites ativos de órbita de 24 horas:

Três satélites numa órbita equatorial a 35.880 km, podem cobrir cerca de 98% da superfície da Terra, como se vê na fig. 3.

Para um sistema mundial de comunicações, isto poderia parecer muito atrativo. As mais severas limitações são a potência de saída do transmissor do satélite e sua vida útil.

A uma altitude de órbita síncrona, o feixe de radiação da antena do satélite para a cobertura de um hemisfério é de 18 graus (fig. 4).



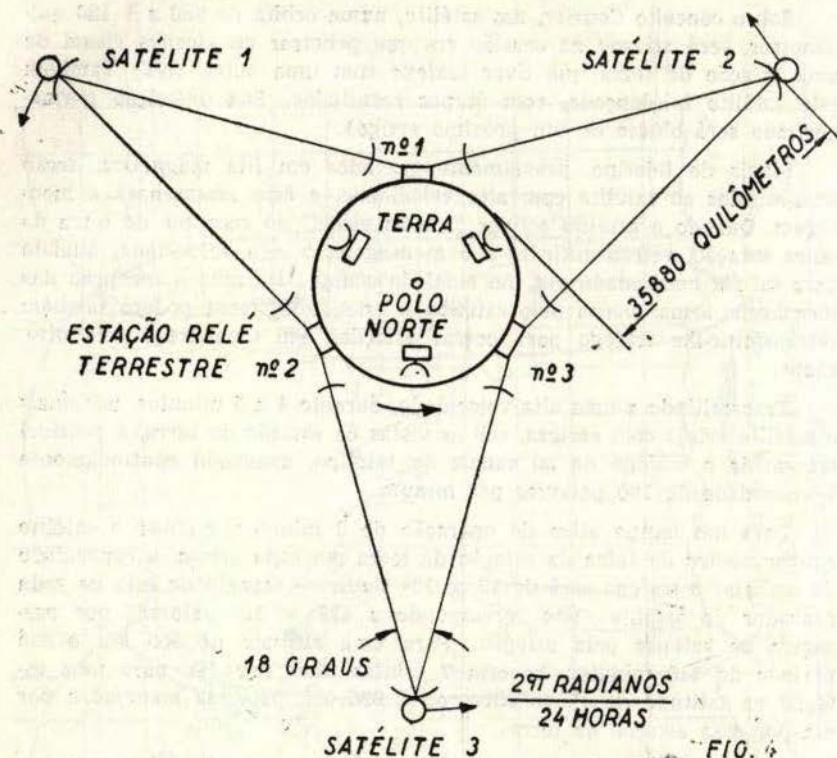


FIG. 4

Geometria de um sistema de satélites em órbita síncrona. A velocidade orbital dos satélites e a velocidade de rotação da Terra são iguais a  $2\pi$  radianos por 24 horas e na mesma direção. Assim, cada satélite mantém uma posição constante em relação à superfície da Terra.

Considerando-se uma margem de erro de posição de  $\pm 4$  graus, uma antena de 25 graus de feixe de radiação poderá ser utilizada, permitindo um ganho de 16 db a 2.000 Mc/s. Com refletores parabolóides de 18,3 m no solo, e um receptor de fator de ruído de 1 db, um transmissor de 2 watts, no satélite, poderá trabalhar com 96 canais de voz, como se vê na tabela 1.

Observe-se a grande diferença em potência pico de saída, através de vários sistemas de modulação previamente comparados.

A demanda da potência pico pode causar problemas para o transmissor do satélite ativo, particularmente se um "Klystron" ou uma válvula de onda progressiva for utilizada no estágio de saída.

A fig. 5 mostra uma configuração possível para o "transpositor" de comunicações do satélite.

A fig. 6 apresenta o arranjo para uma estação de terra.



TABELA I

## POTÊNCIA NECESSÁRIA SEGUNDO DIVERSOS SISTEMAS DE MODULAÇÃO

	Múltiplos com Divisão de Frequência		Modulação de Código de Pulsos — Modulação em Frequência +
	F.L.S.	F.M. E	
Para 12 canais de 4 Kc/s			
— Potência recebida necessária para relação S/R unitária, em db, ref. a 1 watt	-157,2	—	—
— Potência recebida necessária para um mínimo, em db, referidos a 1 watt .....	—	-138,4	-146,2
— Perda líquida na transmissão, em db .....	+127	+127	+127
— Margem de desvanecimento, em db .....	+13	+13	+13
— Aumento na potência da portadora, em db, para elevar a relação S/R a 40 db	+40	+12,2 +	0
— Potência de saída do transmissor do satélite, em db, referidos a 1 watt .....	+22,8 (pico)	+13,8	-6,2
Para 96 canais de 4 Kc/s			
— Relação de potência entre 12 e 96 canais, em db .....	+3	+3	+9 §
— Potência de saída do satélite, em db, referidos a 1 watt .....	+25,8 (pico)	+16,8	+2,8
— Potência de saída média do satélite, em watts .....	54 H	48	2
— Potência de saída pico do satélite, em watts .....	380	48	16

E  $\Theta = 4$ 

+ Detector síncrono

+ Nível de portadora acima do mínimo

§ Utilizando 8 portadoras para multiplicação com divisão de frequência

H Vários canais de conversação produzem uma relação de potência pico para média de 8,5 db.



## 4 — CONCLUSÕES

Apresentamos resumidamente os fatores que afetam o projeto de um sistema de comunicações que utiliza satélites repetidores, e examinamos uma possível configuração para um repetidor ativo.

Um sistema ativo que manejasse em torno de 1.000 canais de voz poderia ser lançado em dois anos.

Estes satélites podem competir, econômica e tecnicamente, com outros sistemas também dignos de confiança, como cabos submarinos.

## 5 — AGRADECIMENTOS

O Autor agradece a Mr. William Sichak, Mr. Don Campbell e Mr. Paul Rodgers.

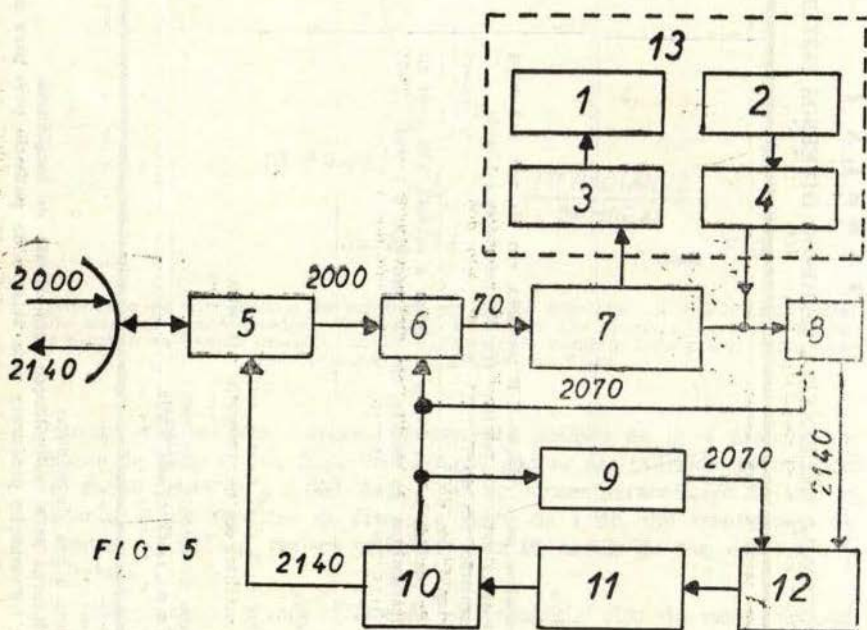


FIG-5

Equipamento de comunicações do satélite que utiliza uma válvula de onda progressiva. Em alguns pontos estão marcadas, em Mc/s, as frequências de operação. 1 — Controle de funções. 2 — "Sensors". 3 — Demodulador. 4 — Modulador. 5 — Diplexador. 6 — Misturador. 7 — Amplificador de frequência intermediária. 8 — Misturador. 9 — Cavidade de alto Q. 10 — Filtro seletor. 11 — Válvula de onda progressiva. 12 — Filtro seletor. 13 — Sistema de controle de estabilização.



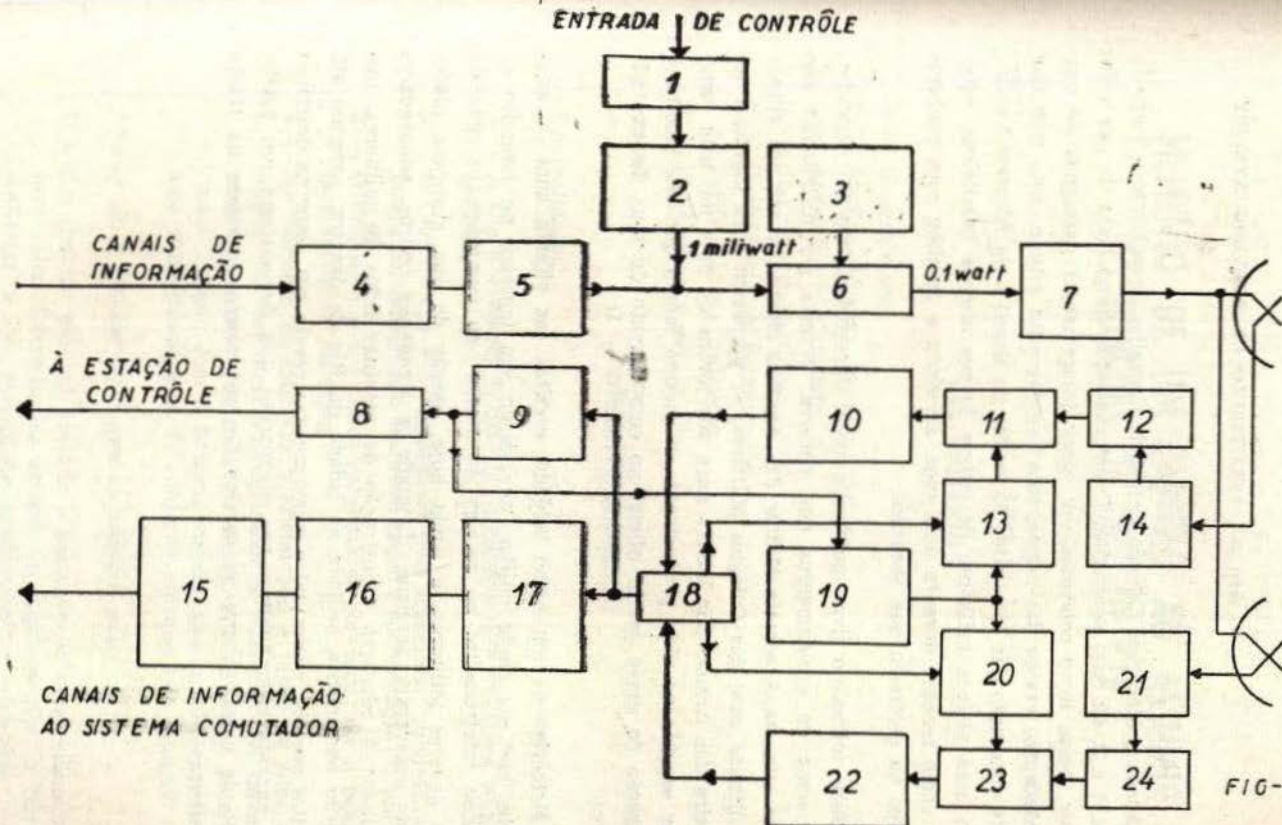


FIG-6

Arranjo proposto para uma estação do solo. 1, Contrôlo, multiplex. 2, Modulador, controle, 76 Mc/s. 3, Oscilador local 1 930 Mc/s, 0,5 watt. 4, Modulador Multiplex de código de pulso. 5, Modulador de frequência de voz, 70 Mc/s. 6, Amplificador, misturador. 7, Amplificador de potência, gigacilos/s, 1 KW. 8, Demodulador. 9, Amplificador do sinal de controle, satélite à Terra. 10, Amplificador de frequência intermediária, 70 Mc/s. 11, Misturador. 12, Amplificador de baixo nível de ruído. 13, Oscilador local, 2 070 Mc/s. 14, Pré-seletor, 2.140 Mc/s. 15, Demodulador de multiplex, código de pulso. 16, Demodulador síncrono. 17, Amplificador de subportadoras. 18, Combinador de fase. 19, Controle automático de frequência, discriminador e amplificador. 20, Oscilador local, 2 070 Mc/s. 21, Pré-seletor, 2.140 Mc/s. 22, Amplificador de frequência intermediária, 70 Mc/s. 23, Misturador. 24, Amplificador de baixo nível de ruído.



## MEMÓRIAS DE UM SOLDADO LEGALISTA

Gen R-1 FELICÍSSIMO DE AZEVEDO AVELINE

Acaba o Marechal Estevão Leitão de Carvalho de publicar o Tomo I, livros 1 e 2, de suas memórias. Compreendendo largo trato de sua vida militar, nesse tomo condensa seu autor interessantes passagens de sua mocidade no serviço das armas, fase em que pelo estudo, pelo trabalho e pela observação das coisas dos Exércitos do Brasil e da Alemanha onde, como uma plêiade brilhante de outros jovens oficiais brasileiros, estagiou como tenente durante dois anos, alicerçou e ampliou seus conhecimentos na profissão que abraçara.

Esse utilíssimo livro publicado pelo Marechal Leitão de Carvalho, pela soma de ensinamentos que encerra, deveria ser distribuído aos moços que, na Academia Militar das Agulhas Negras, e até aos alunos dos últimos anos dos Colégios Militares, se preparam para ingressar na carreira das Armas. Sua leitura dará aos jovens de hoje um belo rumo a ser seguido na vida profissional, ao mesmo tempo que nos mostra a dedicação do então jovem oficial no cumprimento de seus deveres militares.

Memórias de um velho soldado, escritas aos oitenta anos de existência, por um chefe militar, que desde seu ingresso no Exército se dedicou inteiramente ao serviço da Nação, no cumprimento rude de seus deveres militares, e ainda hoje, apesar de sua avançada idade, presta relevantes serviços, dirigindo a Fundação Osório, educandário destinado à educação e instrução de meninas órfãs de militares, instituição benemérita, sediada na cidade do Rio de Janeiro, parecem até escritas por um jovem, tal o otimismo que revela seu autor na descrição que encanta e empolga e nas afirmações que demonstram um patriotismo de escol, sempre ao serviço dos superiores interesses da Nação Brasileira.



# **MEMENTO DE UM CAPITÃO AO ASSUMIR AS FUNÇÕES DE CMT DE CIA**

**Maj JOSÉ FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE**  
Aluno da ECEME

## **I — SUMÁRIO**

- A — Generalidades.
- B — Atualização com os regulamentos.
- C — Assunção de Comando.
- D — Conferência da Carga.
- E — Conferência da Escrituração.
- F — Verificação da Instrução.
- G — Planejamento para a Cia.

## **II — DESENVOLVIMENTO**

### **A — Generalidades:**

- 1 — A Cia é a menor fração de Infantaria com encargos administrativos.
- 2 — O Cmt da Cia é o responsável pela disciplina, administração, instrução, suprimento, emprêgo tático e coordenação de sua Cia.
- 3 — O Cmt da Cia é o único responsável por tudo que a sua Cia faça ou deixe de fazer.
- 4 — No comando de uma Cia o oficial põe à prova as suas qualidades de instrutor, administrador e liderança; é, talvez, o mais importante comando da organização militar, pois, em contato íntimo com o homem, requer que se alteie para ter uma visão panorâmica do conjunto em que está situado.

### **B — Atualização e familiaridade com os regulamentos:**

- 1 — Um Capitão que vai assumir o comando de uma Subunidade, deve reler determinados artigos de regulamentos, a fim de confirmar a sua autoridade profissional e relembrar certos deveres por vêzes esquecidos.



2 — São os seguintes os principais pontos que se deve atentar:

- R1 (RISG) — Arts. 41, 188, 192, 193, 196, 198, 199, 200, 202, 203, 206, 207, 208, 242, 266, 268 e 269.
- R2 (R Cont) Arts. 237 e 241.
- R3 (RAE) Arts. 21, 30, 42, 43, 55, 74, § 3º e 129.
- R4 (RDE) Arts. 12, 13, 18, 37, Caps. VI e VI.
- CVVM — Capítulos I e II do Título único, Título III, Cap. I (1ª parte), Tabelas de Vencimentos, Tabelas de Ração (anual).
- IDF — Todos os artigos.
- E1 (Estatuto dos Militares) Arts. 25, 26, 27, 28 e 31.
- C 7-40, C 7-20 Capítulo I; C 7-10 ou C 7-15 ou os referentes a outras Cias, Capítulo I e Exercícios Táticos.

2 — O Cmt da Cia deve ainda reler os manuais que tratam do armamento individual e coletivo da Cia, manuais ou notas sobre viaturas e manutenção e sobre o material de comunicações.

*C — Assunção de Comando:*

1 — Considerando o caso geral de o Capitão apresentar-se em nova Unidade e atendendo a que o nôvo Cmt da Subunidade deve inicialmente conferir a carga no prazo máximo de 8 dias (n. 23 do art. 42 do R3) e, também, desde o início, travar contato com a escrituração da Cia, vejamos uma norma a seguir:

- a — Apresentar-se ao Subcmt e Cmt do Corpo, solicitar instalação (Art. 403 do R1); preencher a ficha de apresentação;
- b — Apresentar-se ao Cmt do Btl (no caso de BC não há esta apresentação) e combinar dia e hora da assunção do Comando da Cia (Arts. 241 e 237 do R2);
- c — Seu antecessor deverá ter ciência do dia e hora da passagem do Comando para que aquele solicite ao Cmt do Corpo a presença das praças empregadas; em princípio a tropa deverá estar armada e completamente equipada (Ver art. 239 do R2);
- d — Fazer entrega ao Cmt do Corpo de suas "Alterações" e ao Fiscal Administrativo de sua "Caderneta de Vencimentos", do que dará parte para a devida publicação em Boletim;
- e — Assumir o Comando da Cia, de acordo com o cerimonial estabelecido nos arts. 241 e 237 do R2;



- f — Após a assunção, Revista e Desfile da Cia, reunir em seu Gabinete os oficiais da Cia e, posteriormente, o Subtenente e Sargentos, aos quais tratará de conhecer pessoalmente, dando-lhes desde então suas normas de trabalho e modo de agir e dizendo-lhes o que espera de cada um e de todos em geral;
- g — Dar ordem para que a Cia continue a instrução prevista no QTS, o qual deverá ler imediatamente, e inteirar-se da Diretriz de Instrução da Unidade;
- h — Percorrer, em companhia do seu antecessor, tôdas as dependências da Cia, formando, então, um primeiro juízo sobre suas instalações;
- i — Verificar o Mapa da Fôrça com as alterações do último Boletim, apresentadas pelo Sargenteante; redigir uma parte, declarando que assumiu o Comando da Cia e que passa a conferir a carga de acôrdo com o n. 23 do art. 42 do R3;
- j — Ter em vista que, a partir do momento em que assumiu o Comando da Cia, será o responsável por tudo o que se passar nesta e terá que assinar todos os documentos (vales de ração de etapas, vales de forragem, pernoite, fichas de viaturas, etc.) e elaborar o nôvo QTS; deve, portanto, inteirar-se do Período de Instrução em curso, Notas de Instrução e o PP correspondente; deve, outrossim, conhecer o horário do Corpo e as NGA.
- l — Receber do seu antecessor as economias da Cia, encerrando o balancete onde assinará o recibo e comunicar em parte ao Fiscal Administrativo (por intermédio do Subcmt);
- m — Receber do seu antecessor a documentação de caráter sigiloso, comunicando em parte ao Subcmt;
- n — Ter desde os primeiros dias no quartel os principais regulamentos, caderno de notas, binóculos, bússola, revólver, espada e os uniformes necessários.

#### D — Conferência da Carga:

- 1 — A conferência da carga deve ser rigorosa (n. 23 do art. 42 do R3) não só por ser regulamentar, como porque o nôvo Cmt tem a obrigação de conhecer a fundo o material de que está dotada a Subunidade; é feita no prazo máximo de 8 (oito) dias e assistida obrigatoriamente pelo seu antecessor.
- 2 — De posse do "Livro Carga e Descarga de Material" o Capitão deve dirigir-se à Fiscalização e conferir o livro da Cia com o



da Unidade, anotando as irregularidades que encontre, para providências ulteriores.

3 — Feita a conferência do Livro Carga passa a conferir o material pròpriamente dito, podendo seguir a seqüência indicada:

— Armamento (2º dia):

- a — Desmontar arma por arma conferindo o número e série, conforme o livro registro ou fichas do armamento existente na Cia;
- b — Verificar o estado de limpeza, conservação e local de guarda, cuidando em particular dos caños;
- c — Verificar os aparelhos de pontaria (massas de mira tortas ou amassadas);
- d — Verificar os acessórios e sobressalentes;
- e — Verificar se existem coronhas rachadas, punhos deslocados (para o FMH), pontas de percussores quebradas, tortas ou soldadas; varetas sem rosca ou com a porca (parte superior) entupidas ou quebradas, rachaduras nas armas que têm tampa (FM e Mtr);
- f — Verificar o material que está sendo empregado para a limpeza das armas e se estão de acôrdo com as instruções do Serviço de Armamento e Munições;
- g — Verificar o estado das bandoleiras e como está sendo feita a sua conservação;
- h — Verificar os acessórios das armas coletivas (Can AC, Mrt, L Rj e Mtr), cartucheiras, cofres, bôlsas, material de transporte, arreamento, balizas, etc.).

— Equipamento (3º dia):

- a — Conferir o equipamento para o que deve, se possível, recolhê-lo à reserva de material e verificar: se as peças estão marcadas, se faltam ganchos, passadores, ponteiros, etc.
- b — Se na meia-armação existem rasgões, remendos, falta de ilhoses, etc.
  - Paus de barraca e estacas de queixo.
  - Cordas de esticar.
  - Camas rôlo.
  - Ferramenta de sapa portátil e de parque.
  - Verificar as mochilas.
  - Material de estacionamento, barracas de 10 praças, material de oficial, toldos, fogões, marmitas, saco Lister, privadas de campanha, chuveiros, material de cozinha, aquecedores de imersão, lampeões, etc.
  - Cantil-caneco, marmita, garfo, colher, etc.



— Viaturas (4º dia):

a — Viaturas auto — Verificar as viaturas da Cia, observando o estado de conservação, manutenção, livro-registro, ferramental, estado dos pneus, faróis, buzina, acessórios e sobressalentes, fazendo um pequeno deslocamento com cada uma (se as viaturas não estiverem distribuídas à Cia, inteirar-se com o Oficial de Manutenção quais as viaturas destinadas à Cia para os diversos misteres e o estado em que se encontram, seus motoristas, serviço em que são empregadas).

b — Viaturas hipo e animais:

- Verificar o estado das viaturas, fazer atrelá-las e efetuar um pequeno deslocamento.
- Fazer encilhar a montada do Cmt da Cia e verificar seu estado.
- Verificar o arreio e seu estado de conservação.
- Verificar os muares, as baias, estado de saúde e arreio dos mesmos, condições de forrageamento, assistência veterinária, etc.

— Fardamento (5º dia):

a — A revista de fardamento deve ser marcada com antecedência, de forma que todos os graduados e soldados da Cia, inclusive empregados externos e internos, se apresentem com todo o fardamento distribuído e o Subtenente apresente a roupa de cama da Cia;

b — Inicialmente verificar a perfeita combinação do borrão de ajuste de contas com o livro-carga e descarga de fardamento, cuja soma de cada peça de fardamento em carga, deve conferir com a soma das peças não vencidas do ajuste de contas; o caderno de distribuição (ou fichas) deve estar de acôrdo com o referido ajuste de contas; lembrar-se que pode haver peças em carga não distribuídas;

c — De posse do caderno de distribuição de fardamento (ou fichas) e presentes todos os graduados e soldados da Cia, o Capitão chama um a um que, passando pela sua presença e a do Subtenente, apresenta todo o seu fardamento, mostrando a marcação (§ 3º do art. 4º da IDF), deve anotar as alterações e ter consigo as IDF e o ajuste de contas (borrão);

d — Verificar principalmente:

- Uniforme de passeio.



— Coturnos — Cinto de couro castanho, sapatos, meias, roupa branca, capote de brim impermeável, capacete (jugular e guarnições internas), cinto de lona v.o. etiqueta de identificação, uniforme de educação física, etc.

e — Roupas de cama:

— Verificar a existente na Cia, condições de limpeza, se estão rasgadas, remendadas, etc.

— Dar particular atenção aos cobertores de lã v.o.

E — *Escrituração* (6º dia):

a — A escrituração da Cia é feita pelo Subtenente, Sargenteante e Furriel na parte de administração de pessoal e pelo Cmt da Cia e Oficiais na parte de instrução, sendo entretanto, o Cmt da Cia, o maior responsável pela correção, lisura, apresentação e atualização da mesma;

b — *Escrituração e arquivo do Sargenteante*:

1 — Conferir minuciosamente a escrituração do Sargenteante, verificando se está em ordem e em dia:

— Livro de alteração do pessoal da Cia.

— Escala mensal de alterações, escala de serviço e mapa da fôrça.

— Pasta-arquivo de partes, informações, memorandos, ordens, etc.

— Fichas disciplinares.

— Livro-registro de visita médica.

— Livro-registro de visita veterinária (se fôr o caso).

— Livro ou fichas de residências do pessoal da Cia.

— Caderno índice dos assuntos que interessam à Subunidade, publicados no boletim interno (número 5 do art. 166 do R1).

— Talão de baixas.

— Protocolo de entrada e saída de documentos.

— Livro de tiro (mapas e folhas individuais).

— Quadro de avisos (n. 17 do art. 292 do R1).

— Pecúlio para chamada.

2 — Verificar no arquivo:

— Boletins do Exército colecionados e, se possível, encadernados.

— Boletins Internos do Corpo devidamente colecionados e arrumados.



- Aditamentos ao Boletim (caso de RI) e da Cia, colecionados.
- Livros de alterações em ordem cronológica.
- Arquivo dos livros de tiro.
- Coleção de "Noticiário do Exército".

c — Escrituração do Subtenente:

- Conferir minuciosamente a escrituração do Subtenente verificando se está em ordem e em dia.
- Livro Carga e Descarga de Material.
- Livro Carga e Descarga de Fardamento.
- Ajuste de contas (borrão).
- Livro ou fichas registro de armamento.
- Caderno registro de máscaras.
- Escrituração do arreamento (Ver BE do ano de 1919).
- Caderno registro de trajes civis.
- Caderno registro de distribuição de armamento, material e fardamento.
- Talões de pedido de material, munição, etc.
- Talão de guias de recolhimento.
- Livro registro de partes e informações do Subtenente e protocolo de entrada e saída de documentos (poderá ser único na Cia, e mesmo do Sargenteante).
- Grades de etapas e forragens.
- Pasta para cópias das guias de socorrimento (saídas ou recebidas).

d — Fôlhas de vencimentos:

- Verificar com o Subtenente e o Furriel os seguintes documentos:
  - Fôlhas de vencimentos das praças.
  - Mapa de efetivo.
  - Relação discriminativa dos descontos internos.
  - Recapitulações, borrões, "caveirinha", etc.
  - Fôlhas de vencimentos arquivadas por ano e colocadas em ordem cronológica.

F — Verificação da Instrução (7º dia):

- Arquivo de documentos de instrução.
- Existência de manuais, regulamento, quadros murais, pranchas, etc.



- Livro registro de instrução, se está em dia e em ordem.
- Mapas de Tiro.
- Gráficos diversos (instrução, tiro, marchas, disciplinar, etc.).
- Coleção de Notas de Instrução, Ordens de Serviço, Diretrizes de Instrução, etc., emanadas do BI ou RI.
- Coleção de Fichas da instrução ministrada na Cia.
- Verificar como estão sendo alfabetizados os analfabetos.
- Verificar a situação da Cia na Educação Física.

G — Planejamento para o Comando da Cia:

- O Cmt da Cia para bem se haver no exercício de seu comando deve planejar o modo como vai conduzir a subunidade, isto é, se traçar algumas diretrizes e marcar alguns objetivos a atingir.

Esse planejamento varia em cada caso mas de modo geral abrange a Instrução e a Administração.

Assim é que, na instrução, por exemplo, poderá visar a:

- a — Melhorar a instrução de Educação Física;
- b — Melhorar a instrução de Tiro;
- c — Melhorar a apresentação do pessoal;
- d — Fazer uma sala de meios auxiliares de instrução e outras linhas de ação, dependendo das falhas verificadas na conferência do estado da Cia.

Sob o ponto de vista administrativo o Cmt da Cia, dentro das possibilidades econômicas da Cia, fará o seu planejamento que poderá conter idéias como:

- Fazer uma sala de estar para os soldados.
  - Adquirir um rádio (ou televisão) para a Cia.
  - Pintar a Cia.
  - Fazer reservas para os Pelotões.
  - Recuperar viaturas da Cia (se fôr o caso).
- Dessas e de outras idéias dará conhecimento ao Cmt do BI ou RI, para deles ter o apoio necessário e melhor orientação. Uma vez aprovado o seu plano



distribuirá as missões de acôrdo com as aptidões e tendências de seus auxiliares fixando-lhes o prazo para conclusão das tarefas, sempre que possível.

— Algumas sugestões:

1 — Nos primeiros dias o nôvo Cmt deve exercer o esforço principal na conferência da carga e em dar à administração da Subunidade a sua orientação pessoal. Em seguida a esta primeira fase êle vai exercer o esforço principal na Instrução, assim é que:

- Elabora o QTS preenchendo-o com cuidado e dentro dos princípios pedagógicos, prevendo inclusive a instrução para o caso de mau tempo.
- Esforça-se para reunir diàriamente os seus oficiais subalternos a fim de acertar detalhes da instrução do dia seguinte; isto é imprescindível no caso da instrução de campo, jornada, etc.
- Procura empregar judiciosamente os sargentos como monitores; é muito comum os sargentos serem subempregados, isto é, produzirem menos do que são capazes por falta de habilidade de seus tenentes ou capitães.
- Causa um grande efeito para a Cia a presença do seu Cmt em tôdas as fases da instrução, da Educação Física às Manobras. O Capitão sempre presente com o seu exemplo, o seu estímulo, a sua orientação é fator de sucesso para a Cia.
- Lembrar-se que a Educação Moral é privativa da função de Cmt e que uma forma eficiente de ministrá-la é aproveitar os exemplos surgidos na Cia ou na Unidade.
- Uma boa norma, principalmente quando da incorporação, é acompanhar o soldado da Alvorada ao Silêncio para assim conhecer os homens minuciosamente. É um pequeno esforço largamente recompensado.
- Estabelecer algumas "questões fechadas" como por exemplo: apresentação impecável da Cia em dia de formatura geral da Unidade.
- Usar da faculdade de desarranchar uma percentagem da Cia para estimular o "ser bom soldado".



- Elogiar por escrito aqueles que se destaquem em atividades de instrução, serviço ou interesse comum.
- Estimular os soldados para a conquista de Diploma de Menção honrosa (se houver na Unidade).
- Premiar os analfabetos que demonstrarem maior dedicação e rendimento na aprendizagem.
- Estimular o sentimento de economia dos homens, inclusive facilitando o depósito de quantias na Caixa Econômica.
- Possuir um caderno de anotações para observações sobre os soldados da Cia.
- Fazer preleções sobre vultos históricos ou datas festivas, conforme prescreve o art. 58 do R1.
- Controlar a dispensa da revista e pernoite fora do quartel a fim de evitar injustiças.
- Fazer ou conservar o chaveiro da Cia, onde ficarão segundas cópias das chaves da Cia, o qual só será aberto pelo Capitão ou qualquer autoridade do Corpo, em caso de força maior.
- Utilizar o símbolo da Cia como estímulo para a coesão da Cia, fazendo-o ser conduzido pela praça mais distinta (Cabo ou Soldado) e recebendo-o ou retirando-o de forma, segundo um cerimonial.
- Valorizar o homem usando de recursos como, por exemplo, dispensá-lo no seu aniversário, visitá-lo quando baixado, auxiliá-lo nas suas necessidades.

Finalmente, o Comando da Cia será tanto mais eficiente, quanto mais saiba o seu Cmt, dosar *Zêlo Profissional, Justiça e Coração.*

(Trabalho original do Capitão HUGO FARIA. Atualizado pelo Capitão ALMIR BARRETO de ARAÚJO em 1940 e em 1961 pelo Capitão JOSÉ FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE. Esses oficiais são hoje Coronéis os dois primeiros e Major o último.)



## A PEDIDO

# DESPEDIDA DA 5ª RM E 5ª DI AO GENERAL JOAQUIM VICENTE RONDON

### HOMENAGEM

Cel MOYSÉS PORFÍRIO SAMPAIO

Coube-nos, por imperativo das funções que ora exercemos, muito embora transitóriamente, e por ter sido o seu assessor mais direto, nessa última fase de sua operosa vida profissional, falar em nome da oficialidade da 5ª RM e 5ª DI, seus amigos e admiradores, interpretando os seus sentimentos, tarefa que muito nos honra, apesar de não ser o mais indicado, para tão grata missão. Fazêmo-lo imbuídos da mais intensa emoção, porque sentimos que esta homenagem transcende de muito àquelas que V. Exa. está habituado a receber de seus comandados e amigos. Ela ficará gravada em sua vida, como o conjunto de todas as homenagens que V. Exa. já tenha recebido no Exército, marcando a despedida de suas atividades no serviço ativo.

Daí, a sua elevada significação pela limpidez dos sentimentos que a orientam e pela espontaneidade e valor de seu conteúdo.

É muito confortador, para um Chefe, ao passar à inatividade, ao término de uma prolongada vida profissional, ter a ventura de ser cercado da estima, do respeito e da admiração de seus concidadãos, sejam membros das classes armadas, sejam da sociedade civil.

O General-de-Exército Joaquim Vicente Rondon deixa o serviço ativo das armas, após mais de 40 anos de serviço, em face do Decreto datado de 23 de abril de 1962, por ter atingido a idade limite de permanência na ativa.

O jovem de 18 anos, natural de Cuiabá — Mato Grosso, em 1918, por impulso de vocação indomável, assentou praça no 3º Regimento de Infantaria, aquartelado na antiga Capital do Brasil — Rio de Janeiro, com destino à Escola Militar de Realengo.

O pendor irresistível para a carreira das Armas, sentiu, desde muito cedo, o jovem cuiabano, como tantos outros membros da família Rondon,



que se transformaram em militares eficientes, ilustres e heróis, aos quais o Brasil deve o desbravamento de grande parte de seu território, e que lhe é eternamente reconhecido.

Soube construir, dia a dia, harmoniosa e bela carreira militar, que, hoje se encerra em meio de merecidas manifestações de reconhecimento e que há de ficar como padrão, e dos mais altos, na 5ª RM e 5ª DI, e no Exército.

Ao recapitular-se a vida de oficial do General Joaquim Vicente Rondon, verifica-se que se matriculou, em abril de 1919, na Escola Militar, de onde saiu aspirante em 1922, classificado no 2º Regimento de Infantaria, o famoso "Dois de Ouro". Em abril do mesmo ano, foi promovido a 2º Tenente e, em 1923, designado para ajudante-de-ordens do seu tio, o General Cândido Mariano da Silva Rondon.

Em 1924, foi promovido a 1º Tenente; fez, então, juntamente com o ilustre sertanista, diversos levantamentos topográficos nas fronteiras do Brasil com as Guianas e com a Venezuela.

Integrou as Forças em Operações na zona de Catanduva, nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Depois de ter cursado as Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Estado-Maior, foi promovido ao posto de Capitão, em 1932. Major, em 1940, Tenente-Coronel em 1945, Coronel em 1951, tôdas estas promoções pelo princípio de merecimento e finalmente General-de-Brigada em 1960.

Em seus assentamentos militares, nota-se, de imediato, a constante de sua excepcional dedicação à profissão, provada em todos os encargos que lhe couberam, seja nas escolas como aluno ou como instrutor, seja na tropa, seja como Chefe em vários escalões de Comando e de Chefia.

No decurso de sua vida militar, exerceu várias e importantes comissões; entre elas, destaca-se: a de tenente instrutor de Infantaria da Escola Militar, em 1928, a convite do então Capitão Teixeira Lott, contribuindo, de maneira positiva, na formação de nossos oficiais.

Juntamente com a turma de instrutores da época, modelou e plasmou naquelas gerações militares de então, um sadio entusiasmo, uma disciplina consciente, um fervoroso amor ao trabalho. Estimulou, nos seus instruendos, o sentimento de amor à responsabilidade.

Em 1934, como Capitão, foi nomeado Assistente Militar do Presidente da Comissão Mista de Letícia, tendo executado, entre outras tarefas, o levantamento dos rios IÇÁ ou POTUMAYO, COTUHÉ, CARA-PARANÁ, YAGUAS, IGARA-PARANÁ, ALGODÃO, S. MIGUEL e outros, na fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia.

No serviço arregimentado de sua arma, em 1940, comandou o 16º BC, em Cuiabá; em 1942, foi Subcomandante do 31º BC, cuja organização mui-



to lhe deve. No Comando do 6º Regimento de Infantaria — Regimento Ipiranga, sua orientação e seu trabalho foram muito profícuos.

Oficial de Estado-Maior, serviu no Quartel-General da 2ª Região Militar; na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como Instrutor Adjunto; na Escola Superior de Guerra, como Adjunto do Departamento de Estudos, onde firmou conceito de profissional culto, dada a proficiência e sabedoria como versou os assuntos que lhe foram propostos.

No Gabinete do Ministro da Guerra, Marechal Henrique Lott, foi Chefe de Relações Públicas e Subchefe do Gabinete; nessas delicadas funções, manteve em alto nível as relações do Ministério com o Congresso.

Como oficial general, serviu na 5ª RM e 5ª DI, como Cmt da Artilharia e Infantaria Divisionárias e interino da própria Região e Divisão.

Nesse período, muito se interessou pelos vários trabalhos em andamento, tomando providências acertadas junto aos órgãos superiores para que fôssem judiciosamente solucionados problemas ligados ao seu destacado Comando.

Sobremaneira, contribuiu para perfeito entrelaçamento entre o meio militar e o civil, onde, dada a sua fina educação, seu espírito democrático e natural sociabilidade, conquistou a simpatia da sociedade local, com significativo reflexo para sua classe.

Manteve e, ainda, intensificou relações muito cordiais com as diferentes autoridades, proporcionando um clima de sadio entendimento.

Infante consciente, convicto e entusiasmado, deixou nas Organizações Militares em que serviu a marca de sua personalidade reta, lhana e persuasiva.

Em comissões civis, tomou parte na Embaixada Especial, junto ao Governo do Uruguai.

Governador do Território de Rondônia (Guaporé), nomeado pelo Presidente Eurico Dutra. Deputado Federal, por Rondônia, na legislatura de 1954 a 1959.

Na Câmara Federal, atuou como Membro da Comissão de Segurança Nacional, exercendo bem o seu mandato constitucional.

O nosso ilustre homenageado tem os principais cursos do Exército, possui várias condecorações nacionais e estrangeiras, tem serviços em tempo de guerra e serviços relevantes de paz, prestados nas fronteiras durante a sua fecunda e preciosa vida militar. Nos acontecimentos político-militares que atravessou o país, sempre se manifestou pela lei; um episódio, em que vivemos, ainda como aluno da Escola Militar de Realengo, em 1930, diz bem dessa nossa assertiva.

Ao ser impedido de penetrar, numa reserva de armamento, por um dos cadetes, visto haver se colocado ao lado do Governo, disse o seguinte: “enquanto fôr oficial dessa Escola, entrarei em qualquer repartição”, de-



sarmando os cadetes e prendendo-os. Esse seu gesto enérgico, destemeroso e sua atitude serena, mas desassombrada, muito contribuíram para impedir que os alunos participassem da revolução.

Nos últimos acontecimentos político-militares de agosto passado, colocou-se, firmemente, desde o início, ao lado da legalidade, sendo, portanto, coerente com o seu passado.

V. Exa., ainda, representa bem o homem genuinamente nacional, o verdadeiro aborígene. Descendente direto de uma das principais etnias, formadora de nossa nacionalidade, conseguiu, graças ao seu esforço, sua tenacidade e sua inteligência, ultrapassar a sua vivência e projetar-se no cenário nacional seja como Chefe militar de valor, seja como representante legítimo de seu povo, no Congresso.

Tudo que V. Exa., pensa, imagina e realiza é em benefício do Exército, do povo, enfim da Pátria brasileira. Suas realizações, seus atos, estão unguídos do mais puro nacionalismo. Inspirados, que foram, na escola dignificante de trabalho do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e ao próprio sangue que lhe estua nas veias, proveniente de seus ancestrais indígenas.

O seu invejável vigor físico, apesar da vida de lutas e de sacrifícios, durante um certo período, levada, muitas vezes, através de invios sertões, de infundáveis caminhadas, peregrinando pelas inóspitas e longínquas lindes de nosso torrão, provam, de forma insofismável, o valor de uma raça de que V. Exa. é um autêntico representante. V. Exa. é a encarnação do Chefe enérgico, sereno, destemido, mas sobretudo, humano, inspirado no famoso ideal de servir a sua terra e sua gente com inextinguível devotamento, alicerçado no mais adamantino sentimento cristão.

No panorama histórico-social do Brasil, a família Rondon, da qual V. Exa. é uma expressiva figura, é uma culminância.

E, para ressaltar essa grandeza, ela se projeta além de nossas fronteiras, pois, foi magnífica a obra de sua estirpe, na pacificação e integração dos silvícolas na verdadeira civilização, com repercussão ecumênica.

Queremos, porém, para tornar mais expressivo o nosso caloroso testemunho de amizade, dizer algo sobre a Exma. Sra. Rondon, esposa de V. Exa. e companheira de lutas e de triunfos do ilustre General.

Ela representa, pelos seus virtuosos atributos morais, a tradição brasileira das grandes damas, que, no anonimato, contribuem para forjar os destinos de nossa Pátria.

São elas que, no recesso do lar, sem clamores e nem alardes, transmitem os perspicazes ensinamentos, que farão de seus filhos os grandes homens de amanhã. São para seus esposos, o apoio e o consolo nas horas amargas e o sustentáculo nas decepções que sempre acompanham a vida de cada homem. Com carinho, compreensão e muito amor, elas dão novo ânimo ao esposo ou ao filho que, no cansaço das labutas diárias, tem seus



momentos de desânimo. Desejamos tornar extensivas as nossas sinceras homenagens de reconhecimento, aprêço e admiração pela sua contribuição em suavizar e em incentivar a vida do nosso Chefe, para que estivesse sempre à altura de seus empreendimentos em proveito do País.

Julgamos ter podido corresponder à delicada, mas importante incumbência, focalizando, muito embora resumidamente, a vida profissional do insigne General Joaquim Vicente Rondon, padrão de dedicação ao serviço público, em prol do Exército do Brasil.

Os oficiais da 5ª RM e 5ª DI, prestigiados com a presença do Exmo. Sr. Governador do Estado, autoridades civis e eclesiásticas e ornado, este ambiente com a graça das senhoras, imaginam ter cumprido o seu dever de reconhecimento de maneira sóbria, oferecendo a V. Exa. e digníssima espôsa este coquetel de despedida e para completar a expressão de nossa imperecível admiração, entregamos-lhe esta significativa dádiva, que lhe acompanhará, como lembrança de seus últimos comandados, com o alto aprêço e a dedicação afetiva de seus amigos, e, à Senhora Rondon, este ramallete de flôres, simbolizando o carinho de tôdas as Senhoras dos oficiais.

É nossa convicção de que o Brasil ainda continuará a tê-lo, prestando ótimos serviços em outras atividades, não obstante, fazer jus a merecido repouso e vida tranqüila no seio dos que lhe são mais caros. Seja feliz, Sr. General Rondon, em companhia de sua digna família, na nova vida que ora enceta. São os votos de seus comandados. Curitiba, 17 de maio de 1962.



## "FORMAÇÃO DAS REPÚBLICAS SUL-AMERICANAS DO CARIBE E DO PACÍFICO

Por motivo de fôrça maior, deixa de figurar neste número, conforme fôra anunciado, o estudo do General R-1 Flamarion Barreto intitulado "Formação das Repúblicas Sul-Americanas do Caribe e do Pacífico.

Esse trabalho, que será divulgado muito em breve, tem o seguinte sumário:

- I — Influência do meio físico.
- II — Conquista e povoamento.
- III — A organização da conquista e a colonização.
- IV — A economia.
- V — A sociedade colonial.





## LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **"Siderurgia brasileira, assunto sempre em foco".**

Gen-Div R-1 Antonio de Brito Júnior.

- **"Casos históricos de guerra revolucionária".**

Ten-Cel Ferdinando de Carvalho.

- **"Operações na selva".**

Maj Gustavo Moraes Rêgo Reis.

- **"O atrativo inicial do comunismo".**

Georg Stadtmüller (Tradução do Maj Rubens Mario Jobim).







Preço do Exemplar

Cr\$ 50,00

SMG  
IMPRENSA DO EXERCITO  
RIO DE JANEIRO — 1962